



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 84**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 17 de janeiro de 2019**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (Substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se de seguida para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentadas várias Declarações Políticas:

- [Preservação de objetos culturais relevantes na ilha do Corvo.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou da palavra a Sra. Deputada Rute Gregório (*CDS-PP*), e os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*) e Bruno Belo (*PSD*).

- [Reforma da Autonomia.](#)

Apresentada a declaração política pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

- [Situação do setor leiteiro nos Açores.](#)

Após a apresentação da declaração política pelo Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Parreira (*PS*) e Alonso

Miguel (*CDS-PP*). Usou da palavra ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

- [Governo Regional abusa dos trabalhadores da RIAC.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*), e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 110/XI – “Melhoria das condições de funcionamento do serviço de desporto da ilha do Corvo”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), participaram no debate os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*). Interveio também no debate o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 111/XI – “Recomenda ao Governo Regional que assuma diretamente as suas competências no âmbito da manutenção do parque desportivo da ilha do Corvo, nomeadamente garantindo o bom estado de fruição das instalações, equipamentos e material desportivo e assegurando as reparações ou os melhoramentos necessários nas instalações ou equipamentos”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), intervieram no debate o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, foi discutido e votado o [Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão possa prestar](#)

depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 13/15.8FBSCF.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Artur Lima justificou o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto – Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para a discussão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto – Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), participaram no debate a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Jorge Jorge (*PSD*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Paulo Mendes (*BE*). Usou da palavra também o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

No decorrer do debate pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado António Lima (*BE*), e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), e os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Por fim, foi votado o [Relatório sobre o pedido de autorização para que os Deputados Bruno Filipe de Freitas Belo e João Paulo Valadão Corvelo possam prestar depoimento, na qualidade de testemunhas, no âmbito do processo n.º 151/18.5JAPDL](#), tendo sido aprovado por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço que ocupem os vossos lugares para o Sr. Secretário da Mesa fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 09 minutos.*

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**João Paulo Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

Maria da **Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Isabel** da Silveira Costa Rosa **Quinto**

**Mário José Diniz Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Manuel Silva Almeida**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Catarina Goulart Chamacame Furtado**

**César Leandro Costa Toste**

**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**

**Elisa Lima Sousa**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Marco José Freitas da Costa**

**Mónica Reis Simões Seidi**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Jorge Miguel Azevedo Paiva**

**Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António Manuel Raposo Lima**

**Paulo José Maio Sousa Mendes**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**João Paulo Valadão Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A Mesa não recebeu nenhum voto, por isso vamos avançar para as declarações políticas.

A primeira cabe ao PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É uma honra, a maior da minha vida, ser deputado no Parlamento dos Açores. Uma honra e uma grande responsabilidade. Todos nós estamos aqui em representação do povo açoriano. Dos milhões de açorianos e dos seus descendentes que vivem nestas ilhas e na grande diáspora açoriana.

Somos os representantes legítimos de um povo extraordinário. Um povo com uma identidade cultural fortíssima, capaz de manter as suas tradições, memória e ancestralidade durante nove gerações em lugares tão distantes como o Brasil ou o Uruguai.

Capaz de manter a identidade e a sua matriz cultural específica em lugares em que quase todos os outros povos desapareceram na amálgama que a História fez. Esta capacidade de sobrevivência, este apego à sua memória coletiva representa a melhor prova da identidade cultural específica do povo dos Açores que o nosso Estatuto Político-Administrativo consagrou.

Tenho, por isso, a perfeita consciência do enorme privilégio e da responsabilidade que significa ser deputado do Parlamento dos Açores. De exercer, em conjunto com todos os Srs. Deputados aqui presentes, a função de representação que o povo açoriano nos confiou para esta legislatura.

Meus senhores!

No exercício das minhas funções tenho desenvolvido esforços no sentido de dar o meu contributo para o fortalecimento e valorização da memória histórica e da preservação do património cultural do nosso povo.

Orgulho-me muito de me ter empenhado na luta pelo ensino, sistemático e regular, nas nossas escolas, da História, Geografia e Cultura dos Açores. Sei que em muitas escolas, graças ao empenho dos nossos professores e alunos, a aprendizagem destas temáticas constitui um êxito muito relevante.

Ainda neste âmbito temático estou igualmente orgulhoso dos avanços que temos vindo a fazer no âmbito da inventariação do riquíssimo património imaterial dos Açores, uma proposta que também apresentei nesta casa.

Mas meus senhores, deixem que vos fale aqui de uma injustiça histórica que estamos quase a conseguir reparar.

Quando cheguei a este Parlamento, o Corvo constituía a única ilha que não contava com um projeto museológico na nossa Região. Existia, com sede na vizinha Ilha das Flores, o Museu das Flores e do Corvo. No seu espólio contava apenas com um objeto do Corvo: uma manta. Era esse o espólio etnográfico recolhido e protegido.

Durante anos tentei, sem êxito, que o Governo Regional completasse a nossa rede museológica regional e construísse um projeto museológico na ilha. Que salvaguardasse o património cultural de uma das nossas ilhas. Em 2012 doei um imóvel à nossa Região com a intenção de desbloquear o processo. Diga-se, em abono da verdade, que era um imóvel pouco valioso e em muito mau estado, embora se tratasse de um imóvel classificado, datado do século XVII.

Resultou! O Governo Regional aceitou a doação e concebeu um projeto muito interessante de recuperação do edifício. Concebeu também um projeto museológico muito relevante e igualmente interessante: o Ecomuseu da Ilha do Corvo.

O projeto tem sofrido muitos atrasos na sua concretização. Tenho, pontualmente, criticado os sucessivos atrasos do projeto. A minha intenção é, naturalmente, espicaçar os responsáveis políticos. Mas mantenho o meu total apoio ao projeto e continuo a acreditar que um dia ele se concretizará. Mas já

posso avançar que a reabilitação do edifício que doei estará finalmente concluída este ano. Estou muito satisfeito com esse facto.

Mas meus senhores. Quero aqui anunciar mais um contributo que pretendo dar a um objetivo que todos partilhamos na nossa Região: a preservação do nosso património, do património de todas as ilhas dos Açores.

Durante anos, a Ilha do Corvo foi sujeita a um saque cultural sistemático. Os franceses, da antiga base instalada na vizinha Ilha das Flores, adquiriram centenas de objetos e muita gente cedeu um grande número de objetos culturais para um suposto Museu do Corvo, algo que nunca se concretizou. Ao longo destes anos muitos forasteiros continuaram a adquirir um grande conjunto de objetos de valor cultural, incluindo alguns teares antigos que saíram recentemente da ilha.

Em 2012, o Parlamento dos Açores aprovou uma dotação de 50 mil euros com o propósito de adquirir objetos de valor cultural e patrimonial da Ilha do Corvo. Nesse mesmo ano, a Direção Regional da Cultura enviou alguns técnicos do Património Móvel e Imóvel (DPMI) para realizar o levantamento dos objetos existentes e adquirir os mesmos.

Os técnicos constataram a existência de quatro teares completos, várias fechaduras de madeira, de um mechim, carros de bois, alfaias agrícolas, tesouras utilizadas na tosquia das ovelhas, máquinas de costura, ferramentas de carpintaria, vestuário de lã, barretas, etc., etc..

No entanto, os técnicos não compraram nenhum objeto. Perguntei, através de um requerimento datado de 13 de novembro de 2012, por que razão não o tinham feito, porque razão não tinham adquirido nenhum objeto, existindo um dotação de 50 mil euros. Foi-me respondido o seguinte: “nenhum dos proprietários com peças com interesse para integrar um futuro museu na ilha do Corvo se mostrou verdadeiramente interessado em vendê-las”.

Colocado perante este impasse, dediquei uma parte dos últimos sete anos da minha vida à aquisição de objetos representativos da etnografia da Ilha do Corvo, com o propósito de salvaguardar o que ainda existe. Juntei mais de 200 objetos. Entre eles estão objetos que me pertencem e outros que pertencem a famílias que os disponibilizaram para integrar exposições referentes à etnografia da Ilha do Corvo.

No último ano organizei uma exposição, que junta todos estes objetos, nas instalações da Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha do Corvo. Uma exposição que está atualmente patente ao público, que foi visitada por centenas de pessoas e que é do agrado de grande parte da população local.

Quero aqui anunciar que pretendo doar todo esse espólio à Região Autónoma dos Açores. Concretizarei a doação até ao final do atual ano, uma vez que ainda pretendo adquirir mais alguns objetos, sobretudo os relacionados com a prática da baleação na Ilha do Corvo. Grande parte dos proprietários dos objetos que não são meus estão na disposição de autorizar a sua manutenção em exposição pública para todos os corvinos, para quem visita e para quem se interessa pela cultura da ilha. Tudo isto sem qualquer custo para o erário público. Não custará um único tostão. Será uma doação integral de todos estes objetos.

No âmbito da doação que irei realizar, apenas tenho duas condições que quero salvaguardar: que o Governo Regional assegure a manutenção dos objetos, assim como a sua exposição pública na Ilha do Corvo.

Trata-se de uma coleção com um valor incalculável. Que reúne todos os objetos referidos no levantamento realizado pela Direção Regional da Cultura e muitos outros que foi possível localizar ao longo dos anos na Ilha do Corvo. Agradeço imenso à população da ilha pela sua generosidade. Mais uma vez foram insuperáveis na ajuda e colaboração que me deram. A todos agradeço penhoradamente.

Solicito ao Governo Regional que aceite esta doação, tal como fez no caso do edifício. Confio-lhes um conjunto de objetos que valorizo muito, muito. Foram a minha vida ao longo destes últimos anos. Representam e são testemunhos materiais de uma sociedade comunitária única e irrepetível.

Se me é permitido faço aqui mais um pedido. Que pelo menos um dos dois exemplares empalhados do boi - raça anã da ilha do Corvo, que integram o espólio do Museu Carlos Machado, seja cedido ao Ecomuseu da Ilha do Corvo. Raúl Brandão descreve estas vaquinhas – que tinham cerca de 1/4 da dimensão do gado corrente – desta forma: “As pequeninas vacas originárias da ilha – que vão acabar e é pena – são duma inteligência e duma meiguice extraordinárias – falam-lhes e elas respondem.”

Tal como Raúl Brandão previu em 1924, o boi - raça anã da ilha do Corvo extinguiu-se no início da década de setenta. Restam os dois exemplares empalhados que referi anteriormente.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina já, Sra. Presidente.

Meus senhores!

A preservação da memória e da identidade cultural de cada uma das nossas ilhas é um assunto de relevante interesse político. Defendo uma autonomia feita de todos e para todos. Todos somos Açores.

Muito obrigado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há alguma inscrição.

Sra. Deputada Rute Gregório, tem a palavra.

(\*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP apenas quer referenciar, salientar e frisar a importância da inventariação do nosso património, particularmente do património móvel e do património imaterial, que sabemos que são projetos que estão em curso, que não têm tido ainda a celeridade ou o desenvolvimento que nós sempre pretendemos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... mas que estão em curso, reconhecemos isso. Frisar que é muito importante conhecer o que temos para poder atribuir-lhes o real valor, porque, de facto, por muito que custe ouvir isto, nem tudo pode ser conservado, nem tudo pode ser mantido.

É normal que haja perdas, principalmente quando nós queremos e temos que investir na salvaguarda daquilo que é verdadeiramente, em termos culturais, em termos estéticos e em termos simbólicos, importante. E quem define esse carácter simbólico, essa importância, são as próprias comunidades, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... porque patrimonializar é um ato de vontade, é algo que tem a ver com o que a comunidade entende que é património.

Agora, é óbvio, e nós continuamos e vamos defender sempre isto, que é muito difícil guardar tudo. Nunca poderemos guardar tudo, mas temos que saber o que temos para podermos investir na salvaguarda daquilo que é, de facto, muito importante para as comunidades.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP está convicta de que a memória cultural das nossas ilhas deve ser [*corte na gravação*] desses utensílios, por exemplo, na Ilha do Corvo.

O espólio da Ilha do Corvo tem, com toda a certeza, de ser salvaguardado e é de mérito alguém que faz a recolha e a busca desse espólio e o guarda sem financiamentos públicos, portanto, com a sua própria, peço desculpa a expressão, casmurrice para guardar esse próprio espólio.

Portanto, achamos que o Governo não tem outra hipótese senão aceitar aquilo que é doado para preservar o espólio de todas as nossas ilhas, e em específico da Ilha do Corvo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O esforço que um homem faz na construção de obras e preservação das mesmas, obriga-nos a todos nós cidadãos a respeitar o legado dos nossos antepassados, preservando o que de melhor um povo tem: o seu património cultural.

Incumbe ao estado, em colaboração com todos os agentes culturais, promover e salvaguardar a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.

Diz-nos o artigo 78 da constituição da República Portuguesa: ...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso até mete artigos!

**O Orador:** ... Todos têm o direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural”. Assim, todos nós cidadãos temos o direito a fruir daquilo que é de melhor, designadamente dos nossos costumes, hábitos, rotinas culturais e tradições. Cabe, assim, à administração, juntamente com entidades culturais competentes, incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias em tal domínio.

É fundamental traçar objetivos, devendo estes passar essencialmente pela política da restauração, e com ela a preservação dos mesmos.

Pensar que os espaços que são um verdadeiro postal e têm vindo a ser poucos preservados ou ruir com o passar do tempo, será um verdadeiro atentado à identidade de um povo que deverá preservar e salvaguardar aquilo que de melhor tem: o seu valor histórico

**Deputado Francisco César (PS):** A velocidade com o que o Sr. Deputado escreveu isso a computador é de espantar!

**Deputado André Bradford (PS):** Merece um óscar!

**O Orador:** E porque o passado são memórias do presente e futuro, há que salvaguardar ...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** ... o que de melhor o povo tem: o seu património cultural.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe aqui uma matéria que é ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor não sabia, não é?

**O Orador:** ... de extrema importância para a Ilha do Corvo, de preservação das memórias daquela comunidade e que só valoriza aquela comunidade.

Mas para além disso, o cidadão Paulo Estêvão também mostrou o seu espírito filantropo na disponibilização daquele que é o seu património histórico que recolheu na Ilha do Corvo, e disponibilizá-lo e torná-lo acessível a todos, e cabe às entidades públicas e privadas, de forma parceira, manter essa preservação.

Para finalizar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, embora não tenha nascido na Ilha do Corvo, para nós, corvinos são os que lá vivem, para nós, açorianos são os que cá residem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O Governo não diz nada?

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Aguarda a doação!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

*(Pausa)*

Não há inscrições, o Sr. Deputado Paulo Estêvão também não tem tempo para fazer o encerramento da declaração política porque esgotou na sua intervenção inicial.

Vamos, por isso, passar à próxima declaração política, nomeadamente a do Partido Socialista.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, o Presidente do Governo dos Açores anunciou um aumento para os escalões mais baixos da função pública de 62 euros. Tal medida, de grande

alcance social, e que ocorrerá apenas nos Açores, só é possível porque a nossa autonomia, ao criar os complementos de rendimento, permite dar execução legal a uma vontade política e inequívoca e muito significativa. Quer-se dizer, autonomia é diferença que dá pão.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Também ontem, nesta Câmara, aprovámos unanimemente uma anteposta de lei acerca de reposição dos direitos de gestão do mar açoriano, desenvolvendo coerente e corretamente os conceitos de gestão, conjunta e partilhada, consagrados na terceira revisão do nosso estatuto, naturalmente por impulso propositivo nosso, açoriano, desta Casa. Quer-se dizer, a autonomia é prerrogativa que dá pão, peixe e recursos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** Nessa revisão, aliás, consagrou-se na carta da autonomia um conjunto de direitos da Região, dando assim verdadeiro conteúdo político a esse diploma e prevendo o adquirido autonómico, que aliás, estribou a decisão do tribunal constitucional, do nosso direito a consagrar, diferenciada e positivamente, complementos de rendimento aos açorianos que mais precisam. Quer-se redizer, a autonomia é conquista consagrada que oferece garantias à nossa diferença e à nossa capacidade de decidir.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** Deu já entrada nesta Assembleia uma proposta de Decreto Legislativo Regional no sentido da reposição da contagem integral do tempo de serviço docente para todos os devidos e legais efeitos numa amplitude e tempo que será diferente do resto do país, e cristalinamente fará uma reposição mais favorável que a classe docente terá em Portugal.

A este respeito, aliás, logo recebemos tele recados de um velho conhecido mini estafeta do centralismo, debitando e dubitando angústias acerca do nosso direito à diferença e reclamando com urgência corretiva pronta dos seus companheiros

do Portugal Atlântico. Quer-se “tre-dizer”, a autonomia, mais uma vez, também é pão e direito de opção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com estes pequenos-grandes exemplos, alguns ainda notícia, se quer, apenas, mas sempre, afirmar, lembrar e avisar que a autonomia é, efetivamente, dignidade e pão. Que a autonomia, garantindo e legitimando órgãos de governo próprio, com competência político-legislativa e administrativa, mandato desta Câmara, o Governo por ela sustentado e as opções próprias que tomamos para cumprirmos a conquista decidir e recuperarmos mais depressas séculos de abandono e de esquecimento.

Esta coisa da autonomia não é assim nem pode ser nunca um linguajar hermético de jogos florais políticos entre uns poucos, pretensamente sem substância, consequências ou alcance. Ela é, ao invés, a garantia do que somos: uma autonomia democrática inserida num Estado de direito democrático, dura e gradualmente conquistada numa luta sempre inacabada.

É pois por isso fundamental, sobretudo nesta matéria, básica e estruturante, os responsáveis políticos sejam políticos responsáveis, com especial e acrescentado dever de fazer sempre, por ações e convicções, a pedagogia da autonomia, da importância das suas conquistas e da necessidade permanente de a ir aperfeiçoando ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e de resistir sempre, mas sempre, às tentações do facilitismo e da gémea demagogia de outras prioridades fáceis, nunca trocando, por exemplo, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... o sempre imperfeito e necessário combate à pobreza por uma putativa pobreza de convicções autonómicas ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** ... e cometendo, assim, por tentadoras ações o grave pecado de ignorar que a autonomia é também, e sobretudo, pão.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vem tudo isto a bom propósito de ter terminado com 2018, em calendário livre e unanimemente estabelecido, o prazo para os grupos e representações parlamentares, no âmbito da CEVERA, entregarem as suas propostas para a Reforma da Autonomia, e as propostas são bastantes, embora com diferentes graus de concretização, mas naturalmente o suficiente para serem todas claras nos seus propósitos e intenções políticas.

É claro que elas são diversas, e mesmo nalguns casos até antagónicas, como é conatural aos parlamentos democráticos e às democracias auto aceites e consolidadas.

Como sabíamos de antemão, confirma-se que ideias e propostas não faltam, e regista-se, com óbvia satisfação essa realidade. É, pois bem, altura de, uma vez mais, exercitarmos toda a disponibilidade e sageza que também temos de, relativamente às opções jus-políticas estruturantes e fundamentais, debater, priorizar, negociar, ceder no acessório para ganhar no fundamental, consensualizar e decidir, as propostas açorianas que, aqui ou em Lisboa, consoante em razão da matéria, estiver em competência para a respetiva aprovação, e que queremos que obtenham vencimento.

Não será coisa pouca, nem isenta de dificuldades, escolhos, obstáculos ou preconceitos, mas será indubitavelmente um grande e bom desafio, que convocará necessariamente o melhor que há em nós e na grandeza da política.

Pela nossa parte, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reitera o seu total empenho e a máxima prioridade para esta tarefa.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Temos consciência que o facto de sermos o grupo maioritário traduz-se, nesta matéria como em tantas outras, no custoso fardo de uma

responsabilidade maior, e agiremos em conformidade, confiando sempre que, afinal, o diálogo frutifique, o consenso se construa e a autonomia se amplie e reforce, porque saberemos todos corresponder à dignidade maior que a empresa exige, e porque os açorianos merecem.

Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

*(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)*

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Desculpe, Sr. Deputado Francisco César, não percebi o seu aparte.

**Deputado Francisco César (PS):** Sabe se era para si?

**O Orador:** Penso que era. Fica-lhe mal, é deselegante ...

**Deputado Francisco César (PS):** Se fosse para si tinha ouvido!

Ou então se calhar ouviu, mas não era para si.

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**O Orador:** ... e espero que fique registado no diário das sessões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicito o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em particular o Sr. Deputado Francisco Coelho, por ter, mais uma vez, trazido com dignidade e propósito o tema da autonomia a esta tribuna e a esta Assembleia.

Para o PSD/Açores, naturalmente, como todos sabem, a importância do regime autonómico é fulcral para o desenvolvimento dos Açores, para a realização da democracia nos Açores e para a concretização do desejo do povo açoriano na sua emancipação e no seu desenvolvimento social, económico e territorial.

A autonomia é, sobretudo, o propósito pelo qual estamos aqui a lutar pelo desenvolvimento do povo dos Açores, e a autonomia não é um processo estanque nem um processo finalizado. Será sempre um processo dinâmico e um processo evolutivo que todos temos que compreender e saber aproveitar em termos da sua defesa e da sua concretização e sempre com o propósito e para benefício das nossas populações, das nossas ilhas, e da nossa concretização enquanto povo em democracia.

Mas autonomia é também, para além do seu histórico e de todo o processo que levou à sua criação e à sua implementação, é também a necessidade de uma autonomia de resultados, para que todos nós nos possamos rever, não só na concretização do processo autonómico, mas também neste processo poder ser um processo que traga resultados para o desenvolvimento económico, social, do povo dos Açores.

É nessa procura de satisfação plena, ou pelo menos na procura de que haja uma satisfação plena do povo dos Açores em termos de obtenção de resultados para o seu desenvolvimento económico e social, que o PSD/Açores estará sempre empenhado no trabalho e no processo de concretização da autonomia ...

**Deputado André Bradford (PS):** Um contributo para a CEVERA!

**O Orador:** ... e dando o seu contributo sempre, em qualquer circunstância, na medida daquilo que é exigível a um partido como o PSD, com toda a sua história e com todo o seu trabalho neste processo de desenvolvimento dos Açores e na concretização daquele que foi um ideário que foi conseguido pela revolução de abril de 74.

É pena que nem todos no Partido Socialista tenham a abertura de espírito de Vossa Excelência e nem todos no seu grupo parlamentar consigam resistir à picardia e à tentativa de minorizar o papel dos outros ...

**Deputado José Ávila (PS):** Olha quem fala!

**O Orador:** .. neste contributo que deve ser todos e no trabalho que deve ser de todos na concretização do processo autonómico para uma autonomia de resultados.

Nós no PSD/Açores estamos conscientes de que este desafio é um desafio sobretudo de concretizar aquela que foi a reforma política do estatuto político-administrativo feita também com o consenso desta Câmara e com o trabalho de todos os partidos, e é isso que valorizamos. E a concretização daquilo que ainda está por fazer em termos de autonomia, incidirá sobretudo sobre isso o trabalho que o PSD/Açores irá fazer e tentar contribuir para os consensos que são necessários no âmbito da reforma da autonomia que pretendemos, mas sobretudo uma autonomia que se possa traduzir em satisfação e em os açorianos se reverem no regime autonómico que têm e obterem a resposta que exigem das suas instituições, desde logo deste primeiro órgão de autonomia que é a Assembleia Regional, para que isso possa ser possível.

E, por isso, da nossa parte, terá o Partido Socialista e terão os outros partidos representados nesta Assembleia, assim como terão os açorianos, o empenho absoluto, a tentativa sempre presente de estarmos ao lado do povo dos Açores, ao lado dos açorianos, e a tentar com todos, e por todos, saber fazer uma reforma da autonomia que vá ao encontro daquilo que nós realmente pretendemos: é que a autonomia seja o instrumento para a democracia e para a realização plena das ambições dos açorianos no seu desenvolvimento económico e social, e os desafios que temos pela frente são certamente muitos, certamente muito exigentes, e que sejamos todos capazes de trabalhar com as nossas divergências, com as nossas diferenças, mas sobretudo em nome de um

ideário comum e de um ideal comum, que é a realização plena dos Açores enquanto Região Autónoma capaz de trazer resultados ao desenvolvimento económico e social do povo dos Açores.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Algumas referências tendo em conta o tema que o Sr. Deputado Francisco Coelho trouxe aqui, um tema de grande relevância, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Enorme!

**O Orador:** ... e quando se fala em autonomia, parece-nos importante e fundamental que em primeira instância todos nós tenhamos sempre a capacidade de fazer pedagogia sobre aquilo que representa a autonomia, sobre aquilo que é fazer autonomia todos os dias, e sobre aquilo que nos garantiram 40 anos de autonomia democrática na nossa Região.

A verdade é que hoje os Açores têm índices de desenvolvimento económico, social, infraestrutural de que não há memória na nossa Região, e o mérito de

termos conseguido garantir toda essa evolução e toda essa melhoria considerável na qualidade de vida das açorianas e dos açorianos é, certamente, dos 40 anos de autonomia democrática que felizmente temos na nossa Região.

O Sr. Deputado Francisco Coelho, na tribuna, fez várias referências e deu vários exemplos daquilo que é fazer autonomia. Uma autonomia afirmativa, uma autonomia que não anda de mão estendida perante o Terreiro do Paço, uma autonomia que se afirma todos os dias, mostrando aquilo que é uma mais-valia para o nosso país. Os Açores, as autonomias regionais, acrescentam muito à dimensão (até internacional) do nosso país, e são, podemos afirmá-lo hoje, mérito de todos os que estão aqui sentados e é mérito de todos aqueles que durante mais de 40 anos construíram o regime autonómico democrático que temos hoje.

A autonomia é um dos processos políticos melhor sucedidos no nosso país. Isso é mérito, em grande medida, de todas as açorianas e de todos os açorianos.

E, portanto, em primeiro lugar parece-nos fundamental que independentemente daquilo que cada partido acha, de independentemente dos processos políticos e negociais que estarão na base da construção das propostas que sairão deste Parlamento no âmbito do processo de reforma da autonomia, é fundamental que todos nós não nos deixemos embrear pelos populismos de última hora, por uma sociedade cada vez mais mediatizada e imediatista, e não podemos, obviamente, descurar a pedagogia normal e necessária sobre as mais-valias da autonomia e o que é que isso representa para todos nós. Seremos nós a ter a capacidade de decidir o destino dos nossos recursos, e conseqüentemente garantir melhor e mais qualidade de vida para os nossos concidadãos.

Fazer também, e este em nome do Governo dos Açores, um apelo ao consenso. Neste processo negocial, haverá com certeza divergências, convergências, discordâncias, ainda bem que assim é, é saudável que assim seja, mas parece-nos que lá fora, aqueles que tratarão noutras instâncias este processo, estarão

eventualmente a torcer para que nós não nos entendamos em matérias estruturais para o futuro da nossa autonomia, e estou certo que todos aqueles que estão aqui terão a responsabilidade e a inteligência de perceber isso porque estou certo também que nas questões estruturais no âmbito do futuro da nossa Região e do futuro da nossa autonomia, muito mais é aquilo que nos unes do que aquilo nos separa.

Para que neste processo possamos ter, tal como terminou a sua intervenção o Sr. Deputado Francisco Coelho, uma autonomia fortificada e uma autonomia que se fortaleça em nome e a favor do desenvolvimento da nossa Região, e isso é o que verdadeiramente e realmente interessa.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Julgo não haver mais inscrições.

Para encerrar então a declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para, em primeiro lugar, manifestar genuína satisfação com a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa e é mais uma renovação do compromisso do PSD/Açores com a autonomia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ao que isto chegou!

**O Orador:** Aliás, creio sinceramente que esse será o sentimento e o propósito unânime de todos os grupos e representações parlamentares aqui presentes.

No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista achou que este tempo era um bom tempo para lembrar esta importância e da tarefa que temos pela frente, não só porque vamos entrar ao nível do trabalho e da respeitava Comissão necessariamente numa outra fase, mas também porque eu acho que é

fundamental nós lembrarmos-nos sempre que a autonomia, independentemente das suas formulações, da sua complexidade, da sua teoria, ela tem, como toda a atividade política, no fundo, objetivos e escopos muito práticos, muito objetivos, que dizem diretamente respeito às pessoas e à vida das pessoas, e acho que todos nós, na qualidade de eleitos e de representantes do povo, temos, por maioria de razão, o dever de permanentemente fazer essa pedagogia e de realçar a importância destes trabalhos, a importância desta preocupação também no seu sentido prático e no que ela afinal vai resultar para a vida das pessoas.

Posto isto, naturalmente há um trabalho a fazer, com as suas dificuldades e os seus desafios, em que, estamos certos, todos se mostrarão à altura da importância e da dignidade do tema e da tarefa.

Vamos pois ao trabalho.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos então esta declaração política.

A próxima cabe ao PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Agora sim, a verdadeira declaração política!

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Ó San-Bento, esta é para ti!

**O Orador:** ... Os Açores são a capital do leite de Portugal porque encontraram no clima, na condição dos seus solos, na vontade e no saber fazer dos agricultores açorianos a melhor forma de valorizar a terra e a sua produtividade como o ativo mais importante da economia regional.

Pressupõe-se, então, que com essa vontade própria, com a afetação dos recursos humanos, materiais e financeiros adequados, teríamos as condições para liderar a excelência dos lacticínios em Portugal e estarmos na linha da frente da produção do leite e lacticínios na União Europeia, mas também na sua valorização.

Com a Política Agrícola Comum a disponibilizar aos Açores recursos financeiros avultados, desde 1986, quer para investimentos públicos quer para apoio ao investimento privado nas explorações agrícolas e nas agroindústrias deveria o setor leiteiro estar hoje numa condição bem diferente.

Com o fim das quotas leiteiras em abril de 2015, e já anunciadas na Reforma da PAC de 2003, o Governo dos Açores não olhou com sentido de responsabilidade ao futuro da fileira do leite e lacticínios atendendo a que todos os avisos iam no sentido de um aumento da produção leiteira na União Europeia, de forma muito competitiva pelos países com maior capacidade de resposta e da correspondente descida dos preços.

Ora, tornou-se evidente que, desde logo, era obrigatório estudar um plano de reestruturação da produção leiteira nos Açores e na adequação das diversas indústrias no previsível comportamento dos mercados.

Não se tratava de mais ou menos leite pois 100 mil vacas a produzir, em média, seis mil litros por ano, num modelo de produção equilibrado, atingiam facilmente, como atingiram, os 600 milhões de litros de leite hoje produzidos na região, desde que a um preço justo e compatível com os custos de produção e com a qualidade produzida.

Restava o desafio da indústria de não estar exclusivamente num mercado pobre como o português.

Em 1986 produziram-se nos Açores 137 milhões de litros de leite e em 2016 603 milhões de litros. Durante 30 anos a produção cresceu 466 milhões de litros de leite, um aumento de 340%.

Com mais produtos lácteos seria de esperar um processo de internacionalização dos lacticínios dos Açores e o que se assistiu em 2017 foi a seguinte segmentação de mercado:

80% dos produtos lácteos dos Açores foram comercializados no continente português.

De todo o leite produzido, 80% foi vendido no continente, no leite em pó 89%, no queijo 88%, na manteiga 86%.

Os Açores invadiram o continente português com produtos de grande consumo e baixo preço e ainda não migraram, a sério, para outros mercados nem fizeram a opção de outros produtos diferenciados em cada segmento de produto.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E ninguém sabe, não é?

**O Orador:** Com o fim das quotas leiteiras, passou-se a uma liberalização da produção mas com penalizações por excedentes de produção, por critérios de cada uma das diversas indústrias.

O pagamento de penalizações aos produtores de leite na ilha Terceira, por excesso de produção relativamente a 2015, nas entregas em 2018, merece a preocupação de todos, pois traduz-se numa injustiça para quem produziu, contribuiu para a economia da ilha e da Região e possibilitou a produção de lácteos à indústria de lacticínios da Terceira, até com o incremento de outras e novas linhas de produtos em 2018.

O Governo que anuncia indicadores favoráveis na Agricultura dos Açores, fazendo disso publicidade, é o mesmo Governo que tem de ir ao encontro dos desastres no setor da produção de leite e lacticínios.

Assistimos, assim, ao recurso sistemático à baixa do preço aos produtores como forma de manter a competitividade destas indústrias e sempre no mesmo mercado.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E é o governo que baixa o preço?

**O Orador:** Nas ilhas onde falta leite à indústria o Secretário diz que é preciso aumentar a produção para viabilizar a indústria, sem se conhecerem quais as medidas de política para o setor nessas ilhas.

No caso da Terceira, onde a indústria dá sinais de não querer mais leite, a Secretaria da Agricultura disse que era preciso acabar com os limites à produção colocados pela indústria e assiste, serena, às penalizações anunciadas e que os produtores terão de pagar.

Produzir mais leite, aceite e comercializado pela indústria, para ser penalizado não é uma solução responsável.

O Governo está a fomentar o mercado negro no leite dos Açores, ao aceitar esse processo.

E isto acontece com a passividade do Secretário da Agricultura.

Se é o Governo que tem os instrumentos financeiros, que apoia ou retira apoios às indústrias e aos produtores, é este Governo Regional que tem a obrigação de ser “árbitro” em situações de conflito e de injustiça, entre as partes envolvidas, numa fileira tão importante como a dos lacticínios.

Não será com o nosso silêncio que o Secretário de Agricultura vai passear nos Açores ...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Passear! A sério?!

**O Orador:** ... ignorando os problemas e as dificuldades dos produtores de leite.

O Secretário de Agricultura lamenta a situação dos produtores da Terceira, diz que é uma decisão da indústria que o governo discorda, mas nada faz.

Por outro lado, um responsável da Pronicol afirma “que o maior desafio é o escoamento e a valorização e que a solução é explorar novos mercados e que sem isso os Açores dificilmente conseguem valorizar devidamente o que produzem.”

Se o Governo está em falta com as indústrias de laticínios, que cumpra com o que deve e sente-se à mesa para apoiar a procura desses novos mercados.

Com os rateios alargados nos apoios ficam ainda pior os agricultores, que agora, para além disso, sofrem do impacto da seca prolongada.

É preciso acabar com anos de referência para atribuição dos apoios e ter a coragem de rever os critérios de atribuição desses apoios, numa lógica de sustentabilidade dos produtores.

Não havendo garantia na melhoria dos preços do leite, e se para isso for preciso desligar as ajudas da quantidade produzida, que se faça, para salvaguardar o rendimento dos produtores, ainda mais quando não se pode aceitar menos leite e menos preço.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se for essencial redimensionar as explorações, é preciso financiar dignamente os produtores que querem sair permitindo a viabilidade dos que precisam de ficar no setor.

A situação dos lavradores da Ilha Terceira é insustentável e é um mau exemplo para um Governo que fala de indicadores quantitativos esquecendo a melhoria do rendimento e os resultados das explorações agrícolas.

Os produtores da Terceira recebem em média, menos três cêntimos do que os produtores de leite de São Miguel, que se encontram em situação difícil face aos investimentos e à modernização a que se obrigaram, designadamente na compra de terra a preços inoportáveis.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** Um Governo Socialista nos Açores já deveria ter-se sentado à mesa com o Governo Socialista no continente.

O Secretário Regional e o Ministro da Agricultura já deveriam ter tido a coragem de fomentar o diálogo estratégico em Portugal para a valorização dos

lacticínios e de terem criado os instrumentos para fiscalizar margens, comportamentos e atos da grande distribuição, que também concorre entre si recorrendo aos preços do leite e dos queijos de grande consumo para atrair clientes.

Se não houver um pacto nos lacticínios portugueses, com o compromisso dos lacticínios dos Açores, vamos arruinar, lentamente, a economia da Região onde alternativas económicas mais sustentáveis e competitivas não existem.

Deixar que as coisas aconteçam quando a economia não é justa nem equilibrada, é matar a agricultura que tanto dinheiro redistribui na sociedade açoriana.

Tenho dito.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Cada oportunidade que temos para refletir e debater sobre a importância da agricultura biológica deve ser encarada, por todos nós, de uma forma positiva e construtiva e é dessa forma que encaramos este momento.

Também podemos dizer que, e aqui temos que...

Peço desculpa, Sra. Presidente, só um segundo.

Temos que admitir...

Só um momento, Sra. Presidente. Se eu poder intervir a seguir...

**Presidente:** Vamos só tentar perceber se há mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Sra. Deputada Mónica Rocha, agora sim, pode continuar.

(\* **Deputada Mónica Rocha (PS):** A intervenção do Deputado António Almeida deixa-me desta forma, um pouco assoberbada.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Emociona-se. O Sr. Deputado António Almeida tem esse efeito!

**A Oradora:** Só para descomprimir.

Temos que admitir que efetivamente a agricultura açoriana tem sofrido uma franca evolução, transversal a todos os setores e isso é um compromisso e um trabalho que tem sido feito por todos.

Peço desculpa, Sra. Presidente, eu não consigo.

**Presidente:** Sr. Deputado André Bradford.

(\* **Deputado André Bradford (PS):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

*Eram 11 horas e 02 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 11 horas e 22 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Considerando o mal-estar da Sra. Deputada Mónica Rocha, será o Sr. Deputado António Toste Parreira a fazer a intervenção pelo Partido Socialista.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à declaração política do Sr. Deputado António Almeida, e começando pelo preço do leite, dizer o seguinte: claro que nós queríamos que o preço fosse melhor, mas gostava de lembrar o Sr. Deputado que realmente o preço não é aquele que nós queremos, mas na década de 90 (entre meados e finais) o preço do leite, além de ser mau, era mau e não era pago. Havia um ano de atraso nos pagamentos.

Era o Governo o PSD, era o Sr. Deputado nesta Casa, e a pergunta que eu lhe faço é: o que é que o senhor fez nessa altura para defender os lavradores?

**Deputado Francisco César (PS):** Ora aí está!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** E começo por aqui.

Relativamente ao preço, não é aquele que nós queremos, e eu repito, mas também há que frisar que de 2016 para 2017, houve um crescimento de cerca de 4%. Queremos mais, é certo, mas foi aquele que foi possível.

Relativamente às receitas, a comercialização principal dos produtos lácteos em 2016 atingiu as 212 mil toneladas, e o valor da receita 279 (quase 280) milhões de euros.

Em 2017, essa mesma comercialização baixou para 208 mil toneladas e a receita subiu para 294 milhões de euros. Aqui houve um crescimento nas vendas de cerca de 6%, mais precisamente 5,4.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Mas mesmo assim dependem dos apoios diretos e indiretos!

**O Orador:** O que eu quero dizer com isso, mesmo o preço do leite não estando de acordo com o trabalho que foi feito pelo Governo, pelos produtores, pelas associações, a receita, neste caso, tem vindo a subir. E os últimos resultados também demonstram. Se formos ver o valor acrescentado bruto, de 2016 para 2017 cresceu 5,2%. Isso também é importante referir e isto aqui o senhor não referiu!

Relativamente aos mercados, muito trabalho também já foi feito. Como o senhor bem sabe, há outros mercados para além do nosso mercado europeu, que é aquele onde nós estamos inseridos, há novos mercados que foram conseguidos. Para além do mercado da China, conseguiu-se o mercado da Índia, da Austrália, da Bósnia, da Colômbia, de Cuba, México, Panamá, Peru, Turquia e agora recentemente o Japão.

São mercados alternativos que cabe também à indústria, como é lógico e normal, procurar esses novos mercados, inovar, valorizar o produto.

Eu penso, ainda há poucos dias houve um debate onde estava o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, onde estava também o representante da BEL e o Sr. Secretário Regional, e muito ali se falou e chegou-se a uma conclusão. Portanto, cabe ao Governo pôr os instrumentos e as ferramentas, mas também agora cabe à indústria fazer o seu papel na procura de novos mercados, valorizar o preço, e só assim chegaremos lá.

Mas o Sr. Deputado fala do leite (e fala muito bem), mas por acaso não falou no setor da carne, que é um setor que evoluiu bastante nos últimos tempos e foi uma coisa que o senhor não trouxe aqui.

Se formos ver o que é que aconteceu ao setor da carne nos últimos tempos, temos o crescimento do preço na ordem dos 20%, e isso é um bem para a nossa agricultura.

Referir o trabalho que foi feito pelo Governo, da mesma forma que o senhor repete sempre que está tudo mal e que está tudo negro, não concordamos com isso. O próprio Presidente da Federação Agrícola reconhece que o sucesso do Turismo é o sucesso da agricultura. Olhe, quer dizer que a agricultura tem vindo a melhorar. O único contra que temos e reconhecemos, e não é demais repetir, é o preço. Nós estamos inseridos num mercado aberto, competitivo, estamos à distância desse grande mercado, e nós temos sempre mais dificuldades.

Agora, da parte do Governo, da parte do produtor, também a indústria teve um grande papel na modernização das empresas, já há novos produtos. Ainda aqui há dias estava num mercado em São Miguel onde há ali uma panóplia de queijos de grande parte da Europa, mas os Açores estão lá representados com bons queijos e com preços competitivos igual aos outros. Agora, cabe-nos vender melhor o produto, pois cabe. Cabe a quem de direito.

Esse trabalho tem sido feito, nomeadamente o Governo Regional fez, é conhecido por todos, e foi numa parceria com todos. Não é o trabalho do Governo Regional. É o trabalho do Governo Regional, dos produtores, das associações, dos industriais. É esse papel, por todos desenvolvido, que está feito e é onde chegámos.

Agora, o trabalho que se fez até agora, se não o tivéssemos feito, onde é que estaríamos? Pode não estar tudo bem, sabemos também que não está tudo bem, mas o que foi feito valorizou para chegar aqui! Agora, os passos seguintes que temos que dar é valorizar cada vez mais o nosso produto, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É isso que não se faz!

**O Orador:** ... inovar cada vez mais, procurar esses novos mercados, eles já existem, há que fazer esse trabalho!

Ainda estou aqui a lembrar-me do CETA no Canadá, um programa também que já existe há um ano e vamos ver também se aqui temos outra oportunidade, outra janela que seja bom para a Região.

Lembrar o que era a sanidade animal há uns anos atrás, hoje está praticamente erradicada. Isso deve ser valorizado. É uma coisa que o senhor também não fala porque não lhe convém falar, não é?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há uns anos andava-se de caravela!

**O Orador:** A grande remodelação na rede regional de abate, é por isso que hoje temos a carne que temos, carne com qualidade, e com preço muito valorizado.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, hoje há procura de carne dos Açores do mercado nacional. Para alguma razão nós temos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mais cara do que no continente!

**O Orador:** As exportações, em 2017, atingiram 55%. O senhor bem se lembra que nós exportávamos, em vivo, quase 50 mil animais. Passou-se para menos de 10 mil! Mas isso o senhor não fala aqui.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Esqueceu-se da sua ilha!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale da Terceira!

**O Orador:** Tenho que ser eu a falar.

Eu penso que para o senhor é quanto pior, melhor. Se calhar é esse o lema do PSD, ou esse novo PSD, quanto pior, melhor, que pensam que é assim que é maneira de chegar ao Governo e eu penso que não é essa. Devemos ser corretamente políticos, e o senhor aqui não tem sido correto politicamente. Acho que não tem sido.

Também uma outra área que é importante, a área da diversificação, que muito foi feito, coisa que o senhor aqui também não fala!

**Deputado Marco Costa (PSD):** E as multas na Terceira!?

**O Orador:** Em 2015 nós estávamos nos dois mil hectares e presentemente já ultrapassámos os três mil! É de uma importância fundamental e diminui drasticamente as importações, nomeadamente ao nível das hortícolas. Foi um passo gigantesco que foi dado!

Quando o senhor fala no redimensionamento das explorações, isso é um trabalho que está a ser feito pelo Governo Regional, mas o seu colega António Ventura em 2011 era contra este mesmo redimensionamento. Ou seja, o Governo dos Açores já via há 10 anos atrás aquilo que os senhores agora é que estão a ver, e nós na altura já estávamos a ver esses passos que teriam que ser dados.

**Deputado Marco Costa (PSD):** O selo da marca Açores!!

**O Orador:** O selo da marca Açores, que é uma peça fundamental, o que fez aumentar também muito as nossas exportações. O apoio através do Competir +, os acessos aos mercados, nomeadamente a exportação de produtos lácteos e da carne, onde há um apoio de 90%, que é um dado importante e significativo.

Portanto, realçar também aqui o papel determinante dos nossos agricultores, a forma como encararam os desafios, com conhecimento e sabedoria aos poucos foram transformando estes mesmos desafios e oportunidades.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Afinal o homem tinha um discurso escrito!

**O Orador:** Aqui há que realçar o excelente trabalho feito pelos nossos agricultores, e também dizer que o Governo dos Açores e este grupo parlamentar está aqui disponível, como sempre, para fazer mais e melhor pelos nossos agricultores, pelos Açores, e por todos os açorianos.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu começaria, naturalmente, por saudar o PSD e o Sr. Deputado António Almeida por trazer este tema que é, de facto, muito importante e é muito relevante para a economia da Ilha Terceira e para a lavoura terceirense.

Dizer que, no nosso entender, o Governo ainda nunca teve a coragem (a verdadeira coragem) de resolver o problema do setor do leite na Ilha Terceira,

...

**Deputado André Bradford (PS):** Qual é a coragem?

**O Orador:** ... deixando permanentemente os produtores terceirenses presos ao monopólio que existe na Ilha Terceira.

**Deputado André Bradford (PS):** Como é que se faz? Diga lá como é que se faz!

**O Orador:** Os resultados estão à vista quando a lavoura terceirense agora tem que pagar multas por excesso de produção. E nesta matéria o Governo Regional tem cometido erros gravíssimos, nomeadamente quando aposta na estabulação permanente e nós falamos ...

**Deputado André Bradford (PS):** Não tem nada a ver com o assunto!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem!

**O Orador:** A estabulação permanente aumenta a quantidade e diminui a qualidade do leite, e se estamos a pagar multas por entrega de excesso de leite, obviamente que a estabulação permanente foi um erro e nós chamámos a atenção para isso na altura! Já para não falar da importância que o Governo Regional atribui à agricultura da Ilha Terceira, que fica bem patente no corte de cinco milhões de euros que o Governo aplicou nas verbas destinadas à Ilha Terceira no âmbito do plano e orçamento para 2019.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Relativamente à matéria aqui em discussão, não posso deixar de referir duas ou três questões em nome do Governo dos Açores relativamente a este assunto, e dizer que me parece, independentemente dos méritos e do conhecimento que o Sr. Deputado António Almeida tem sobre o setor, que julgo que na base da sua intervenção estão algumas imprecisões e confusões propositadas sobre aquele que deve ser o papel de um Governo, no caso o Governo dos Açores, no apoio a um determinado setor, e sobre aquele que é, digamos, o papel e a evidência dos mercados ou da indústria.

E o Sr. Deputado na sua intervenção mete tudo no mesmo saco. Aquilo que é o papel do Governo, aquilo que deve ser o papel do Governo na sua perspetiva, mas também aquilo que são as dinâmicas normais do mercado e da indústria, e o Sr. Deputado faz fazer crer que isso são responsabilidades do Governo dos Açores ou de qualquer Governo, e o Sr. Deputado sabe, diria mesmo até melhor do que eu, que isso não é assim.

O Governo dos Açores tem, no âmbito do apoio ao setor leiteiro, que foi o setor sobre o qual versou a sua declaração política, desenvolvido um trabalho inquestionável, sobretudo naquilo que se refere, em primeiro lugar, no apoio à redução dos custos de contexto nas explorações agrícolas, na melhoria das infraestruturas, no apoio aos equipamentos e, no fim da fileira, àquilo que deve ser a valorização do escoamento dos produtos agrícolas, no caso dos produtos lácteos.

Aliás, o Sr. Deputado António Toste Parreira fez várias referências e deu vários exemplos daquela que tem sido a nossa evolução desde há algumas décadas atrás até aos dias de hoje, e isso não é mérito certamente apenas do Governo,

atenção. Isso é, em primeira instância, sobretudo, mérito de quem se dedica a esta atividade agrícola.

Mas também é preciso dizer o seguinte, e o Sr. Deputado António Almeida também tem algum mérito de estar permanentemente a debater estas questões, mas é importante também que nós façamos um pouco de história e perceber onde é que estávamos, onde é que estamos e para onde vamos. Ou seja, eu recordo-me, recordar-se-ão aqui praticamente todos aqueles que estão aqui sentados dos debates que nós tivemos aqui aquando do fim das quotas leiteiras...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e daquilo que isso representava, da forma como isso sustentava muitas opiniões na nossa Região. Pintavam-se cenários dantescos e negros, dizendo-se em muitos casos de que o setor leiteiro da Região não aguentaria o fim das quotas leiteiras que, como sabe, foi uma imposição externa da União Europeia.

Mas a verdade é que, passados estes anos, os tais cenários negros e os tais cenários dantescos, os tais profetas do apocalipse, não se confirmaram porque nós conseguimos ultrapassar essa fase de indefinição e de grandes desafios, certamente, que isso constituiu, não só para o Governo dos Açores, mas sobretudo para os agricultores e para quem se dedica a esta atividade.

Eu recordo-me, nós tínhamos títulos e manchetes de jornais de dirigentes associativos, de líderes partidários, de que nós tínhamos 70% de falências técnicas na nossa Região nas explorações agrícolas. Felizmente, isso não se concretizou.

Não estou com isto a dizer, naturalmente, nem a escamotear que temos que continuar a trabalhar, que temos que continuar a fazer mais, temos pela frente um desafio enorme que é o processo de negociação no âmbito da política agrícola comum que vai regular também os financiamentos para as regiões

também ultraperiféricas a partir de 2020 e, portanto, não estou com isto a escamotear aquilo que temos que continuar a fazer, mas não se pode, Sr. Deputado António Almeida, permita-me a referência, por um lado confundir aquilo que deve ser o papel de um Governo no apoio a um setor com aquilo que pode ser a intervenção de um Governo na definição dos preços do leite, naquela que é a dinâmica normal dos mercados e da indústria.

E também dizer o seguinte: sabe o Sr. Deputado também, até eventualmente melhor do que eu, que quando abordamos o setor leiteira da nossa Região, abordamo-lo com, diria, nove dinâmicas diferentes. Uma coisa é São Miguel, outra coisa é o problema da Terceira, que tem um problema conhecido devido ao monopólio que lá existe, é verdade, e assim sucessivamente por todas as ilhas dos Açores tendo em conta as várias dinâmicas que lá existem.

E a verdade é que, mérito com certeza das políticas públicas que foram definidas pelo Governo e que foram também definidas aqui, mas mérito sobretudo de quem se dedicou a esta atividade, nós hoje temos um cenário bem diferente daquele que se adivinhava aquando do fim dos cenários que eram construídos no âmbito do fim das quotas leiteiras. Dizia-se que era 70% das explorações em falência técnica, que isto era tudo uma desgraça, e nós agora temos declarações de dirigentes federativos do setor que dizem, muito recentemente: “O sucesso do turismo na Região está também ligado ao sucesso da agricultura”. E eu julgo que esta frase, não é do Governo, não é minha, é sim de um destacadíssimo dirigente federativo, é bem demonstrativo daquele que é o contexto e o cenário hoje no setor agrícola.

Ou seja, existiram dificuldades, continuamos a trabalhar para ultrapassá-las num contexto de mercado livre e totalmente aberto, o Governo tem feito o seu papel no apoio ao setor, na redução de custos de contexto, na valorização dos produtos no fim da fileira, seu escoamento e, de grosso modo, da sua venda, porque isso é que verdadeiramente interessa, mas temos aqui o reconhecimento

dos representantes associativos de que a evolução económica que temos tido num setor que está num boom gigantesco, como bem conhecem, o turismo, está também intimamente ligada ao sucesso do setor agrícola.

Assim queremos que continue e aqui estaremos, como sempre, a assumir as nossas responsabilidades e a continuar a trabalhar porque não temos dúvida que uma agricultura mais forte será sempre sinónimo de uma Região mais forte, e isso é fundamental para todos nós.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Então para encerrar a declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o encerramento desta declaração política, dizer o seguinte: um alerta ao Sr. Deputado Toste Parreira para que sempre que recue no passado, tenha em consideração o seu próprio passado, mas relativamente à minha intervenção nesta Assembleia, não na qualidade de membro do Governo, mas como deputado, de ao ler os diários das sessões, reparar que mesmo quando o PSD estava no Governo, eu tinha sentido crítico.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas era menos!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Talvez mais sentido crítico do que o Sr. Deputado tinha nessa altura.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito menos!

**O Orador:** Se calhar o Sr. Deputado nessa altura, como cidadão, aplaudia alguma coisa que eu criticava. Portanto, convém recuar no passado e reparar que a minha intervenção na Assembleia, ...

**Deputado António Toste (PS):** Muito menos! Não é comparável!

**O Orador:** ... noutro contexto e noutros tempos, foi elogiosa e também foi crítica.

Segunda questão importante. Independentemente das questões transversais que o Sr. Deputado referiu, eu vou recentrar o exemplo da Ilha Terceira com uma preocupação que me traz aqui para falar de forma transversal do setor leiteiro.

Atribuição de multas, de pagamento de penalizações por excesso de produção, exige que o Governo seja árbitro, e para mim árbitro é atuar com isenção, é olhar para o papel da indústria e dos produtores de forma distinta, porque o Governo detém e decide instrumentos de carácter financeiro que apoia os investimentos na indústria, na sua modernização, e os investimentos na produção.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ora, as despesas ilegíveis, os investimentos ilegíveis, os critérios para a elegibilidade dessas despesas fazem parte da política agrícola regional, não pelo facto de serem financiados com fundos comunitários. Ora, a orientação para a indústria e orientação para a produção decorre de uma decisão estratégica que o Governo deve tomar e que não toma. Nós não podemos assistir à penalização dos produtores de leite da Ilha Terceira, que o senhor nem sequer se referiu a essa situação...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Dava jeito!

**O Orador:** ... quando era esse o objeto e o argumento para a nossa declaração política, sabendo que o Sr. Secretário Regional deu nota da discordância do Governo, mas nada faz para atuar nesse sentido.

O nosso apelo e a nossa declaração política é para que o Sr. Secretário Regional exiba as suas competências como o mais alto responsável público em termos de política agrícola regional e que se sente com as partes! Que se sente na Ilha Terceira com as associações de agricultores, com os acionistas da Pronicol, e aí monte uma estratégia que sirva todas as partes.

Nós não defendemos, nem eu defendo, que só existe setor leiteiro com produtores. Existe setor leiteiro com indústria competitiva, mas se a própria indústria reconhece que é preciso chegar a novos mercados, como disse um dirigente da Pronicol, para melhorar e valorizar os produtos, então o Governo tem que se sentar com a indústria e disponibilizar os instrumentos para que essa indústria procure, estude, e consiga estar ...

**Deputado António Parreira (PS):** É isso que é feito!

**O Orador:** ... nos novos mercados, valorizando a produção agrícola.

Este é aqui o nosso alerta na perspetiva política. E porque nós não podemos fugir de um contexto nacional quando 90% dos diversos produtos lácteos dos Açores estão no mercado do continente a concorrer com empresas de outra dimensão no mesmo mercado, isso implica, naturalmente, que o responsável político pela agricultura nos Açores se sente com o responsável política nacional, porque as organizações de produtores nacionais também dão nota dessa preocupação de falta de estratégia ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** ... e de degradação dos preços no mercado continental.

E, portanto, não é apenas um problema dos Açores, é um problema nacional, mas como nós produzimos mais de 30% do leite do país, essa responsabilidade regional é muito maior e o impacto dessas políticas é muito maior nos Açores do que na agricultura do continente onde o leite tem peso, mas um peso relativo, e nos Açores não é assim que se passa.

E, portanto, nós estamos a fazer um apelo à intervenção do Sr. Secretário Regional ao nível político, ...

**Deputado António Parreira (PS):** Mas o Sr. Secretário Regional tem feito isso!

**O Orador:** ... mas não só isso! Que tenha a coragem, não apenas de visitar projetos interessantes da indústria e da produção, mas que consiga visitar as explorações que estão com problemas (ao contrário do que diz), ...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Ele visita!

**O Orador:** ... as indústrias que estão com problemas, e procure disponibilizar os recursos que são necessários para que os objetivos sejam atingidos.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Ele não tem feito outra coisa! Sabe que o contexto da Terceira é diferente!

**O Orador:** Não tem feito outra coisa senão percorrer as nossas ilhas sem tomar decisões. As decisões mais relevantes que foram tomadas ultimamente têm a ver com a situação periclitante da seca. O resto, em termos estratégicos, continua sem acontecer.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E o apelo que eu insisto é que relativamente ao exemplo da Ilha Terceira, mas decorrerá naturalmente também com outros exemplo em São Miguel, que o Secretário tenha a coragem de ser o árbitro para a resolução dos desequilíbrios e das injustiças que estão a acontecer.

O alerta que vos deixo aqui é o seguinte: se o Governo, de forma passiva, deixar que esse desequilíbrio exista, está a promover o mercado negro do leite, as indústrias podem estar a comprar leite barato numa situação de autêntico mercado negro, e não é aceitável!

O Sr. Secretário Regional tem que intervir nessa matéria e repor a igualdade! E se essa justiça não puder ser repostada, tem que questionar a indústria, do que é que necessita para que isso não aconteça. Ou há redistribuição equilibrada do rendimento em toda a fileira, ou então vamos assistindo à degradação, que é isso que menos interessa, porque é por inépcia do próprio Governo que ela vai acontecer.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim esta nossa declaração política.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 12 horas.

*Eram 11 horas e 46 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 09 minutos.*

Passamos para a última declaração política desta manhã, cabe ao Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

O PS/Açores veio demonstrar a sua desilusão quanto ao acordo celebrado entre o SINDESCOM e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores para os trabalhadores do setor do turismo.

Um acordo inquestionavelmente insatisfatório, insuficiente e injusto para os trabalhadores considerando a prosperidade económica vivida pelo setor.

Tal como os trabalhadores do setor do turismo, o PS/Açores sentiu-se enganado, porque, afinal, e feitas as contas, o acordo firmado não é mais do que a atualização da tabela salarial aplicada ao setor, de acordo com o valor do salário mínimo na Região.

Nós, BE, partilhamos da desilusão do Partido Socialista, neste caso concreto, e, vamos mais além, desafiamos o PS/Açores a também indignar-se com os vários exemplos do uso e abuso do poder detido pelo Governo Regional para pôr e dispor da Administração Pública Autónoma e, particularmente, de um dos seus institutos públicos mais conhecidos e com reconhecido trabalho e serviço público de proximidade desempenhado.

A RIAC que, na Região, desempenha o papel das Lojas do Cidadão, indo até mais além na sua missão graças à dedicação dos seus trabalhadores à causa pública ao garantirem a prestação de um serviço público descentralizado condizente com as exigências da nossa condição geográfica. Temos lojas RIAC quer em Ponta Delgada, quer na freguesia mais recôndita do arquipélago.

Os seus trabalhadores de *front-office* encontram-se enquadrados na carreira de assistente técnico, dos quais 100 auferem de sensivelmente 683,13€ mensais – um pouco acima do salário mínimo - pese embora o nível de complexidade e responsabilidade inerente às efetivas funções desempenhadas que vão para além do previsto no conteúdo funcional para esta carreira.

Estes trabalhadores emitem cartões de cidadão, passaportes, pagam pensões, prestam apoio no preenchimento de declarações de rendimentos para o IRS e garantem o acesso aos cidadãos a diferentes serviços na Administração Pública. Estas são só algumas das tarefas mais visíveis, entre muitas outras nem sempre tão evidentes, mas que não deixam de acarretar um menor grau de complexidade e de responsabilidade. O PS/Açores teria razão para se indignar com o comportamento reiterado pelo Governo Regional que suporta.

A vice-presidência que tutela a RIAC recusa-se a retomar a mesa das negociações para arranjar uma solução e estabelecer um compromisso com os representantes dos trabalhadores da RIAC, no sentido de valorizar as suas carreiras por via da criação de uma carreira específica ou através de uma valorização salarial.

Aliás, foi a insensibilidade da vice-presidência que determinou a realização de uma greve durante os dias 02, 03 e 04 de maio do ano passado, a qual se traduziu numa adesão que variou entre os 70 e os 90% e o encerramento das 34 das 60 lojas. Só não foram encerradas mais lojas porque o serviço foi assegurado por beneficiários de programas ocupacionais, como foi, por exemplo, o caso da loja da Rua da Sé, na Terceira.

Em resposta, a tutela não só insistiu na impossibilidade de atender às pretensões dos grevistas como também anunciou a atribuição de ainda mais funções e responsabilidades aos trabalhadores. Como se este cenário não fosse ainda suficiente para atestar da incapacidade e vontade do Governo Regional em dar o exemplo acerca do que deve ser uma relação salutar com os trabalhadores, instituiu-se um protocolo entre a RIAC e a Unidade de Saúde da Ilha Terceira que não é mais do que um contrato de outsourcing para prover os núcleos de saúde familiar de funções administrativas.

Por outras palavras, os núcleos de saúde familiar – constituídos por médicos, enfermeiros e administrativos – contariam com os funcionários da RIAC como administrativos.

Um acordo de outsourcing que prevê inclusivamente a possibilidade do recurso a beneficiários de programas ocupacionais para cumprirem estas mesmas funções nestas equipas pluridisciplinares.

Para o Governo Regional são funcionários da RIAC, com contratos de trabalho em funções públicas, e beneficiários de programas ocupacionais enquadrados pela RIAC, que exercem funções nos núcleos de saúde familiar. As funções a desempenhar são tão diversas e acarretam um nível de responsabilidade e o dever de sigilo e confidencialidade só exigível a quem presta funções públicas de carácter muito particular.

Estes funcionários da RIAC, bem como beneficiários de programas ocupacionais, terão de prestar informação sobre o certificado de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença de funcionário público, informação e abertura de processos de cobrança de taxas moderadoras, informação e abertura de processos de pedidos de reembolsos à Unidade de Saúde da Ilha Terceira, informação e abertura de processos (alta antecipada, prestação compensatória, subsídio de doença), entre muitas outras funções previstas neste protocolo.

Este regime de outsourcing endo-administrativo deveria vigorar até 31 de dezembro último, automaticamente renovável se não fosse denunciado. Terá sido renovado? Continuará a vigorar?

Cereja no topo deste bolo de maus hábitos na relação entre a tutela da RIAC e os seus trabalhadores, foi quando neste natal, e perante o anúncio de uma nova greve para os dias 20 e 21 de dezembro, foram concedidas dispensas aos trabalhadores para 'irem às compras' num desses dias de greve para claramente

retirar qualquer significado e impacto à greve, tendo a tutela adotado um comportamento similar ao grupo Jerónimo Martins ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não foi essa a razão!

**O Orador:** ... quando tentou ofuscar o significado do Dia do Trabalhador com super promoções nos seus hipermercados.

Partilhamos a insatisfação do PS/Açores perante as condições laborais e salariais alcançadas pelos trabalhadores do setor do turismo.

Será que o mesmo PS/Açores partilha da nossa insatisfação relativamente ao comportamento e às opções políticas da vice-presidência quanto ao funcionamento da RIAC e valorização das carreiras dos seus trabalhadores?

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vê com agrado essa declaração política trazida a esta Câmara pelo Bloco de Esquerda.

O PSD tem acompanhado os funcionários da RIAC, designadamente naquilo que são os seus problemas e os seus anseios por uma carreira específica ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E dado apoio psicológico também!

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem, muito bem!

**O Orador:** ... para estes funcionários.

O PSD apresentou um requerimento em maio de 2018 que já questionava o Governo sobre essas matérias. Desde essa altura para cá, para além de todas as diligências que o PSD fez, os funcionários da RIAC fizeram uma greve onde houve uma tentativa clara de a desvalorizar.

Ora, importa aqui valorizar os funcionários da RIAC, importa aqui dignificar os funcionários da RIAC pelo serviço que prestam em toda a Região.

A RIAC consegue fazer chegar os serviços à administração pública, onde estes têm menos implementação, consegue ter uma proximidade que os serviços da administração pública não têm, e consegue corresponder a algumas das necessidades das pessoas que estão em zonas mais periféricas.

A postura do Governo perante os funcionários da RIAC não tem sido aquela que o PSD julga de digna e de leal para com esses funcionários. Esses funcionários realmente merecem outro tratamento devido à panóplia de funções que desenvolvem e ao serviço que prestam a toda a Região. Esta preocupação não tem sido partilhada pela administração pública.

Um outro aspeto que importa realçar. Estes funcionários recebem imensas tarefas e não lhes é dada a formação profissional adequada, é-lhes dada apenas formação em PowerPoint, em emails a mostrar como são desenvolvidas as tarefas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Importa valorizar e dignificar os funcionários da RIAC.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Uma referência relativamente à declaração política do Bloco de Esquerda e às referências que faz relativamente àquilo que tem acontecido nos serviços da Rede Integrada de apoio ao cidadão, e não posso deixar de referir que naturalmente recusamos as acusações que foram aqui feitas de qualquer espécie de tratamento desleal para com esses trabalhadores e até da sua valorização profissional.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** A Rede Integrada de Apoio ao Cidadão dos Açores é hoje uma referência e o bom exemplo nacional daquilo que devem ser os serviços públicos da administração pública, e mérito disso é em grande medida dos trabalhadores dessa Rede Integrada de Apoio ao Cidadão. Isso é absolutamente indiscutível.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, não podemos é deixar que se cometam equívocos. As reivindicações que são apresentadas têm, pelo caso por um dirigente sindical, vários constrangimentos legais. Eu recordo que a criação de uma carreira específica na administração pública não é competência da Região.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Aí é que o senhor se engana!

**O Orador:** É sim competência da República e, portanto, desde logo existe aqui uma divergência de base que não está no campo da opinião, está no campo das

evidências constitucionais e do quadro legal que regula a administração pública no nosso país.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Não! O Sr. Vice-Presidente também tinha esse discurso, mas já não tem!

**O Orador:** E, portanto, dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo está, como sempre esteve, atento a toda a dinâmica da administração pública regional, também à Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, e dizer também que julgo que ninguém poderá negar ou pôr em causa o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo dos Açores na proteção dos trabalhadores da administração pública regional nas suas diversas vertentes que, como se sabe, tem hoje nos Açores melhores condições nas suas funções do que aquelas que existe no resto do país, e no caso da RIAC isso também é assim.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que vos posso dizer é que relativamente a esta matéria há uma questão legal incontornável, a questão da criação de carreiras específicas que é talvez a grande reivindicação destes trabalhadores que têm vindo a liderar esta greve, há aqui uma questão legal insanável e inultrapassável.

E também dizer o seguinte. Eu julgo que fazer referências à desvalorização das greves que ocorreram ou aos alegados subterfúgios que eventualmente aconteceram relativamente a essa matéria, bom, eu julgo que isso é, em grande medida, uma ofensa aos próprios trabalhadores ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque quem está a lutar e a defender e a ter e a afirmar as suas reivindicações, naturalmente que não se troca por qualquer tipo de dispensa ou de dispensa de dia para compras.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isso são apenas, na nossa perspetiva, subterfúgios político-partidários que não correspondem de todo à verdade, e que são no fundo até uma ofensa para com os trabalhadores da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão. Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** O senhor é que devia ter respeito por eles!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam o Partido Socialista expressar a sua posição sobre esta matéria.

Em primeiro lugar dizer que sim, Sr. Deputado, nós estamos disponíveis, e sempre estivemos disponíveis, para atender a todas as circunstâncias em que possamos atender a reivindicações justas da parte dos trabalhadores quando elas são possíveis de atender. Foi isso que fizemos e é isso que temos feito.

Aliás, é curioso que nesta matéria, a mesma central sindical que teve tanto cuidado em reivindicar um novo estatuto para os trabalhadores da RIAC, já não tenha tido o mesmo cuidado em relação aos trabalhadores do turismo. Bom, mas isso saber-se-á um dia porquê.

Segundo ponto, Srs. Deputados, e que eu penso que deve ficar claro. Foi dito, por diversas entidades, que não houve da parte do Governo dos Açores a possibilidade do diálogo. Isso não corresponde, efetivamente à verdade. Quer o membro do Governo com a tutela sobre a RIAC, quer o seu coordenador reuniram por diversas vezes com os representantes e com os trabalhadores e foram dados esclarecimentos e prestados esclarecimentos no âmbito daquelas que são as pretensões dos trabalhadores.

Segundo ponto. Foi dito aqui que, para evitar uma greve ou para diminuir o valor de uma greve, foram dadas, digamos, dispensa para compras. Bom, talvez

seja bom verificar na administrar pública e na própria RIAC se alguma vez isto tinha acontecido. Na prática, todos nós sabemos que é comum, é normal, que essas dispensas sejam realizadas por esta altura. Portanto, não é um ato isolado, é algo recorrente.

Para além disso, em relação às carreira, aquilo que já foi dito e redito é que tendo em conta as características do trabalho realizado e da situação em que estão os trabalhadores da RIAC, não estão reunidos os requisitos legais para podermos criar uma carreira especial.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Quais são esses requisitos?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São 3.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Quais são?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não cumprem esses requisitos! É o que estão no código de trabalho!

**O Orador:** Isso não foi a primeira vez que foi dito. Já tem sido dito por diversas vezes. Caso esses requisitos tivessem preenchidos, naturalmente nós teríamos outra ponderação e analisaríamos de outra forma.

E, portanto, sobre esta matéria, nós não temos uma postura de um lado e uma postura diferente do outro. Nós atendemos às especificações das funções de cada trabalhador. Nós esperávamos ver aqui o Bloco de Esquerda ao nosso lado na questão do turismo com uma posição mais forte, de reivindicação, da mesma forma que esperávamos ter o Partido Social Democrata aqui ao lado do Partido Socialista a atender aqueles que são os direitos dos trabalhadores do público e do privado.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Temos competência para criar carreiras específicas!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Neste caso não!

**O Orador:** Aliás, em matéria de carreiras especiais, os Srs. Deputados do PSD devem ter muito orgulho do vosso património. Foi durante o vosso mandato no Governo da República que a maior parte das carreiras especiais na administração pública foram eliminadas. Portanto, bem prega Frei Tomás: faz o que eu digo, não faças aquilo que eu faço. E mesmo assim ainda têm a coragem de dizer que na altura havia menos greves, quando todos sabemos que não é verdade.

A posição do Partido Socialista é clara e continuará a ser coerente com aquilo que temos sempre dito.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento. Quem fez a reformulação das carreiras da administração pública foi o Governo do Eng. Sócrates, precisamente em 2008

...

**Deputado Francisco César (PS):** Está enganado, Sr. Deputado!

**O Orador:** Não estou não.

... onde acabou, por exemplo, com a carreira técnica superior, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** ... onde acabou, por exemplo, com as categorias de cozinheiro, de cantoneiro, tendo transformado em assistentes técnicos e em assistentes operacionais.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** E, portanto, as carreiras da administração pública em que havia categorias foram exatamente eliminadas pelo Governo Socialista do Eng. Sócrates.

Muito obrigado.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** É verdade!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para fazer o encerramento da declaração política.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora, foi aqui dito à laia de justificação pelo Sr. Secretário Regional da Presidência e pelo Sr. Deputado Francisco César de que a criação de uma carreira específica que atendesse às pretensões dos funcionários da RIAC seria uma impossibilidade e tratar-se-ia de uma questão legal incontornável.

Ora, eu penso que de facto o Governo Regional até pode estar impedido de criar essa carreira específica, mas esta Assembleia não está.

Aliás, até o próprio Governo Regional poderá elaborar uma proposta e submetê-la aqui a esta Assembleia e decerto que essa questão poderia ser contornada.

**Deputado André Bradford (PS):** E o senhor também pode!

**O Orador:** Nós também podemos, é verdade.

Há outras vias, também poder-se-á valorizar salarialmente estes funcionários, também seria possível sem criar uma carreira específica. Aliás, falando na questão do dia das compras que foi aqui levantado por mim na intervenção inicial ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é que é estrutural, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... e que foi aqui também uma questão abordada pelo Sr. Deputado Francisco César. É verdade, o dia das compras tem sido concedido aos funcionários da administração pública não exclusivamente aos da RIAC, também não foi só este ano, já tem sido em anos anteriores, mas atenção. Pelo menos aos funcionários da RIAC, não sei quanto aos restantes funcionários da administração pública autónoma, os funcionários, durante o mês de dezembro poderiam escolher o dia ...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é sempre assim!

**O Orador:** ... que gostariam de usufruir.

Estranhamente, no ano passado, por altura da marcação da greve, não se sabe bem porquê, deixou de haver essa possibilidade.

E, portanto, foi a própria vice-presidência que acabou por fixar dois desses dias em que o trabalhador teria de escolher. Por coincidência, esses dois dias acabaram por coincidir com os dias da greve.

Quanto à insistência de negociações. Nós nunca acusámos o Governo Regional de não ter iniciado negociações com os trabalhadores da RIAC. O que dissemos daquela tribuna é que tarda a haver uma retoma dessas negociações, porque não foi estabelecido nenhuma acordo e não foi atendida nenhuma pretensão dos trabalhadores da RIAC.

Mais, gostaria de encerrar esta intervenção política deixando aqui uma dúvida, pelo menos, e penso que se essa dúvida se confirmar, então infelizmente teremos na Região a primeira empresa de trabalho temporário sediada cá na Região. E essa empresa chama-se RIAC. Porquê? Porque neste acordo que estabeleceu com a Unidade de Saúde da Ilha Terceira prevê na sua cláusula 3.º uma compensação financeira ...

**Deputado Francisco César (PS):** Oh senhor, mas a gente não lhe pode responder!

**O Orador:** ... pela cedência de trabalhadores aos núcleos de saúde familiar.

A minha dúvida prende-se com o seguinte: eu não sei se neste momento estes trabalhadores estão a receber 1373 euros, porque esse é o valor que está inscrito como participação financeira a ser recebida pela RIAC pela Unidade de Saúde da Ilha Terceira. E se de facto estes trabalhadores não estiverem a receber como salário este valor, isso que dizer que ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não quer dizer nada!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quer que lhe mande a lei?

**O Orador:** ... a RIAC está a lucrar tal e qual como lucraria uma empresa de trabalho temporário! E essa é uma situação que deveria merecer a condenação veemente do Partido Socialista.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E a Segurança Social?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental, mas considerando também o nosso horário, uma vez que depois das declarações políticas o que existiria era as intervenções de interesse político relevante e nos 15 minutos que restam não haverá tempo para as proferir, vamos encerrar os nossos trabalhos e regressamos às 15 horas com a agenda.

*Eram 12 horas e 35 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para iniciarmos a nossa agenda.

*Eram 15 horas e 16 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)*

Entramos no ponto sete da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 110/XI – “Melhoria das condições de funcionamento do serviço de desporto da ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os do processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Às vezes, quando me encontro mais cansado, mais desgastado, pergunto-me: Meu Deus, porque é que isto é tão difícil?

Porque é que é tão difícil conseguir que a Ilha do Corvo possa usufruir de conquistas civilizacionais de que todos os outros já usufruem na nossa Região e no nosso país?

Eu pergunto-me: Porque é que é tão difícil?

Porque é que estas questões implicam sempre uma batalha contra o Governo e contra o Partido Socialista?

Porque é que são colocadas tantas dificuldades?

Porque é que foi tão difícil conseguir o pré-escolar gratuito para as crianças da Ilha do Corvo?

Porque é que foi tão difícil conseguir a colocação de um professor de música na Ilha do Corvo, quando todas as outras escolas já usufruíam dessas valências e todas as outras crianças do Corvo?

Porque é que foi tão difícil conseguir que as crianças do Corvo tivessem acesso a refeições escolares conforme sucede com todas as outras crianças da Região e do país?

Porque é que foi tão difícil conseguir que a escolaridade obrigatória que o Estado impõe pudesse também funcionar na Ilha do Corvo, para que as crianças e os jovens da Ilha do Corvo não tivessem que abandonar as suas famílias com 14 anos? Porque é que foi tão difícil conseguir que isso sucedesse?

Porque é que foi tão difícil algo que está previsto no estatuto político-administrativo desde o primeiro momento uma delegação do funcionamento desta Casa, que as instalações funcionassem também na Ilha do Corvo?

Porque é que foi tão difícil construir um projeto museológico, proteger a cultura, proteger os objetos culturais de interesse cultural na Ilha do Corvo?

Porque é que foi tão difícil?

Porque é que foi necessário realizar nesta Casa tantas batalhas?

Porque é que foi tão difícil, e está a ser tão difícil, proteger o espólio cultural da Ilha do Corvo?

Porque é que é tão difícil conseguir a instalação de uma grua que há dois anos está à espera para ser instalada na Ilha do Corvo?

Porque é que foi tão difícil conseguir a deslocação de médicos, de especialistas, e a criação de novas valências na Ilha do Corvo? Porque é que foi preciso um combate de tantos anos?

Porque é que foi tão difícil conseguir que se construísse um pavilhão coberto,

...

**Deputado Francisco César (PS):** A sério?

**O Orador:** ... um polidesportivo na Ilha do Corvo? Porque é que foi tão difícil conseguir que existisse um piso nesse pavilhão?

Porque é que foi tão difícil conseguir uma coisa tão básica como... depois de estar coberto é preciso também fechar os lados do pavilhão, porque a chuva

entrava pelo Este e pelo Oeste e não era possível jogar nessas condições, além de estar um frio de rachar de cada vez que se jogava um jogo de futebol nessas condições.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Parece uma cassete!

**O Orador:** Porque é que foi tão difícil conseguir que o Governo remetesse umas dezenas de bolas de futebol para a Ilha do Corvo? Porque é que foi tão difícil criar o serviço de finanças que funcionasse a tempo inteiro? Nós no Corvo pagamos os mesmos impostos que todos os outros no nosso país.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E comboio e metro!

**O Orador:** Porque é que é tão difícil conseguir, não megaprojetos, não grandes infraestruturas, mas o acesso a coisas que estão previstas na lei e que são serviços básicos que devem ser garantidos a todos os açorianos onde quer que eles se encontrem?

E meus senhores, na área do desporto, eu tenho aqui estes requerimentos todos. Preocupo-me todos os meses com as questões desta matéria e do funcionamento desta matéria, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não se exalte!

**O Orador:** ... porque tal como sucede em todas as outras questões, também aqui o óbvio ainda não se impôs, os direitos básicos ainda não funcionam. O Governo instalou delegações do desporto em todas as ilhas, e é evidente que no Corvo o Governo não cumpre as suas obrigações.

É evidente que o Governo não dotou a Ilha do Corvo dos mesmos apoios que as outras ilhas beneficiam. Mas porquê? É por estarmos mais longe? Por sermos menos? Por termos menos poder vindicativo? Somos menos açorianos, temos menos direitos? Porquê?

Porque é que o Corvo não usufrui de um apoio por parte do Governo ao nível de apoio que todas as outras ilhas usufruem?

Pergunto-me: Porque é que é tão difícil?

Porque é que durante tantos anos e de forma repetida, eu tenho que apresentar aqui uma reivindicação que é tão óbvia que tem que ser resolvida? É tão óbvio que um professor de educação física que está colocado na escola e que tem um horário completo todos os dias, evidentemente não tem as condições para poder exercer essas funções com a qualidade necessária, com a dedicação necessária e com o tempo necessário.

E é evidente que ele precisa também do apoio logístico que não tem! E isso é algo que o Governo, tal como aconteceu em relação ao polidesportivo, tal como aconteceu às bolas que nem sequer existiam, tal como aconteceu em relação ao piso que não existia, tal como em relação a todas estas questões.

Ao longo destes 10 anos tenho-me debatido para que chegue finalmente a justiça à Ilha do Corvo, e que a Ilha do Corvo passe a contar com um serviço de desporto que possa promover o desporto e que possa apoiar a atividade desportiva na Ilha do Corvo, como acontece e já sucede em todas as outras ilhas.

Eu devo dizer, e devo perguntar ao Sr. Secretário: Sr. Secretário, dê-me por favor os estudos, as propostas que lhe chegaram do serviço de desporto da Ilha do Corvo, tal como está previsto na lei. Dê-me por favor o plano anual do serviço de desporto da Ilha do Corvo.

Eu tentei ao longo desta semana que me fossem fornecidos os planos de atividade dos diversos serviços de desporto, foi-me respondido que não, que não podia ser assim, que não estão disponíveis. Isto mostra uma falta de transparência tremenda!

Um deputado não consegue ter acesso aos planos que estão a ser desenvolvidos nas diversas delegações. É necessário recorrer ao requerimento, o requerimento demora 60 dias no mínimo.

Portanto, essa informação não está disponível! A informação que é necessária para um debate político.

Isto mostra a pouca transparência e o difícil que é trabalhar nestas condições neste Parlamento!

Eu pergunto-lhe: Que medidas foram desenvolvidas em termos do acompanhamento de projetos?

Eu pergunto-lhe também: Como é que foi feita a gestão, a coordenação e a utilização das instalações desportivas?

Ao longo destes dois anos, como sabe, choveu no polidesportivo. O polidesportivo tinha muitas infiltrações. Eu tentei saber se, tal como está previsto na lei, os seus serviços tinham recebido um relatório que descrevia a situação de enorme dificuldade para a prática desportiva porque chovia no pavilhão e isso significava um risco enorme para quem pratica atividade desportiva.

Sabe em quantos relatórios essa situação está descrita? Em nenhum relatório. Isto mostra a eficácia do serviço. Diz aqui que deve garantir reparações ou os melhoramentos necessários nas instalações ou equipamentos, é o que o serviço de desporto deveria garantir.

Não só não garantiu como não informou! Nem sequer fez um relatório sobre esta matéria! Isto não funciona da forma como está.

Diz aqui: “Manter em bom estado fruições, instalações, equipamentos e material desportivo”! Manter? Dois anos depois é que se fez a intervenção.

Diz aqui: “Elaborar processos, prestar informações e apresentar propostas”. Dezenas de solicitações que fiz ao vosso serviço! Sabe quantas destas informações lá estão? Nenhuma.

Diz aqui: “Proporcionar espaços e materiais para o desenvolvimento das atividades de treino e competição, bem como ações de formação”.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, no âmbito destas competências, quantas ações de formação foram desenvolvidas na Ilha do Corvo ao longo destes anos?

Pergunto-lhe quantas vezes é que os serviços que Vossa Excelência diz que

funcionam de forma excelente? Pergunto-lhe quantas vezes é que isto foi feito na Ilha do Corvo? Etc., etc., etc..

Quero ficar com algum tempo para lhe dar uma réplica à intervenção, com certeza, de Vossa Excelência e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pois continuarei a apontar muitas falhas. Mas é evidente que isto está tal como está, significando mais uma vez uma desvantagem para a Ilha do Corvo, uma desvantagem inaceitável.

É preciso que nesta, como em tantas outras matérias ao longo destes anos, se faça justiça.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Irei nesta discussão não misturar os dois projetos de resolução que tem na nossa agenda.

Persistência! A persistência do PPM nesta Assembleia é ter a capacidade de sistematicamente não trazer nada de novo a esta Casa. Este projeto de resolução é mais um exemplo disto. Aliás, o texto é praticamente igual a outro apresentado, analisado, discutido e votado em 2014.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E chumbado! Faltou esse adjetivo!

**O Orador:** Há aqui uma clara repetição daquilo que à data não mereceu o voto favorável, nem do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem do Grupo Parlamentar do PSD, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é normal!

**O Orador:** ... mas cá estamos, e vamos a isso.

O Corvo é uma das nossas nove ilhas e não contem com este Grupo Parlamentar para passar a ideia de que assim não o é. O Corvo tem as suas particularidades, tal como as restantes oito, e nessa matéria não é exceção.

Ora vejamos. Existe formalmente o serviço de desporto no Corvo. Existe um coordenador de serviço de desporto no Corvo. O orçamento do serviço de desporto do Corvo está na Direção Regional do Desporto, tal como os oito restantes serviços.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Existe apoio logístico a este serviço dado, naquele caso, pela Escola Básica e Secundária. As suas competências são adaptadas às realidades, tal como as outras oito restantes ilhas.

Ora, garantidos que estão estes direitos, parece-me importante realçar que a mesma solução não tem de ser aplicada em todas as ilhas, até porque há soluções que só existem no Corvo, e bem.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E neste matéria novamente aqui em apreço, o Corvo não é diferente das outras ilhas.

Saliento, por fim, o esforço que a Câmara Municipal do Corvo tem feito para dotar aquela Câmara de um técnico de desporto de forma a ser ainda maior promotor da prática desportiva naquela ilha.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje vivemos numa sociedade sedentária em que o desporto tem vindo a adquirir uma importância cada vez maior.

Os desportos são variados, mas têm em comum regras e valores próprios que possam contribuir para o bem-estar de todos. O desporto é um direito de qualquer cidadão, acessível a todos, quaisquer que sejam as suas capacidades ou

interesses, constituindo um fator de inserção e participação social, de igualdade, de tolerância, aceitação das diferenças e de respeito pelas regras.

A prática do exercício físico, ou atividade física regular, é fundamental para prevenir doenças que são fatais, como as doenças cardiovasculares, diabetes, excesso de peso, nomeadamente obesidade infantil (que tem uma elevada taxa na Região), entre outras.

É fundamental promover a atividade desportiva pois esta é muito importante na preparação para a cidadania, ajudando a conviver de forma saudável, com verdadeiro espírito de equipa e de forma civilizada.

Atualmente, a competição não se fica, nem se pode ficar, só pelas escolas ou pelos clubes, mas deve sim abranger toda a população, incluindo todas as faixas etárias, tendo elas maior ou menor capacidade para tal.

É importante, no caso em particular, que os serviços do desporto de cada ilha não sejam apenas um mero serviço administrativo, mas sim um verdadeiro impulsionador e promotor da atividade desportiva, criando um eficaz plano de atividades, considerando as especificidades da população e a cultura desportiva de cada ilha para que se incentive e permita todos a prática do desporto nas suas mais variadas vertentes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Numa Região como a nossa, que padece de uma insularidade acentuada, o desporto tem um papel ainda mais importante na sociedade e não pode ser o parente pobre quanto à disponibilização de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou físicos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Vemos os nossos atletas e clubes da Região serem reconhecidos a nível regional, nacional e internacional pelos resultados obtidos e congratulados aqui nesta Casa, mas vemos paradoxalmente que o desporto é cada vez menos apoiado, ano após ano, se atendermos que os valores atribuídos são

constantemente reduzidos, como se pode comprovar nos últimos orçamentos da Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Para o CDS é necessário encarar o desporto na Região como uma atividade fundamental e essencial para o bem-estar dos açorianos, e estaremos sempre disponíveis para trabalhar em nome da afirmação das condições essenciais para a prática no quadro da Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

À parte da leitura e emissão de votos sobre os sucessos desportivos protagonizados por atletas e equipas açorianas, tem sido infelizmente pouco comum a iniciativa e debate sobre políticas para o desporto, naquela que é uma área associada à educação, cidadania, à promoção da saúde, com efeitos positivos no aumento da esperança e qualidade de vida, bem como com implicações sociais importantes.

A proposta trazida pelo PPM a esta Casa, pela segunda vez, a primeira vez ocorreu na legislatura anterior, mais precisamente em 2014, incide sobre a orgânica dos serviços do desporto na administração pública autónoma. Uma orgânica que distingue o funcionamento do serviço de desporto nas várias ilhas. Assim, em São Miguel, Terceira e Faial, este serviço é dirigido por diretores de serviço, cargos de direção de primeiro grau; enquanto nas Flores, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, este mesmo serviço é assegurado por coordenadores, o correspondente a cargos de direção específica de segundo grau; e na Ilha do Corvo, que não tendo um coordenador, detém um serviço de coordenação da responsabilidade do professor da disciplina de educação física

da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, em regime de acumulação, mas sem redução horária.

Formalmente, a Ilha do Corvo não possui um coordenador e é essa lacuna que o proponente procura pela segunda vez colmatar. É fundamental o investimento conducente à criação de infraestruturas desportivas, tal como é igualmente fundamental a manutenção dessas infraestruturas, a promoção e dinamização da atividade desportiva.

A existência de um pavilhão polidesportivo, ou outra infraestrutura desportiva, só por si não garante o incremento da prática desportiva. Essa é uma realidade universal, quer em Bruxelas, Lisboa, Ponta Delgada, ou no Corvo.

Em 2014, no Corvo, surgiu um clube desportivo que não podia ter como técnico o professor de educação física que simultaneamente desempenhava, e desempenha, funções no serviço de coordenação do serviço de desporto, condição esta que o impossibilitava, por incompatibilidade, de também ser técnico do clube desportivo.

A atual orgânica do serviço de desporto na Ilha do Corvo até poderia ser suficiente quando a prática desportiva era residual e sem que houvessem grandes perspetivas de mudança.

Felizmente, em 2014 esse cenário alterou-se e surgiu um clube, e quase 60 praticantes federados. Essa é a prova de que o investimento no desporto não deverá cingir-se ao investimento em infraestruturas pois à época o papel de um estagiário na área do desporto na autarquia contribuiu para dinamizar a prática desportiva.

Atualmente, com um pavilhão polidesportivo novamente em mau estado de conservação e com um clube sem técnico responsável, o número de praticantes diminuiu. Assiste-se a uma regressão na adesão à prática desportiva federada no Corvo.

Em 2011, a orgânica do serviço de desporto, e especificamente para a Ilha do Corvo, vejam só, previa a possibilidade de, consoante o incremento da prática desportiva, penso que deveria ser esse o critério à época de quem elaborou aquela que era a orgânica e a funcionalidade do serviço de desporto na Ilha do Corvo, haveria a possibilidade de contar com um coordenador tal como nas Flores, Santa Maria, São Jorge, Graciosa e Pico. Passo aqui a citar o Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2011 de 25 de novembro que no n.º 6 do seu artigo 39.º diz o seguinte: “Na ilha do Corvo, [...]” e aqui saliento para esta nuance, “[...] enquanto não for provido o lugar da carreira de técnico superior, o Serviço de Desporto é coordenado pelo professor de Educação Física da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”.

No entanto em 2013, na orgânica atual, essa deixa de ser uma possibilidade e fixou-se taxativamente o atual regime. Ou seja, em 2013 o Decreto Regulamentar Regional n.º 8 deixa de considerar o cenário de pelo menos enquanto não for provido o lugar de carreira de técnico superior, ou seja, deixa de haver sequer a possibilidade de no futuro, quem sabe, virmos a ter um coordenador, encerrando então essa possibilidade naquele que é o texto e a redação atual no n.º 4 do artigo 51.º em que é dito: “Na Ilha do Corvo, o Serviço de Desporto é coordenado pelo professor de Educação Física da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, sem abrir outra possibilidade.

A possibilidade de se cumprir o desiderato aqui proposto depende única e exclusivamente da vontade política, pois até os caminhos para o alcançar são diversos. Bastará ser um pouco criativo na busca por soluções, desde a criação de um coordenador na orgânica dos serviços de desporto até à possibilidade de se estabelecer uma parceria com a autarquia da ilha para garantir tais funções.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado António Lima (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o PSD percebe as diferenças inerentes a cada uma das nossas ilhas, mas gostaria só de lembrar ali o Sr. Deputado João Paulo Ávila que veio falar em rigor e também não foi estritamente rigoroso porque há quatro anos atrás o PSD não votou ao lado do PS e absteve-se, na altura apresentou os motivos e justificou.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Não votou favoravelmente!

**A Oradora:** Portanto, o facto de não concordar com o sentido de voto que o senhor referiu. Além de que também demonstra um bocadinho a falta de rigor deste Governo perante os corvinos que faz com que ao fim de quatro anos o Deputado Paulo Estêvão se veja na obrigação de trazer o mesmo assunto a esta Casa ...

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Pode trazer as vezes que quiser!

**A Oradora:** ... porque ele continua por resolver.

Percebemos obviamente a especificidade de cada uma das nossas ilhas, mas também reconhecemos que é necessário dotar todas as ilhas das melhores condições possíveis à prática desportiva, pois obviamente ao fazermos isto estamos a melhorar a qualidade de vida dos açorianos, e neste caso específico, a qualidade de vida dos corvinos.

Assim, o PSD defende que estamos a falar de uma ilha dos Açores que deverá ter, à semelhança das outras, um serviço de desporto com as melhores condições que possibilite uma prática desportiva adequada à realidade da ilha, porque estamos a falar de uma ilha, obviamente, com condições específicas ...

**Deputado José Ávila (PS):** Aí é que está!

**A Oradora:** ... mas que obviamente precisa de alguém que as coordene. Que o Governo Regional não queria assumir essa responsabilidade, pois bem, alguém

que o faça, nomeadamente, como se falou em sede de Comissão, que a Câmara Municipal estaria disponível, através da contratação de um técnico ao abrigo do Estágio L. Mas se esta é uma necessidade permanente, porque terá que ser um programa de estágio e não colmatar esta falta com alguém que possa desenvolver um trabalho contínuo, um trabalho ao longo do tempo? Porque obviamente no desporto os resultados não são imediatos e é preciso haver uma planificação. É preciso haver uma verdadeira política desportiva adaptada à realidade e que, lamentavelmente, muitas vezes falta nesta Região.

Não é só vir aqui lembrar sempre os excelentes resultados sempre dos mesmos atletas, que nós já todos sabemos quais são, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Não é bom?

**O Orador:** ... mas gostaríamos que esse painel fosse muito mais diversificado e que existisse na Região, porque a Região tem condições, as verdadeiras políticas de desporto que, obviamente, projetassem não só os atletas, mas também a Região por todo o mundo fora.

Comungamos da opinião do PPM relativamente ao facto de que esta melhoria não deva sobrecarregar o professor de educação física, porque obviamente tem as suas atividades e até porque legalmente ficámos com algumas dúvidas se seria possível ou não, mas volto a frisar que numa ilha específica como o Corvo, com características próprias, mas que perante este facto, impõe-se sim não penalizar os jovens praticantes da prática e da atividade desportiva e dar-lhe todas as condições possíveis para que continuem a fomentar o desenvolvimento da atividade desportiva, nomeadamente no futsal, mas gostaríamos, obviamente, que fosse alargada a outras modalidades e temos a certeza que isso será possível com uma nova orgânica e sobretudo com uma nova dinâmica do serviço de desporto da Ilha do Corvo.

Muito obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa parlamentar do PPM, que pretensamente visa a melhoria das condições de funcionamento dos serviços de desporto da Ilha do Corvo, repete, como aqui já se disse, outra iniciativa do mesmo partido de 2014.

Aliás, a minha Secretaria, denominada à maneira de tal tempo como sendo a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, a evidenciar um *copy paste* desprovido de qualquer cuidado.

O objetivo reside na pretensão de que o serviço de desporto da Ilha do Corvo funcione como o das ilhas das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria. Isto é, dotado de um coordenador em regime de permanência que substitua a coordenação a tempo parcial do professor de educação física da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira que até hoje tem garantido a prática e o desenvolvimento do desporto corvino.

Se no passado esta iniciativa possuía uma lógica formal mínima, dada a igualdade da direção e do funcionamento dos serviços do desporto das ilhas das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria, hoje a realidade é já bem diversa, facto que retira algum sentido a este Projeto de Resolução do PPM.

Com efeito, a criação das centrais de serviços na Graciosa e em Santa Maria, alterou a gestão dos serviços de desporto destas ilhas. De facto, os montantes

correspondentes aos orçamentos graciosense e mariense, foram subtraídos à Direção Regional do Desporto, transitando para as centrais, que assumiram toda a gestão financeira dos serviços de desporto, que ficaram, por isso, desprovidos de orçamentos próprios, reduzindo a sua ação à preparação das chamadas folhas de vencimento, a única parcela de despesa que é paga pela Direção Regional do Desporto.

Além disso, em matéria orçamental, fruto do novo sistema de gestão de recursos financeiros e orçamentais, cessou a tradicional e a pretendida independência dos serviços, já que a realização da despesa tem que efetuar-se através do orçamento geral da Direção Regional do Desporto, a única entidade administrativa desportiva dotada de autonomia financeira própria. Quer isto dizer que os serviços de desporto das ilhas perderam autonomia financeira, deixando de possuir orçamentos próprios, gerindo apenas algumas verbas, eventualmente transferidas pela Direção Regional do Desporto, mediante a delegação (caso a caso) de algumas competências. Quer isto ainda dizer que a gestão dos serviços de desporto da generalidade das ilhas se equiparou, nos últimos anos, à gestão do serviço de desporto do Corvo, que nunca dispôs de capacidade de administração financeira, suprimindo as suas necessidades por intermédio de transferências da Direção Regional do Desporto.

Pelo que se disse, torna-se claro que não é idêntico o funcionamento dos serviços de desporto em todas as ilhas, havendo mesmo vantagem da adaptação do organigrama diretivo às características mais específicas de cada território. De resto, o desenvolvimento do desporto no Corvo está bem patente no acréscimo do número de atletas, nomeadamente em futsal e em voleibol, verificado nos últimos anos, a dizer bem da adequação da estrutura corvina, de funcionamento desportivo, agora beneficiária da disponibilidade de dois espaços de prática desportiva, o ginásio da escola e o pavilhão desportivo, e também do bom entendimento entre o município e o Governo.

Aliás, como previsto no plano de investimentos para 2019, intentamos a celebração de um contrato Aral entre a tutela e o município, para a promoção da atividade física desportiva e para a garantia do adequado funcionamento do pavilhão. Ao invés da convergência entre a Secretaria Regional de Educação e Cultura e a autarquia corvina, avultam, por divergentes, as opções desportivas do Governo e do Deputado Paulo Estêvão, porque nós colocamos a ênfase na atividade física desportiva, isto é, no desporto para todos que promove saúde e faculta entretenimento, enquanto o Sr. Deputado parece privilegiar o desporto federado que beneficia de um regime próprio de apoios, mas que não atinge maior desenvolvimento no Corvo por força da escassez da população e da localização ultraperiférica, jamais por culpa da tutela, já que se rege por regras próprias alheias ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É melhor fechar a ilha!

**O Orador:** ... à vontade de todos os governos e dependendo somente da vontade dos cidadãos expressa no associativismo uma forma de exercício da cidadania.

Em suma, em matéria desportiva, talvez como em nenhuma das outras ilhas, acontece no Corvo uma grande cooperação entre a Câmara e o Governo, não avultando qualquer prejuízo da coordenação das atividades pertencer ao professor de educação física da Escola Secundária Mouzinho da Silveira. Aliás, estamos crenes de que a substituição do coordenador ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Constante!

**O Orador:** ... escolar a tempo parcial por um coordenador a tempo inteiro, que até requereria a constituição de uma estrutura de apoio, se traduziria apenas num acréscimo de custos sem os correspondentes benefícios desportivos.

Disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua intervenção que enviou inúmeros requerimentos à Secretaria Regional de Educação e Cultura, porventura para

serem respondidos pela Direção Regional do Desporto. Creio que nenhum dos requerimentos feitos terá ficado sem resposta.

Mais. Pergunta o Sr. Deputado quantos ofícios, quantos relatórios sobre as deficiências do pavilhão, sobre o mau funcionamento do serviço de desporto no Corvo foram enviados para a tutela, quer para a Direção Regional do Desporto, quer eventualmente e diretamente para a Secretaria Regional de Educação e Cultura.

Bem, na Secretaria Regional de Educação e Cultura, na Direção Regional do Desporto não foi recebido nenhum ofício, não foi recebido nenhum relatório, até porque desde 2016 um protocolo entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Câmara Municipal do Corvo fez a cedência da instalação ao município, assumindo o município a gestão e a manutenção das instalações.

Agora, de resto, entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, particularmente através da Direção Regional do Desporto, há um conhecimento quotidiano daquilo que se passa desportivamente no Corvo e como através do respetivo coordenador que obviamente está em articulação constante com a Direção Regional.

De resto, falou-se aqui na atribuição de bolas ao Corvo. Bem, a Direção Regional do Desporto, que eu saiba, não envia bolas para qualquer ilha, seja ela pequena, grande, central ou periférica. Há, como se sabe, uma portaria que apoia a compra de equipamentos e que pode ser usada pelo Corvo como por outra ilha qualquer.

O Sr. Deputado Jorge Paiva chamou a atenção para o facto de o desporto dever ser um direito de todos. Pois é, estou convencido que nos Açores o desporto é um direito de todos, em primeiro lugar até porque nós colocamos a ênfase, como eu disse, na atividade física desportiva, já que o desporto federado é um associativismo por parte da sociedade e que nós temos apenas o dever de

apoiar. Julgo que no Corvo existem os espaços, os praticantes, o apoio indispensável ao desenvolvimento dessa mesma atividade.

Não é verdade que os montantes inscritos nos planos e orçamentos da Região sejam montantes que venham em decréscimo no que à atividade física e desportiva diz respeito. Aliás, o plano para 2019, em matéria desportiva, é um plano superior ao plano de 2018 e deve-se ainda neste caso chamar a atenção para um fator: são tudo verbas do orçamento da Região Autónoma dos Açores porque em matéria de infraestruturas o desporto é considerado uma prioridade negativa na perspetiva da União Europeia.

De resto, foram aqui colocadas mais algumas questões pelos Srs. Deputados que efetivamente intervieram, eu diria, portanto, resumindo, que não creio que seja a alteração da orgânica diretiva do desporto corvino que existe neste momento que venha a contribuir decisivamente para um salto que efetivamente já aconteceu.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fui aqui acusado de não ser inovador a respeito das velhas questões. Pois, se a questão não foi resolvida, por isso é que trouxe outra vez a proposta. Não vejo que tenha que ser inovador, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Faça um desenho!

**O Orador:** ... eu não sou um Picasso, não tem que ter uma grande criatividade. Se as questões não são resolvidas, eu repito exatamente a iniciativa, até porque tenho muitíssima coisa para fazer e, portanto, evidentemente apresento a mesma iniciativa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas faça um desenho!

**O Orador:** Nada me obriga a inovar nas iniciativas. Se o problema se mantém, se a legislação continua a ser exatamente a mesma, aquela que eu quero alterar, é evidente que eu mantenho a iniciativa, mas nesta iniciativa tenho alguns parágrafos inovadores. É evidente que grande parte da iniciativa se mantém exatamente igual porque o problema é o mesmo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não há nenhum problema!

**O Orador:** Eu tenho feito assim ao longo da minha carreira política e só deixo de apresentar as iniciativas quando a questão está resolvida, e já aconteceu muitas vezes. Eu já não lhe apresento, por exemplo, propostas para construir novas salas na escola porque já está resolvido. Não preciso de apresentar mais coisas.

Eu não lhe apresento aqui propostas para contratar um professor de música porque o professor de música já é contratado, agora, nos últimos anos.

Eu não lhe apresento propostas para criar o ensino secundário como aqui apresentei, e dizia-me o Grupo Parlamentar do Partido Socialista: “Não, os miúdos do Corvo precisam de ver mundo!”.

Eu dizia: “Mas então os miúdos que são menores não têm que ficar juntos dos pais, as famílias não têm esse direito? Os pais, as crianças, os jovens?”

Diziam-me: “Não, não! Têm que ver o mundo, o que se passa aí fora” e tal.

Então e o sistema obrigatório? O Estado não tem que criar condições para que a escolaridade obrigatória se cumpra em todas as parcelas do nosso território sem que as crianças e os jovens tenham que abandonar as suas respetivas famílias?

E diziam-me: “Não, não!”, e entretanto depois foi criado o ensino secundário, não voltei a apresentar a proposta.

Agora, Vossa Excelência vai reprovar esta proposta. Pois com certeza, para o ano vou apresentá-la novamente com muito poucas alterações provavelmente.

Segunda questão: formação. Vossa Excelência não me respondeu, provavelmente porque a sua resposta seria zero, “não implementámos nenhuma formação desportiva na Ilha do Corvo”.

Foi aqui dado os parabéns à autarquia pelos esforços que está a realizar para contratar um técnico. Eu dou os parabéns se se tivesse conseguido contratar um técnico! Agora, a questão aqui é a seguinte: eu nunca vi dar os parabéns por se fazer algo que não conseguiu fazer, passo a redundância.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, o Sr. Presidente da autarquia é que manda aqui!

**O Orador:** Ou seja, se o técnico não existe, e veja bem, o desporto federado não pode existir sem técnico! Pois não. Se não existe técnico, não pode existir desporto federado, isto do ponto de vista do quadro legal.

E, portanto, a questão é a seguinte: já existiu um técnico na Câmara Municipal. Pois, era uma situação circunstancial, tinha a ver com o facto de existir um professor desempregado na Ilha do Corvo, professor que entretanto já conseguiu a sua colocação da Ilha do Faial. E, portanto, não há nenhum professor de educação física e técnico a residir na Ilha do Corvo, o que obriga, obviamente, a encontrar uma situação profissional que possa ser satisfatória para esse profissional se poder deslocar para a Ilha do Corvo. E neste momento, estamos em janeiro, a época desportiva já começou há muito, e o técnico não aparece, não está feito.

Mas ouça, os meus parabéns por não terem conseguido resolver a questão, porque esta é a vossa lógica de funcionamento.

Parabéns, muitos parabéns!

Ouçá, Sr. Secretário, diz o senhor: “Não é líquido que um professor de educação física, que tem um horário completo e que trabalha ao longo do dia todo, não possa realizar um trabalho tão meritório como aquele que trabalha o dia todo”.

Eu digo-lhe: “Então vamos utilizar a mesma lógica no Governo Regional!”.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas isso é feito!

**O Orador:** Vamos arranjar também alguém que, por exemplo, é reitor na Universidade dos Açores e é também Secretário da Educação e Cultura, possa fazer as duas coisas ao mesmo tempo e não é líquido que está a tempo inteiro no Governo possa fazer melhor e desempenhar as suas tarefas melhor do que aquele que já tem uma ocupação prévia e que tem um horário completo ao longo do dia e pode fazer também melhor!

E já agora os deputados todos! Eu posso voltar a dar aulas e, entretanto, depois também sou deputado, e todos nós podemos fazer uma coisa: vamos para as nossas respetivas profissões e entretanto depois também em regime não completo, depois das nossas profissões todas, do nosso desempenho profissional, fazemos aqui umas horinhas, uns minutos todos os dias. Essa é uma lógica bizarra, Sr. Secretário, que não resiste a uma análise lógica da questão.

Diz-me Vossa Excelência: “Não, os relatórios eram para a Câmara Municipal. Chovia no polivalente? A delegação não tem nada a ver com isso!”

Então, mas o senhor colocou no protocolo que esses relatórios deveriam ser enviados da Câmara para Vossa Excelência. Sabe o que é foi enviado? Foi enviado nome de praticantes, tal, tal, tal. Chovia e falava luz no polivalente? Não está, não consta. Não consta. Não consta. Não consta. Não consta.

Então, mas isto é um funcionamento tão exemplar deste serviço do desporto? É tão exemplar, é tão eficaz, e nem sequer se sabe que chove no pavilhão, nem sequer se sabe que não há luz no pavilhão?

Isto é tão eficiente, Sr. Secretário. Não há técnico, não há informações sobre o funcionamento dos serviços, não há informações sobre o estado em que se encontram as instalações, não há informações sobre nada! E diz Vossa Excelência que não tinha que saber. Não tem que saber? Então porque é que

mete isso no protocolo se não quer saber? Vossa Excelência colocou esta questão porque quer saber, obviamente. Ou pelo menos que não seja formalmente, tem essa obrigação de saber. E, portanto, também não resolve esse problema.

Sr. Secretário, é óbvio que o serviço não funciona. Diz Vossa Excelência: “Nós não podemos resolver o problema demográfico da Ilha do Corvo”. O problema demográfico da Ilha do Corvo tem vindo a ser resolvido com os investimentos que têm vindo a ser feitos e o crescimento demográfico da Ilha do Corvo ao longo destes anos. Ao longo destes anos a Ilha do Corvo tem crescido.

Quando lhes dão as mesmas condições, os corvinos obtêm tão bons resultados como todos os outros. Temos é que ter as mesmas condições.

Se não temos o apoio de um serviço de desporto, se não têm técnicos, se não têm treinadores, é óbvio que não podem obter os mesmos resultados, é óbvio que não têm as mesmas condições, é óbvio que não usufruem dos mesmos direitos! Isso parece-me óbvio!

A partir do momento em que lhes são dadas as mesmas condições, eles obtêm os mesmos resultados, ou melhores, Sr. Secretário! É assim em todas as áreas!

“Ah, o pré-escolar era excelente e tal”. Era excelente, eles pagavam 120 euros e depois noutras ilhas não pagavam nada! Mas estava assegurado, havia pré-escolar, só que aquelas famílias tinham que pagar! E é assim em todas as questões!

O senhor agora diz-me: “Não, não há nenhum problema, eu não vejo nenhum problema”. Não tem técnico, chovia, não recebe relatórios. Mas aquilo funciona extraordinariamente! Funciona! Mas que serviços maravilhosos da delegação de desporto da Ilha do Corvo!

Olhe, eu sobre este assunto eu não lhe posso dizer muito mais a não ser que nesta matéria, como noutras, um dia neste Parlamento, não sei, hoje não será, já vi que não, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** E se for desporto ao ar livre, não vai chover?

**O Orador:** ... mas para o ano, em 2021 depois de Vossas Excelências caírem do poder, um dia o Corvo terá um serviço de desporto que funcionará e que criará as condições para que os jovens do Corvo possam ter o mesmo apoio com que todos os outros açorianos contam atualmente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, eu disse com todo o rigor que o PSD não votou favoravelmente o Projeto de Resolução em 2014. Mas também é verdade que por lapso é que me esqueci que o PCP também votou contra esse Projeto de Resolução em 2014.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ora toma Corvelo!

**Deputado José Ávila (PS):** É verdade!

**O Orador:** E deixe-me relembrar-lhe um pormenor, e vou citar: “Importa questionar se, de facto, a melhor e mais adequada resposta a esta nova realidade desportiva no Corvo é a aplicação pura e simples da atual organização administrativa e nomear um coordenador de serviços do desporto, ou será a de procurar uma solução diversa, adaptada a esta nova realidade desportiva, mas também adaptada à realidade muito própria, específica e única que é da Ilha do Corvo”.

Sabe quem é que disse isto em 2014?

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sei! Qual é a solução?

**O Orador:** O seu Vice-Presidente do PSD.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o problema está resolvido por vários argumentos que eu disse na minha primeira intervenção. O problema só não está resolvido

da forma como o senhor acha que deve ser resolvido! Mas isso, Sr. Deputado, é outra conversa.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Ávila, convém fugir aqui à discussão que nos traz aqui hoje...

**Deputado Francisco César (PS):** Convém fugir ou não convém fugir?

**A Oradora:** Não convém fugir, peço desculpa.

... porque já se percebeu que mais uma vez daqui a quatro anos (se for preciso) o Deputado Paulo Estêvão se cá estiver ainda vai trazer novamente o Projeto de Resolução porque o problema vai continuar sem estar resolvido.

E sei muito bem as palavras que foram aqui proferidas pelo meu colega há quatro atrás, mas tenho que lhe dizer que o facto de ele ter proferido estas palavras há quatro anos atrás efetivamente o problema mantém-se, e isso sim é que me causa, não digo angústia, mas alguma tristeza porque demonstra bem a evolução e aquilo que tem sido a falta de respeito, se calhar, perante os praticantes de modalidades desportivas na Ilha do Corvo.

Mas também me preocupa bastante que venha aqui o Sr. Secretário falar que esta solução poderia trazer acréscimo de custos que não correspondem aos benefícios desportivos. Isto demonstra bem a falta de rigor das políticas desportivas que atualmente se vive nesta Região.

Muito obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema está resolvido, não está resolvido é como Vossa Excelência quer.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Ponto final.

**O Orador:** Bom, a equipa não tem técnicos, não tem qualquer tipo de apoio a esse nível. Eles querem competir, mas não lhes estão a criar esse tipo de condições, não têm esse tipo de apoio.

Não há nenhum relatório do estado em que se encontram as instalações, que já sofreram entretanto algumas alterações e algumas intervenções, e que já melhoraram, muito por força da apresentação sucessiva de iniciativas do PPM, mas diz Vossa Excelência que o problema está resolvido.

Ouçá, eu vou-lhe dizer Sr. Deputado, faça-me o favor, leve para a sua terra o mesmo tipo de resolução que está a impingir aos outros!

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Impingir? Eu?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é uma ameaça?

**O Orador:** Leve para a sua terra o mesmo tipo de resolução que está a impingir aos jovens da Ilha do Corvo! Retire-lhes todos os apoios do funcionamento dos serviços de desporto! Retire-lhes os técnicos, retire-lhes a formação, retire-lhes as condições para poderem competir!

Leve para a sua terra as mesmas condições!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Falta de respeito!

**Presidente:** Tenha calma, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Estou calmo!

**Presidente:** Não está, não está. Calma.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa de momento não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Orgulhosamente sós!

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, quatro do CDS-PP, dois do BE, um do PCP e um do PPM.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Interrompemos por 15 minutos.

*Eram 16 horas e 10 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 36 minutos.*

Passamos agora ao ponto oito da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 111/XI – “Recomenda ao Governo Regional que assuma diretamente as suas

competências no âmbito da manutenção do parque desportivo da ilha do Corvo, nomeadamente garantindo o bom estado de fruição das instalações, equipamentos e material desportivo e assegurando as reparações ou os melhoramentos necessários nas instalações ou equipamentos”. É também apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão está ligada com a questão que discutimos anteriormente, não existindo uma delegação com pessoal afeto, com um coordenador a tempo inteiro, obviamente que depois existem enormes condicionantes para o Governo exercer as competências que por lei o Governo tem em todas as ilhas e em todos os territórios açorianos.

O que sucede é que em relação às instalações desportivas, vou poupar-vos para não repetirmos aqui alguns dos argumentos que já foram utilizados no debate anterior, mas tudo isso tem sido uma odisseia tremenda.

O Governo, há uns anos, começou por fazer um pavilhão que era um pavilhão multiusos. Ou seja, servia para a prática desportiva e tinha também uma abertura num dos lados e depois também uma abertura a Este e a Oeste. Imaginem só jogar um jogo de futebol em janeiro ou em fevereiro com um pavilhão aberto, situado na parte de cima da vila com o vento a bater ao longo de todo o jogo. O que acontecia era que, evidentemente, além de chover e o piso imediatamente ficar molhado e não se poder praticar atividade desportiva nesse pavilhão, evidentemente era um frio tremendo.

E, portanto, eram essas condições que os jovens e as crianças tinham.

Depois, o Governo, em conjunto com a Câmara, chegaram a uma conclusão. É melhor fechar o polivalente. Talvez seja melhor fechar.

Portanto, vamos colocar duas paredes, vamos fechar o pavilhão e assim vamos ficar em melhores condições para a prática desportiva.

Bem, foi um avanço significativo e foi o Governo e a Câmara Municipal que realizaram esse avanço em relação às infraestruturas.

Depois, como acontece em quase todas as obras socialistas, o que aconteceu foi que afinal o pavilhão não estava construído, não estava em boas condições, e começou a chover no pavilhão. E, portanto, também voltou a ter que se fazer uma intervenção no polivalente desportivo da Ilha do Corvo.

É evidente que entretanto, em relação a uma informação sobre esta matéria, da muito eficiente delegação do desporto da Ilha do Corvo, não existe nenhuma referência. Não existia nenhuma referência em relação ao facto de estas infiltrações ocorrerem no edifício.

E o que é que eu fiz? O que eu fiz é o que faço sempre cada vez que surgem este tipo de questões, foi denunciar publicamente através de comunicados, requerimentos, denunciar a situação em que se encontrava o polivalente.

Ah, e além de chover também tinha um problema. Criava-se um ambiente, digamos assim, de fado no polivalente. Quando se jogava futebol também se poderia cantar fado porque era um ambiente a meia luz. Ou seja, dos 12 pontos de iluminação do polivalente, apenas cinco funcionavam. E, portanto, também praticar desporto a partir de determinada hora era impossível.

Entretanto, depois destas iniciativas e depois dos requerimentos, foi possível alterar a iluminação e, portanto, reparar a iluminação, mas continuou a chover dentro do polivalente.

E então eu o que faço é: se as coisas não funcionam como estão, o Governo Regional, de acordo com aquela que é a sua obrigação estatutária, com a sua obrigação legal, deve reparar o edifício e deve garantir a funcionalidade do edifício, e então entra esta iniciativa para que o Governo assumas as suas

competências porque são as competências que delegou na Câmara e a Câmara não as executou durante todo este tempo.

Depois da entrada do Projeto de Resolução, uns meses depois a Câmara finalmente realiza a obra e, portanto, impede que as infiltrações continuem. Bom, ainda falta algumas coisinhas. Falta o vidro.

Este vidro ...

*(Neste momento o Orador mostra duas fotos à Câmara)*

... está assim há dois anos. Entretanto eu falei nisto e então a Câmara decidiu tapar, que é assim uma estratégia à Maduro. Não se resolve o problema, mas tapa-se e deixa de se ver, mas o vidro continua partido. Entretanto esta questão ainda continua por resolver, mas a questão das infiltrações efetivamente já foi resolvida.

A questão de fundo é a seguinte: deve ou não deve o Governo Regional executar diretamente as suas funções na Ilha do Corvo, exercer as suas funções como exerce em todas as outras ilhas? Deve. O sistema atual funciona? Não, não funciona.

Quando voltarmos outra vez a termos problemas no edifício, e dada a péssima qualidade em que se encontra o edifício (péssima qualidade de construção) não vai demorar muitos meses a que se voltem a ter problemas, mais uma vez se calhar vamos ter que esperar mais dois anos, três anos, para que se faça um intervenção. Entretanto o Governo Regional diz que isso não é responsabilidade sua, é da Câmara, e, portanto, o sistema do ponto de vista estrutural vai continuar a funcionar mal.

Do ponto de vista a curto prazo, o Projeto de Resolução do PPM já conseguiu pelo menos um efeito prático, é que depois da entrada do Projeto de Resolução finalmente a cobertura do edifício foi reparada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre um gosto intervir nesta Casa.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É sempre um gosto analisar e discutir os assuntos da nossa terra, ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** ... e relativamente a este assunto importa antes de mais realçar a significativa evolução positiva verificada nas instalações desportivas da Ilha do Corvo. Passou-se de um polidesportivo descoberto para um pavilhão desportivo. Ao mesmo tempo que se permite uma atividade competitiva federada, aumenta a promoção da atividade física desportiva no geral.

Aliás, eu próprio joguei futebol no anterior polidesportivo do Corvo e pude comprovar a abismal evolução das condições do parque desportivo da Ilha do Corvo.

Hoje, na tentativa da adaptação de uma proposta, também da última legislatura, já não se propõe as instalações, mas sim pretende-se desvalorizar o protocolo celebrado entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal do Corvo, atacando até a própria Câmara Municipal do Corvo, uma opinião muito pessoal do Sr. Deputado do PPM, aliás, como ficou claro nas audições realizadas em Comissão.

Por fim, importa também realçar o seguinte (e eu chamo a atenção para essas particularidades): não foi devido a esse Projeto de Resolução que os problemas da estrutura foram resolvidos. A Câmara Municipal do Corvo já estava a desenvolver os esforços necessários para a resolução do problema.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Estava no orçamento!

**O Orador:** E mesmo para terminar a minha intervenção. É bom que se saiba que o problemas da infraestrutura já foi resolvido.

Disse.

**Vozes dos Deputados de bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto o problema já foi resolvido, mas o que é lamentável, e é isso que eu quero ressaltar aqui nesta minha intervenção, é que seja necessário, à semelhança do que acontece com outros problemas, uma denúncia para que o problema seja resolvido, e efetivamente neste caso específico foi mais uma vez isso que aconteceu, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Já estava previsto!

**A Oradora:** ... e obviamente que quem é prejudicado com estes atrasos e com as faltas de condições para a prática desportiva, neste caso, até agora foram os corvinos.

E nesta minha intervenção eu gostava apenas de lamentar e de fazer uso disso mesmo, porque à semelhança do que acontece para outros problemas na Região, é preciso que a oposição venha aqui denunciar para que depois o Governo seja proactivo e então resolva o problema, e é isso que seria de evitar.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas iniciativas neste Parlamento ao longo destes 10 anos só tem um objetivo: nunca é atacar ninguém, ...

**Deputado Francisco César (PS):** A sério?!

**O Orador:** Não é. Mesmo quando parece que ataco, é uma defesa ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** É, é!

**O Orador:** ... porque o meu ataque é para espicaçar a atividade do Governo, é próprio que isso aconteça em democracia.

É dizer: “Senhores, isto não está resolvido! Os senhores são uns incompetentes!”

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor dizia que não era democracia! Afinal era ou não era?

**O Orador:** Não quer dizer que o sejam em absoluto, mas quer dizer apenas que eu quero que os senhores resolvam esse problema.

Portanto, nunca é um ataque, é uma defesa dos direitos do jovens, ou das crianças, ou das pessoas que estamos a falar, ou dos professores, ou dos agricultores, dos pescadores, seja quem for.

Nunca é um ataque! É não tenho nunca a pretensão de fazer mal a ninguém.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Só se não conseguir!

**O Orador:** A única coisa que pretendo é que as coisas funcionem melhor, e o Partido Socialista faz a mesma coisa. Os Srs. Deputados do Partido Socialista nas câmaras municipais que são da oposição também criticam o exercício, e muito bem! E muito bem! Fazem a vossa função, criticam aquilo que corre mal, criticam o problema que ficou por resolver, e os Srs. Deputados também fizeram a mesma coisa (e de que maneira) até 96 no Parlamento dos Açores! Também criticavam o funcionamento, e muito bem! E fizeram a vossa função, representar a população, e isso não é atacar! Isso é defender uma gestão rigorosa, uma gestão melhor! Nunca é atacar, é cumprir a nossa função.

Eu não teria tantos inimigos políticos e pessoais se eu estivesse calado.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor tem inimigos pessoais?

**O Orador:** Isso é o mais fácil, é estar calado!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso não é assim tão importante!

**O Orador:** Mas eu não consigo estar calado, porque não sinto que esteja a contribuir e não sinto que esteja a exercer as funções para a qual fui eleito! E eu fui eleito para resolver problemas, fui eleito para ter aqui a capacidade de apresentar propostas, de chamar a atenção para as questões que não estão a ser resolvidas, e foi isso que fiz neste Projeto.

Diz-me o Sr. Deputado: “Bom, mas o assunto estava a ser resolvido”. Bom, já existiam declarações de que no outro anterior também estavam resolvidos, e já existia dinheiro para resolver no ano anterior e não feito.

Evidentemente o que é que eu devo fazer? O que eu devo fazer é, com o objetivo exclusivo que o problema seja resolvido, uma iniciativa chamando a atenção de que isto assim não funciona e que o Governo deve exercer as suas funções.

O Sr. Deputado Artur Lima está impaciente com a minha intervenção, não vou prolongá-la muito mais, mas há um argumento ainda que não utilizei, que é o seguinte...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está enganado!

**O Orador:** Há um argumento que ainda não utilizei, que é um argumento fundamental, é que na Ilha do Corvo os dois poderes que existem, o poder local e o poder regional ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E o monárquico!

**O Orador:** O poder nacional também estamos muito mal, mas não vamos complicar esta questão.

O poder regional e o poder local devem agir em conjunto, e evidentemente o poder regional deve exercer as suas funções diretamente. O que acontece aqui é que o poder regional não exerce, não fiscaliza, não toma conhecimento, não

exerce as suas funções. Obviamente que depois estas questões se eternizam. E esta questão resolveu-se sim, não há nenhuma dúvida, por intervenção do PPM! Porque nós apresentámos esta reivindicação!

E digo-lhe uma coisa: fico de consciência tranquila quando é assim. Eu não me sinto bem é quando o problema existe e eu não falo nele, é quando o problema existe e eu não apresento propostas para a sua resolução. Aí é que eu não me sinto bem, aí é que eu não estou a atacar os direitos das pessoas. Mas assim não estou a atacar ninguém, estou a defender os direitos das pessoas e a permitir-lhes que tenham as mesmas condições que em todas as outras ilhas dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A igualdade é uma quimera!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O pavilhão polidesportivo da Ilha do Corvo foi construído pela Região e inaugurado em 2013, tendo custado à época 622 mil euros.

Em estrito senso, faria sentido que a manutenção, conservação e dinamização desta infraestrutura fossem responsabilidades da Região. Mas também faz todo o sentido, no cumprimento dos princípios da subsidiariedade e descentralização do exercício da governação, que estas infraestruturas funcionem em regime de parceria e cooperação entre o poder governativo central e o poder descentralizado, neste caso as autarquias.

É de acordo com estes princípios que muitas infraestruturas são mantidas no país e na Região. Estes princípios não respondem a uma lógica de pura bondade política da governação e perseguem fins bem mais práticos, pois é quem está mais próximo, quem melhor reporta e zela pela manutenção e dinamização das infraestruturas.

Neste caso concreto, o PPM tem o mérito de por duas vezes, na anterior legislatura e agora, nesta Câmara e através de requerimentos dirigidos ao Governo Regional, denunciar e reportar problemas evidentes na manutenção do pavilhão polidesportivo. Aliás, tanto da primeira vez como agora, o Governo Regional estabelece contratos Aral com a autarquia do Corvo, um instrumento que materializa os princípios da subsidiariedade e descentralização de poderes para a realização de obras de reparação do pavilhão polidesportivo. O primeiro contrato foi assinado em 2014 no valor de 130 mil euros e muito recentemente outro contrato no valor total de quase 100 mil euros.

Este pavilhão foi construído sem cobertura, condição que torna difícil a própria designação de pavilhão polidesportivo. Esteve, pelo conhecimento que temos, sem contar com pessoal afeto que zelasse pela sua vigilância e manutenção e servia para outras atividades que não desportivas.

Em 2015 procederam-se a obras de recuperação e cobertura, sendo atualmente vigiado por um assistente operacional da autarquia, mas passados quatro anos deparamo-nos novamente com a necessidade de realização de obras.

É evidente que este pavilhão deveria ter sido desde sempre coberto, e é também evidente que as obras de reparação feitas em 2015 não resolvem o problema.

Estamos pois, mais uma vez, perante uma obra mal executada e nada nos garante que a próxima trará uma solução definitiva e poderemos ser conseqüentemente mais uma vez confrontados com uma iniciativa igual ou similar.

Compete ao dono da obra zelar pelo interesse público, ou seja, pela correta adequação da obra à sua utilidade, pela correta execução da obra e responsabilizar um empreiteiro se assim for necessário.

Compete também à autarquia reportar o estado de conservação do pavilhão ao Governo Regional e parece-nos que tal não é feito.

Sr. Secretário Regional da Educação, recebeu alguma informação por parte da autarquia antes do anúncio feito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão acerca do mau estado de conservação do pavilhão? Esta é uma questão que se impõe, pois o proponente, mais uma vez, denunciou o mau estado de conservação desta infraestrutura, requisito aparentemente obrigatório para que o Governo Regional atue. Aliás, esta iniciativa foi submetida a 09 de julho do ano passado, e decorridos três meses é anunciado em comunicado do Governo a formalização de mais um contrato Aral para a realização de mais obras.

O proponente entende que este problema se resolve retirando a gestão do pavilhão à autarquia. Nós consideramos que a principal razão para a ocorrência deste problema, por vastas vezes, não se encontra neste modelo de gestão, mas antes na inadequação da obra à utilização da infraestrutura, na deficiente execução da obra, razão para nos abstermos relativamente à iniciativa pois reconhecemos não só a bondade da proposta, como também o condão que esta tem para que o Governo Regional proceda a novas obras.

Esperemos que o Governo Regional assuma, juntamente com a autarquia, uma atitude mais diligente e exigente para com o executante da obra.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir todas as intervenções seguintes à minha, eu acho que também é importante esclarecer aqui um por maior que é ignorado por todas as bancadas.

Ainda bem que o Sr. Deputado Paulo Estêvão se referiu à oposição autárquica.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão faz parte da Assembleia Municipal do Corvo, e deixe-me lembrar um pormenor, até porque o Sr. Deputado também tem a grande capacidade de apresentar Projetos de Resolução sobre matérias que já

estão a ser desenvolvidas para depois vir dizer que foi por sua causa que as coisas ficaram resolvidas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A verdade é que no dia 22 de dezembro de 2017, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Ao tempo que isso já foi!

**O Orador:** ... em reunião da Assembleia Municipal no Corvo, foi discutido o orçamento para 2018.

Sr. Deputado, eu não sei se o Sr. Deputado conhece o documento, mas tem lá 60 mil euros para essa obra.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é a prova provada que o Presidente da Câmara do Corvo influencia a bancada socialista!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado João Pedro Ávila...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo:** Paulo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É tudo a mesma coisa! Paulo e Pedro eram apóstolos!

**O Orador:** João Paulo Ávila, peço desculpa!

Sr. Deputado, conhecer os orçamentos da Câmara Municipal conheço, tenho essa obrigação, que foram discutidos na Assembleia Municipal conheço, obviamente, embora eu tenha poucas oportunidades de ir lá porque as reuniões são quase sempre marcadas quando ocorre o plenário.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Esta não foi!

**O Orador:** Ou seja, tenho a preocupação de remeter para a Assembleia Municipal uma solicitação que não seja feita a reunião durante os períodos do plenário e o que acontece é que depois a Assembleia Municipal, com a maioria do Partido Socialista, absolutíssima, que é muito democrática, ...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É democrática, é!

**O Orador:** ... é uma Assembleia Municipal com oito membros do Partido Socialista, sete do PPM, e a Mesa é toda do Partido Socialista, é muito democrática, e depois marcam reuniões sistematicamente quando eu não posso ir!

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Esta que eu fui, o senhor não estava lá!

**O Orador:** Já marcavam no final da semana e eu ainda fazia um esforço para fazer uma ponte aérea, e agora então fazemos melhor: à quarta-feira. À quarta-feira já não há possibilidade de o Sr. Deputado Paulo Estêvão aparecer.

Bom, chama-se a isto cobardia! Não tem outro nome a não ser cobardia!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Isso é combinado com a Assembleia Municipal da Vila do Corvo!

**O Orador:** Porque é evidente que alguém que tem medo de debater com outro, é um covarde! E devo-lhe dizer ...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor está a faltar à verdade!

**O Orador:** ... portanto, que eu tenho oportunidade de ir a muito poucas reuniões, mas nessa eu fui, e chamei ...

*(Aparte inaudível)*

Qual é que foi a reunião?

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** O senhor deve saber!

**O Orador:** Qual é que referiu?

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**O Orador:** Bom, não sei, mas eu pensei que me estivesse a referir.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Ah! Não sabe!

**O Orador:** Mas de qualquer das formas, nesta última reunião da Assembleia Municipal não fui porque, mais uma vez, foi marcada exatamente no plenário para eu não poder ir, ...

**Deputado José Ávila (PS):** E o seu partido?

**O Orador:** ... o que aconteceu foi que eu li, obviamente, o orçamento.

Bom, mas há uma questão que é fundamental. O facto de estar no orçamento, como o facto de estar no orçamento de Vossas Excelências, não quer dizer que se faça! O facto de estar no orçamento não quer dizer que se faça!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Se não estiver é que não se faz!

**O Orador:** E aliás, na Câmara Municipal do Corvo, acontece exatamente o que acontece neste Governo Regional. A execução é muito baixa! E vou-lhe dar vários exemplos.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não precisa!

**O Orador:** Olhe, por exemplo: observação de aves. Foi a única proposta, no âmbito do orçamento da Região, que foi aprovada aqui nesta Casa. Foi feita? Não foi feita! Já lá está há dois anos!

Ouça, a construção do Ecomuseu. Todos os anos milhares de euros. Sr. Deputado, foi feita? Foi executada? Não foi executada!

Então, o Sr. Deputado tem aqui uma grande novidade. Uma coisa é estar prevista, outra coisa é ser executada. A prática demonstrou que entre estar prevista e estar executada, há uma grande diferença!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tal carretinho!

**O Orador:** Vou-lhe dar uma novidade. Eu conheço tão bem o orçamento que até lhe podia dizer o grau de execução em cada uma das rúbricas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não diga!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Diga, diga!

**O Orador:** 20%, 10%, 15%, 0%! Portanto, temos execuções baixíssimas!

E há outra coisa em relação às execuções! Há coisas que eu não posso medir a execução porque fazem parte de um acordo de cavalheiros.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso, isso!

**O Orador:** Oh Sra. Presidente, a minha experiência de autarca foi chamada para aqui!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem toda a razão!

**O Orador:** O acordo de cavalheiros, por exemplo! Eu não posso saber se aquela obra foi executada se aquela obra não estava prevista!

Evidentemente já informei os órgãos competentes dessa situação, por exemplo do acordo de cavalheiros. Olhe os pagamentos em espécie, por exemplo, que o senhor fazia referência. Também não estava executada, não está prevista nos orçamentos, também não consigo controlar!

Portanto, Sr. Deputado, entre aquilo que está planificado e o facto de estar no orçamento não significa que venha a ser executado, como não foi neste caso e não foi nos outros exemplos todos que eu lhe dei.

Quer que eu continue a dar exemplos? Teria até, o Sr. Deputado está a dizer para eu terminar, um imenso prazer em prolongar esta discussão e dar-lhe mais alguns exemplos que seriam muito interessantes. Puxe por mim, Sr. Deputado!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Tanta humildade, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não quero puxar por si, eu só lhe quero é esclarecer o seguinte, porque as adjetivações que o senhor utilizou aqui não merecerão qualquer atenção da minha parte.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** A verdade é que a reunião ocorreu no dia 22 de dezembro de 2017, era a discussão do documento mais importante para uma Câmara Municipal, e o senhor não estava em plenário e não estava naquela reunião!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O senhor faça favor ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor é que tem que fazer, é que fez a acusação!

**O Orador:** Sr. Deputado, a acusação que fez é grave! A acusação que o senhor fez é grave, Sr. Deputado!

Eu vou-lhe dizer. Eu recordo-me de não estar na última, foi agora em dezembro, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** 2017, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... e sabe porque é que eu não estava? Porque foi marcada exatamente para o plenário! Como quase todas as reuniões são marcadas para o plenário!

O senhor vem aqui dar cobertura a atos de cobardia, Sr. Deputado!

**Deputado Carlos Silva (PS):** 2017!

**O Orador:** Vem aqui fazer baixa política, Sr. Deputado!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** Atos de cobardia, porque eu não estou presente em 80 ou 90% de reuniões porque são marcadas ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Essa não foi!

**O Orador:** ... exatamente quando eu estou no plenário deste Parlamento dos Açores, Sr. Deputado!

Portanto, o que o senhor está a dizer é uma cobardia, Sr. Deputado!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** Eu estou sempre no exercício de funções e estarei sempre nas reuniões em que puder estar no exercício dessas funções! Em relação a essa matéria, se nessa data não estava no exercício das minhas funções, é porque estaria a desempenhar alguma função política.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sim, sim!

**O Orador:** Não me lembro de não estar no plenário durante esse período!

Agora, o que lhe posso dizer é que não estive na última reunião nem estive em algumas das outras reuniões porque são marcadas exatamente quando coincidem com o plenário.

Portanto, Sr. Deputado, reitero outra vez. Quando se tem um debate franco, quando se tem a convicção dos argumentos, Sr. Deputado, não se marca as reuniões quando os outros não podem estar.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não foi essa!

**O Orador:** Isso é um ato de cobardia, Sr. Deputado!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, já lhe chamei a atenção mais do que uma vez. Peço-lhe que não utilize este tipo de expressão. A emoção do debate é importante, mas não pode ultrapassar certos limites.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do PPM recomenda ao Governo Regional dos Açores que assuma diretamente as suas competências no âmbito da manutenção do parque desportivo da Ilha do Corvo, nomeadamente garantindo o bom estado de

fruição das instalações, equipamentos e material desportivo, e assegurando as reparações e os melhoramentos necessários às instalações e equipamentos.

Na base deste pedido de intervenção, radica a convicção, da incapacidade da Câmara e da desresponsabilização do Governo. Nada de mais errado.

A cooperação entre as instâncias camarária e governamental constitui uma mais-valia traduzida no acréscimo da prática desportiva e em benefício das instalações e respetivos equipamentos.

A título de exemplo, no cumprimento do protocolo subscrito entre a Câmara Municipal do Corvo e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, que confere ao município a gestão do pavilhão desportivo construído pelo Governo, procedeu a vereação a trabalhos de manutenção do edifício no montante de mais de 78 mil euros que agora serão alvo da celebração de um contrato Aral no valor de cerca de 50 mil euros, uma prova inequívoca de que a tutela se não exime a quaisquer responsabilidades.

De resto, repita-se, que a gestão do parque desportivo não tem de ser feita de igual modo em todas as ilhas. As soluções devem sim adequar-se à especificidade de cada território. No caso do Corvo, onde a atividade física desportiva releva por prioridade, justifica-se de todo a participação camarária dada a incumbência da promoção do desporto para todos também na ótica da Câmara Municipal.

Porém, mesmo neste caso, o Governo não alija responsabilidades. Com efeito, em 2019 será celebrado um contrato Aral entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Câmara Municipal do Corvo, destinado quer ao desenvolvimento da atividade desportiva, quer à garantia do funcionamento do pavilhão.

Será possivelmente este contrato Aral para promoção da atividade física desportiva, para funcionamento do pavilhão, que poderá levar um técnico de desporto ao Corvo que sirva para a promoção da atividade física desportiva,

mas não propriamente para ficar ao serviço de um único clube porque isso não tem, obviamente, cabimento legal no âmbito dos nossos apoios.

A terminar, resta dizer uma coisa que já foi aqui dita: este Projeto de Resolução surge fora de tempo, já que foi determinado por um caso que está de todo resolvido há algum tempo. Na troca de argumentos entre o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado João Paulo Ávila, disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão que uma das coisas que poderia também estar atrasada no Corvo era o Ecomuseu.

Bem, o Ecomuseu recorro que é uma construção contínua, sabemos quando principia, dificilmente sabemos quando termina. O Ecomuseu é uma construção coletiva com as instituições, a Câmara Municipal, a escola, por exemplo a filarmónica, com a população, e essa aproximação à sociedade real tem os seus problemas, mas no Corvo já funciona. O Ecomuseu pode não estar formalmente aberto, mas tem uma equipa técnica com duas coordenadoras. Uma para o projeto museológico, licenciada em património cultural, outra para a revitalização do centro histórico, concretamente uma arquiteta, tem mais um arquiteto e dois engenheiros.

O Ecomuseu tem trabalho feito. Aliás, pode ver-se isso logo no primeiro número da revista “CulturaAçores” onde está evidenciado trabalho feito em 2014. O projeto do Ecomuseu foi apresentado na Bienal Ibérica do Património Cultural em Amarante em 2017. O Ecomuseu está empenhado na revitalização do centro histórico, 90 moradores com interesse na recuperação da habitação já demonstraram essa vontade, isso será feito com o apoio da Direção Regional da Cultura e do IFRRU, 49 pedidos formais já entraram na Câmara Municipal, o plano da Região (aprovado aqui há pouco tempo) reserva verbas para este efeito.

O Ecomuseu tem muitas outras atividades, por exemplo a conceção de um projeto de educação patrimonial para a Escola Básica e Secundária Mouzinho

da Silveira com um modelo organizacional, com uma metodologia pedagógica, com formação de professores, com a produção de um DVD com recursos educativos, nomeadamente jogos lúdico-educativos.

Foi publicado um livro de banda desenhada sobre histórica corvina, nomeadamente a resistência dos corvinos aos piratas em 1632. Procedeu-se à recuperação do cultivo da junça, meio de sobrevivência dos mais pobres no passado, e particularmente dos corvinos. Fez-se uma apresentação já na Casa dos Açores de Lisboa, fez-se uma apresentação no Corvo aquando da visita do Presidente da República.

O Ecomuseu organizou um acervo histórico com entrevistas de vida junto dos anciãos do Corvo, com um repositório demográfico que está a ser dirigido pela professora Norberta Amorim, com uma coleção fotográfica. Recentemente foi ao Funchal a um colóquio organizado pelo CHAM (Centro de Humanidades) e pelo Centro de Estudos de História do Atlântico onde evidenciou a tradição do culto do Espírito Santo no Corvo, porque todos nós o celebramos, mas diferentemente em cada ilha.

Mais. O Ecomuseu colabora regularmente com a Câmara no acompanhamento à empreitada dos arruamentos do Corvo, na execução e colocação de placas toponímicas, na criação de um circuito de interpretação da vila com participação popular na recuperação de património, nomeadamente chafarizes, e comparticipação no boletim municipal.

Claro que nem tudo corre bem. Há um contratempo: a recuperação do Museu do Tempo, o seu primeiro edifício, que aliás foi doado pelo Sr. Deputado do PPM, por incapacidade da empresa teve um atraso significativo. Isso originou um conflito em tribunal que terminou num acordo. Os trabalhos recomeçaram e temos a esperança de que o possamos vir a inaugurar por março/abril deste ano. Julgo que perante isto não se pode dizer propriamente que, sobre o Ecomuseu do Corvo, os atrasos são grandes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP, um do PPM, e duas abstenções do Bloco de Esquerda.

**Presidente:** Concluímos assim o ponto oito da nossa agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto nove: Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha.

O relatório foi distribuído por todos, julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Há alguma questão?

Sr. Deputado Artur Lima, uma interpelação?

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, naturalmente falha minha, eu não vi esse relatório.

**Presidente**: Não são os relatórios que foram incluídos na agenda. Este é o que já estava na agenda desde que a agenda foi apresentada à conferência de líderes ...

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: E é assinado por quem?

**Presidente**: É um relatório que veio da CAPAT.

**Deputado Francisco César (PS)**: Esse é um que já foi há algum tempo.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Eu peço um intervalo de cinco minutos para ver, porque eu não voto num relatório de levantamento de imunidade parlamentar que não seja assinado por um juiz.

**Presidente**: Mas isto não é imunidade. É só autorização para testemunha...

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Tem que ser pedido por um juiz. É levantamento de imunidade, não deixa de o ser.

E, portanto, eu quero ver o relatório, não voto.

**Presidente**: Sr. Deputado Artur Lima, a sua questão naturalmente que tem pertinência, mas eu só queria deixar claro de que este documento foi à conferência de líderes de quinta-feira e na altura, eu sei que o senhor não esteve nessa reunião, ninguém me colocou nenhum questão de este vir à agenda, mas eu tenho que colocar à votação. Não posso deixar de o colocar à votação.

O Sr. Deputado é livre de não votar.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, então eu solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente**: Mas o Sr. Deputado pede o intervalo para eu lhe entregar o relatório, é?

Posso fazer um intervalo, fazemos um intervalo de 15 minutos.

*(Pergunta inaudível do Sr. Deputado Artur Lima)*

Mas quem é que assina o relatório? É a Sra. Relatora.

Como deve compreender eu não faço ideia porque isso são questões processuais que vão para a CAPAT.

O documento está conforme para vir a agenda.

Se faz questão de fazermos um intervalo, fazemos um intervalo de 15 minutos para ver o relatório.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Srs. Deputados, eu dei a palavra ao Sr. Deputado André Bradford, portanto, sou eu que decido se ele pode ou não pode falar.

Sr. Deputado André Bradford, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

**(\*) Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, a interpelação é no sentido de perceber o seguinte: A Sra. Presidente tinha iniciado uma votação, foi feita uma interpelação depois de ter sido iniciada a votação, a interpelação era no sentido de colocar uma dúvida do Sr. Deputado Artur Lima pelo facto de não ter visto o parecer da Comissão. Uma coisa é o Sr. Deputado Artur Lima necessitar de consultar um documento, é público, já estava disponível há bastante tempo. Outra coisa é marcar-se um intervalo no meio de uma votação. Isso é que eu não consigo perceber.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** No meio? Já tínhamos começado a votação?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A falha é minha!

**O Orador:** A minha dúvida é: Sra. Presidente, tínhamos começado a votar ou não tínhamos começado a votar?

**Presidente:** Sr. Deputado André Bradford, eu permiti a interpelação porque percebi que o Sr. Deputado Artur Lima estava com dúvidas sobre a votação deste documento.

Tenho que fazer esta justificação. É certo que a agenda quando vai à conferência de líderes a maior parte dos documentos já estão na Casa, e este documento já estava na Casa.

Não foi o Sr. Deputado Artur Lima que foi à conferência de líderes, mas naturalmente o CDS esteve representado, concordou com a agenda, logicamente é porque concordou com este documento de forma a que ele pudesse subir a plenário para ser votado.

Agora, também não me parece que não se possa fazer um intervalo para esclarecer, mas eu acho que este é o esclarecimento cabal. O documento foi distribuído por todos com a devida antecedência, estava na agenda, a agenda foi aprovada, portanto, eu deduzo que todos concordam com os documentos que estão presentes para o plenário.

Sr. Deputado Artur Lima, penso que quer mais algum esclarecimento.

Tem a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, há gente que não está aqui atenta.

A Sra. Presidente quando leu o ponto da agenda eu levantei logo a mão, antes de ser colocado à votação. E, portanto, o Sr. Deputado Bradford se não tem a compreensão ou se não estava atento, o problema é dele.

E, portanto, eu levantei logo a mão, e peço um intervalo regimental de 15 minutos.

Até pode ser para ir à casa de banho, ninguém tem nada a ver com a minha vida.

**Presidente:** Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, o intervalo é regimental e eu vou conceder, mas tem que ficar claro, até para quem nos está a acompanhar, de que efetivamente pode haver aqui alguma questão e alguma dúvida, mas de que o procedimento sobre

este documento é perfeitamente correto e o documento já distribuído por todos e a agenda...

*(Aparte inaudível)*

Sim, mas o Sr. Deputado levantou a questão em primeira mão sobre a dúvida se poderia ou não votar porque não tinham visto relatório, mas é lógico...

*(Aparte inaudível)*

E a agenda foi aprovada considerando este ponto da agenda.

Mas vamos fazer um intervalo para que possamos fazer os esclarecimentos necessários.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos nesta Casa acima de tudo para esclarecer, e da mesma forma que nós podemos conceder um intervalo no momento exato em que íamos votar, penso que o Sr. Presidente da CAPAT também tem legitimidade para poder prestar alguns esclarecimentos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, se me permitir, em primeiro lugar eu gostava de dizer que eu reconheço à Sra. Deputada a presidência deste Parlamento e não a nenhum outro deputado, portanto, é à senhora que cabe aceitar se eu falo ou não falo. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu compreendo as reticências do Deputado Artur Lima em relação à questão dos levantamentos das imunidades, em relação ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas eu não lhe perguntei nada!

**O Orador:** Mas o senhor pode não querer fazer nenhuma pergunta, mas eu posso querer dizer alguma coisa, e portanto ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não lhe pedi esclarecimento nenhum!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O intervalo tem de ser feito!

**O Orador:** Srs. Deputados, isto não tem que ser tudo uma coisa hostil.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César, peço-lhe que se mantenha na interpelação à Mesa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas ele está a falar para mim, não está a fazer um interpelação à Mesa!

**O Orador:** A informação que eu gostava de dar às Sras. e aos Srs. Deputados é que em matéria que foi referida aqui em relação à autorização para testemunho do Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi, salvo erro, à última reunião da CAPAT.

Nessa última reunião, após consulta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, essa autorização foi prestada e foi manifesto em relatório, relatório este aprovado por unanimidade, no qual é referido que tendo sido recebido o pedido do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores foi dada essa autorização. Eu penso que poderiam ser essas dúvidas que teriam sido levantadas.

E, portanto, esclarecidas, e tendo o relatório entrado até à quinta-feira e sem nenhuma ressalva em termos da sua aprovação de nenhum partido, incluindo o CDS, eu acho que não haveria nenhum problema.

Caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais, da minha parte, tal como da Mesa, calculo que estamos disponíveis para prestar aqueles que forem necessários. Não há necessidade, por isso, de nenhuma exaltação sobre o assunto.

Da minha parte, estou disponível para o que for necessário, para que corra tudo bem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Penso que tinha pedido a palavra, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação para questionar a condução dos trabalhos da Mesa, que é a seguinte: Sra. Presidente, eu estou aqui há 10 anos no Parlamento e nunca vi uma situação semelhante a esta. Ou seja, é solicitado um intervalo regimental, o intervalo regimental é imediatamente concedido.

Da parte de Vossa Excelência, esta situação é uma situação completamente anómala, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas quer ser informado ou não quer ser informado?

**O Orador:** ... nunca aconteceu, e está profundamente errada.

Não resolveu absolutamente nada porque o Sr. Deputado não pediu nenhum esclarecimento. E mais que isso, as intervenções seguintes não se deviam ter realizado, inclusivamente a minha.

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, permita-me só que lhe diga isto.

O senhor diz que é a primeira vez que isto acontece, mas o senhor está aqui há sete anos, tantos desde que eu sou Presidente, desde há sete a esta parte que o senhor sabe que tudo o que acontece pela primeira vez é comigo, portanto, não devia ficar surpreendido com isso.

Eu permiti os esclarecimentos porque, sinceramente, senti que o motivo do intervalo do Sr. Deputado Artur Lima era porque precisava de um esclarecimento, e tentei, até para economia de tempo que sei que o Sr. Deputado Artur Lima é rigoroso nesta questão dos tempos e dos intervalos, pensei que com os esclarecimentos ele pudesse já não querer fazer o intervalo. Não foi desrespeitando nem o pedido do Sr. Deputado Artur Lima, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não desrespeitou nada!

**Presidente:** ... foi simplesmente porque efetivamente, como o senhor também sabe, há outros dois relatórios que entraram na Casa ontem e poderia ter havido aqui uma pequena confusão, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu acho que quando é para esclarecer a bem, devíamos estar sempre todos bem, incluindo o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, que eu já não lhe podia dar, mas que vou dar com todo o gosto.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Se deu ao Paulo Estêvão, também me dá a mim.

Sra. Presidente, não me faltou minimamente ao respeito nem eu lhe faltei a si. Portanto, que fique esclarecido isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, já recebi a informação, eu comecei por dizer que era por falta de atenção minha, e, portanto, não estou culpando mais ninguém, nem o Sr. Presidente da Comissão nem mais ninguém. Foi deficiência minha porque não olhei para este ponto, acontece.

E eu, efetivamente, como a senhora se lembra e todos lembramos, sou muito rigoroso nesta matéria porque já aconteceu aqui uma situação muito degradável e eu não quero que se repita.

Efetivamente o pedido é feito por um tribunal, e, portanto, estou esclarecido. Os meus serviços já me esclareceram e o Sr. Presidente da Comissão também já leu ali.

Portanto, por mim seguimos.

Retiro o pedido de intervalo.

**Presidente:** Então, retirado que está o pedido de intervalo regimental...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nunca lhe tinha acontecido isto também.

**Presidente:** É a primeira vez, Sr. Deputado. Mais uma para a minha lista de primeiras vezes.

Vamos então votar este pedido de autorização.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de autorização anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao ponto 10 da nossa agenda: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto – Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”. Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se muito facilmente. Entrou em vigor o orçamento da Região Autónoma dos Açores agora em janeiro, essa é uma norma do orçamento que altera um Decreto Legislativo Regional, e, portanto, a lei não pode cair no vazio quando o Sr. Secretário, enfim, tem dúvidas e dizia que não aplicaria a lei.

Nós entendemos que isto é uma matéria que prejudica os alunos, tem que ser resolvida o mais rapidamente possível, já passou o primeiro período, estamos a entrar no segundo, e, portanto, com urgência alterar a lei para que na próxima interrupção letiva não haja nenhuma confusão na interpretação da lei.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a justificação do pedido de urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Eu vou passar então a palavra novamente ao Sr. Deputado Artur Lima para apresentar a iniciativa.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos em iniciativas que são subscritas por mais do que um partido.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A maioria socialista com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista fez aprovar, no orçamento regional para 2019, o plano de recuperação presencial em período de inatividade escolar para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

O CDS e o PPM votaram contra e estávamos certos.

Estávamos certos porque ninguém da classe dos professores declarou a sua adesão a esta medida.

Estávamos certos porque nenhum dos sindicatos representativos dos docentes a subscreveu.

Estávamos certos porque o próprio Governo anunciou, imediatamente à sua aprovação nesta casa, que não vai aplicar a medida.

Estávamos certos, sobretudo, porque entendemos que a educação não pode ser palco de soluções experimentalistas sem fundamento.

Na verdade, a medida, irresponsavelmente aprovada nesta casa, não foi objeto, pelo que sabemos, de nenhum estudo prévio que justificasse a solução

apresentada e muito menos considerasse a possibilidade e a eficácia da sua aplicação.

Estamos, neste quadro, na presença de uma medida que, para além das razões desconhecidas que levaram à sua elaboração, não tem nenhuma correspondência técnica ou científica no que respeita à pedagogia no universo escolar.

O que resulta desta medida é uma coisa muito simples, ou muito complexa, ou muito complicada: é o estigma dos alunos a recuperar e a desconsideração dos docentes e quadros auxiliares das nossas escolas.

Estamos perante uma medida que, pela sua natureza, promove olhares de reprovação e rejeição sobre os nossos alunos.

Estamos perante uma medida que ignora o trabalho, a competência e a dedicação dos nossos docentes e do nosso pessoal auxiliar no tempo normal de aulas.

Não podemos por isso permitir, como a esquerda quer, que os alunos com mais dificuldades fiquem sem férias, sem tempo livre e sem lazer, ao mesmo tempo que estão sujeitos à diferenciação e ao estigma.

O que fica desta medida é que haverá alunos que não têm férias como os outros colegas porque não foram capazes de atingir os objetivos e por isso são castigados.

O que fica desta medida é que os professores, já esgotados pela falta de recursos e pela carga de trabalho, terão que reformular a sua organização do trabalho nas pausas letivas e até abdicar da sua pausa letiva forçosamente.

O que fica desta medida é que as escolas, remetidas a recursos humanos mínimos, terão que adaptar, não se sabendo como o conseguirão fazer, os seus quadros de auxiliares para responderem a esta nova e injustificada realidade.

É por isso que entendemos que a escolha de medidas adequadas à avaliação e promoção do sucesso escolar tem que ser necessariamente considerada tendo

em atenção a realidade da educação regional e o contexto escolar globalmente considerado.

É por isso que entendemos que a solução para fazer face às dificuldades de aprendizagem dos nossos alunos tem que ser construída multidisciplinarmente, ouvindo os intervenientes do processo e atendendo a critérios de adaptação e inclusão! ... (Ora este é um critério de exclusão numa escola que o Partido Socialista apregoa como inclusiva).

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... critérios de adaptação e inclusão que prevejam e rejeitem a diferenciação e o estigma no universo escolar.

É por isso que votamos contra esta deriva experimentalista na educação.

Esta medida, como enunciamos, não é sustentada na ciência, na técnica, e sobretudo na razão, e é por isso que propomos a sua imediata revogação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Srs. Membros do Governo:

O CDS estará sempre a favor de medidas de promoção do sucesso escolar.

O CDS estará sempre a favor de planos de atividades de acompanhamento pedagógico no sentido de resolver problemas de aprendizagem dos alunos com medidas orientadas de apoio ao estudo durante o período considerado escolar.

O CDS estará sempre a favor do reforço de mecanismos de apoio aos estudantes que considerem o saber dos professores, dos psicólogos, dos educadores, dos assistentes sociais, de toda a comunidade educativa, para que as pautas demonstrem um sucesso tão desejado e alargado do nosso ensino.

Para isso podem todos contar connosco.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria no início desta minha intervenção trazer aqui um tema que me parece que se relaciona de todo com a intervenção tida pelo Sr. Deputado Artur Lima, e refiro-me muito concretamente ao estatuto do aluno.

O estatuto do aluno, que foi aprovado em 2013 nesta Casa, configurou uma importante concretização dos direitos e deveres de cada criança e jovem no direito à educação e na sua relação como parte central da comunidade educativa. Este foi um passo essencial dado no sistema educativo regional na identificação dos direitos das nossas crianças e jovens nas escolas.

Tal como o estatuto do aluno, e noutras matérias, o Partido Socialista e os governos socialistas promoveram, e promovem, continuamente alterações para melhorar o desenvolvimento e envolvimento da sociedade. Diria mais, é responsabilidade de todos, de todos nós, dentro e fora desta Casa, procurar honrar e encontrar acolhimento prático para aqueles que são os direitos das crianças e jovens e que não se esgotam, como por exemplo nas datas comemorativas aquando da convenção dos direitos da criança.

É nesta senda que nos exigimos, sim!, nos exigimos a pensar diferente para responder à rapidez das mudanças sociais, aliás, como aqui foi aventado na passada terça-feira aquando do debate em que foi dito que em termos de pilar para o desenvolvimento social é a educação que responde como elevador social. Nós temos uma motivação, e nós também temos o dever de explicar aos açorianos e às açorianas as nossas posições, as nossas decisões.

A proposta do Partido Socialista apoiada orgulhosamente pelo Bloco de Esquerda e PCP quer dar a oportunidade a todos os alunos, a todos os alunos!, de por sua opção e não obrigatório, ...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quero ver como é que o Sr. Secretário vai descalçar essa bota!

**A Oradora:** ... beneficiarem de apoio educativo em período de interrupção letiva. Repito: a todos os alunos, por opção própria, em período de interrupção letiva.

A nossa proposta de apoio por opção do aluno, logo não obrigatória, ...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... nos períodos de interrupção letiva, é para que possamos dar mais oportunidade para os alunos adquirirem as aprendizagens não atingidas durante o período letivo. Repito: para todos os alunos, não obrigatório, de foram optativa.

É uma medida de apoio extra que o aluno entende, pelo seu livre direito de escolha, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale primeiro para a sua bancada!

**A Oradora:** ... de solicitar à sua escola.

Ponto número dois: a nossa proposta de apoio por opção do aluno, logo não obrigatório, em período de interrupção letiva, garante aos pais que também queiram responder às dificuldades dos seus filhos, tenham forma de garantir esta tão necessária supervisão parental em tempos escolares.

Esta é mais uma opção não obrigatória, uma opção optativa por parte dos alunos e dos seus pais.

A nossa proposta de apoio por opção do aluno, logo não obrigatória, em período de interrupção letiva, garante que o aluno reduza as possibilidades de exclusão no período seguinte, mitigando as dificuldades que originaram a atribuição da nota negativa. Esta é uma medida para combater a desigualdade social, contrariamente àquilo que aqui foi dito relativamente à exclusão, porque é para todos os alunos, e o Partido Socialista nesta matéria de todos os alunos tem um património inegável ao nível da escola inclusiva, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Também serve para subir notas!

**A Oradora:** ... e efetivamente esta medida responde a todos os alunos que assim o queiram.

A nossa proposta de apoio por opção do aluno, logo não obrigatório, em período de interrupção letiva, não pretende alterar as classificações obtidas, mas sim garantir que a escola pública diga “Presente” às diferentes necessidades dos alunos, diga “Presente” a quem quer melhorar o seu percurso, diga “Presente”! Este é o grande desígnio da escola pública, é dizer “Presente” às necessidades dos alunos! É este o nosso objetivo numa proposta optativa, não obrigatória.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Por fim, apresentamos esta proposta de apoio por opção do aluno, logo não obrigatória, em período de interrupção letiva para ajudar a combater as desigualdades que se acumulam e por vezes tornam-se crónicas de período para período.

Sras. e Srs. Deputados, a aplicação desta medida não colide com o legítimo direito do aluno à interrupção letiva. Porquê? Porque é um direito, por si próprio, pela sua natureza, porque é uma opção e não é uma obrigação!

Nós temos a consciência e acreditamos ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É a lei, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... na capacitação de cada aluno de escolher o seu percurso. E, portanto, é uma escolha, é um direito, não é uma obrigação.

A aplicação desta medida não colide com o legítimo e saudável direito dos pais ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale primeiro para a sua bancada e depois fale para mim!

**A Oradora:** ... ao lazer, à interrupção letiva com os seus filhos, porque é optativa, porque nós não negligenciamos a capacidade que os pais têm para escolher o melhor percurso dos seus filhos, percurso este que se tiverem que

optar por solicitar o apoio na interrupção letiva, pois assim o fazem. Nós confiamos nos pais!

A aplicação desta medida é proposta pelo professor, Sr. Deputado Artur Lima. Não é de uma forma desgarrada! É proposta em conselho de turma! Como bem sabe, por vezes estão lá psicólogos, estão lá professores de apoio. Portanto, não é uma matéria desgarrada! Ele têm um enquadramento e cabe ao professor aplicar esta mesma medida. Aliás, professor que tem um papel insubstituível nesta matéria.

O Partido Socialista, e eu, desde logo, que sou professora e estou como deputada, respeito o trabalho de cada professor e a certeza da dignificação da carreira, que está envolta em enormes fatores. E é por este preito, e pela procura da dignificação da carreira, que o Partido Socialista propôs aquele que é o melhor estatuto da carreira docente do país! É por este preito e dignificação da carreira que o PS recuperou dois anos de serviço em 2008! É por este preito e dignificação da carreira que o Partido Socialista, pela voz do Presidente do Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro, irá iniciar a contabilização dos sete anos a partir de setembro de 2019!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem isso a salva!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, tomei esta primeira parte da minha intervenção para vos explicar, para explicar aos açorianos a nossa motivação, porque nós temos a obrigação de explicar aos açorianos aquelas que são as nossas medidas. E cá estamos, a dizer o porquê da nossas medidas, e mais que tudo! Desmistificando o que foi feito dentro desta Casa, passando esta medida como uma medida obrigatória quando não é obrigatória, é um direito, é optativa; passando esta medida como para alunos com dificuldades de aprendizagem, quando é para todos os alunos que o desejam possam solicitar esta mesma medida. É importante que isto fique claro, é importante que esta

situação fique de forma transparente, aquela que foi e é a posição do Partido Socialista.

Não tenham dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, que nós ficamos e ficaremos duplamente satisfeitos se os alunos adquirirem as suas aprendizagens de forma significativa durante o período letivo, nas aulas, com os apoios educativos já existentes e com a inovação pedagógica que se exige e que se vai fazendo em cada sala. Nós ficaremos muito contentes.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, e depois de ouvir aqui a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, analisando aquelas que são as posições que venho ouvindo e que tive, mais uma vez, infelizmente, não só por discordar, a triste intervenção aqui feita, classificando a proposta como ela não é: obrigatória, exclusiva, a não ir ao encontro dos alunos e das dificuldades de aprendizagem, enfim, uma série de questões que aqui foram faladas.

Eu pergunto é: quando se combate a exclusão social, quando todos admitimos e o Sr. Deputado Artur Lima no âmbito de terça-feira inclusive admitiu, que a educação é a variável que faz a diferença!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!

**A Oradora:** Então como é que é possível que uma medida de apoio aos alunos, por sua opção, alguma oposição aqui está contra? Aliás, nesta legislatura nunca apresentou uma medida que fosse de apoio ao sistema educativo no âmbito do combate ao insucesso escolar.

Mas mais uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima porque foi quem fez a intervenção. O Sr. Deputado foi ali criticar a ausência de tempo livre dos alunos em período de interrupção letiva, mas eu nunca vi por exemplo aqui as Sras. e os Srs. Deputados, nestes dois anos que cá estou, criticarem, por exemplo, os trabalhos de casa que são enviados para os alunos em tempo de interrupção letiva, em que os alunos os fazem sozinhos, sem qualquer apoio, e

que muitas vezes têm que recorrer a explicações que existem, que funcionem no período de interrupção letiva. Cá está!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale para ali!

**A Oradora:** Mas nunca ouvi aqui nenhum dos Srs. Deputados dizerem que os alunos não descansam, não têm o direito às suas férias! Portanto, devo-lhe dizer que é uma grosseira contradição o que aqui foi dito e a forma como está a ser analisada esta situação. Sras. e Srs. Deputados, estou certa, e o Sr. Deputado acabou por afirmá-lo na sua intervenção, a real motivação da contestação aqui dentro sobre esta medida tenho muitas dúvidas se é relativamente à questão pedagógica, do tempo livre, aliás como há pouco já disse, sendo uma medida não obrigatória, sendo facultativa, caem por terra todos os seus argumentos.

Mas sabe, eu acredito que a real motivação tem a ver com o querer anular, a tentativa da boa relação que se está a criar relativamente à recuperação dos sete anos de serviço. Esta é que é a real motivação de alguns partidos da oposição. Não acredito em nenhuma preocupação política sobre esta questão muito em particular. Há sim um aproveitamento político, e isso, a meu ver, é instrumentalizar os alunos para aquelas que são as ambições pessoais e políticas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Pessoais?! A senhora disse pessoais?!

**A Oradora:** O Partido Socialista separa as águas. Uma coisa é o direito do aluno e é sobre esta matéria que se legislou, Sr. Deputado Artur Lima, e que não colide. Outra coisa são os direitos laborais dos professores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem tem razões pessoais é a senhora que vai ser corrida desse grupo parlamentar. Não vendo as minhas convenções como a senhora! A senhora esticou-se hoje!

**A Oradora:** A proposta apresentada pelo PS é uma opção do aluno, logo não obrigatória, o que é uma enorme diferença com aquilo que aqui foi dito, e temos a certeza que explicamos a cada um das Sras. e Srs. Deputados aquela que foi a

nossa motivação, a consciência da ação, a consciência de lançar mãos de instrumentos existentes, e a existir, porque há muito a fazer relativamente aos direitos e deveres dos nossos alunos para melhorar a qualificação das nossas crianças e dos nossos jovens.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A senhora esticou-se!

**A Oradora:** Esta é, pois, uma proposta, um contributo do Partido Socialista que convida os alunos de forma optativa, não obrigatória, para cumprir aquele que é o seu direito a aprender.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Esticou-se hoje! Não me vendo, mas já vai ouvir! A senhora esticou-se, não se admire de ouvir!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pior do que ...

Eu pedia que Vossas Excelências respeitassem a minha intervenção.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor interrompeu para aí 10 vezes.

**O Orador:** Eu não interrompi vez nenhuma, é falso o que Vossa Excelência está a dizer.

Bom, vamos concentrar-nos no debate de uma forma civilizada e ouvindo os argumentos uns dos outros.

A questão é a seguinte: pior do que um erro, é persistir nesse erro. O Partido Socialista cometeu um erro e o erro foi apresentar uma iniciativa, e Vossa

Excelência concordará que tem problemas técnicos. Por exemplo, propôs nível negativo na avaliação sumativa. Sabe que este conceito não existe do ponto de vista educativo por muitas razões, mas sabe que isto é um erro! Isto não faz parte do ponto de vista concetual daquilo que é a educação e os documentos educativos hoje em dia.

Sabe quando é que existiam níveis negativos? No Estado Novo.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** No Estado Novo é que existiam níveis negativos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É o seu nível!

**O Orador:** Atualmente este conceito que Vossa Excelência utiliza é um conceito pedagogicamente incorreto e do ponto de vista administrativo incorreto.

Vossa Excelência dizia: “Bem, tenho que explicar aos açorianos”. Sra. Deputada, a Sra. Deputada devia era ter explicado ao Governo porque o Sr. Secretário que estava aqui e que entretanto depois quando a comunicação social colocou o microfone o Sr. Secretário disse: “O quê? Apoios educativos durante o Natal, a Páscoa e o Carnaval? Ah, não sei nada disso. A mim ninguém me disse nada, não sei de nada disso. Não estava aqui!”. Não estava aqui nisso, não estava aqui quando se deu a recuperação do tempo de serviço, o Sr. Secretário não estava aqui nesse dia, não estava aqui no âmbito da aprovação do orçamento.

Dizia o Sr. Secretário: “É preciso analisar as suas implicações”. Eu que achava que se fazia uma proposta e que se alterava a legislação e que se analisava quais seriam as suas implicações, vejo agora que o Partido Socialista e o Governo Regional funcionam ao contrário. Primeiro muda-se a legislação, e depois a seguir o que é que se faz? Analisa-se as suas implicações, agora vamos analisar o que é que irá acontecer.

E diz ele: “Vamos ter muito cuidado com a sua aplicação porque mexe com o sistema educativo na sua globalidade, com os professores, com os estudantes, eventualmente com as famílias. Temos que estudar isto tudo”.

Eu estou a rir porque isto dá vontade de rir e dá vontade de chorar ao mesmo tempo. Estou aqui indeciso em relação ao sentimento que devo exprimir.

Então Sr. Secretário, foi ou não foi consultado em relação a esta proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista? Sr. Secretário, foi ou não foi?

Se foi consultado, não disse ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista: “Olhem, temos que estudar as suas implicações”.

Não disse isto, Sr. Secretário: “Não proponham sem ouvirmos os pareceres sociais, sem ouvirmos os professores, sem ouvirmos as escolas. Não proponham isto sem ouvirmos todas estas entidades”.

Sr. Secretário, teria dito isto? É um homem de bom senso, quase sempre, teria dito isto que disse aos jornalistas, e o Sr. Secretário pelos vistos não disse.

O Sr. Secretário sabia, o Sr. Secretário leu, o Sr. Secretário ouviu, o Sr. Secretário soube o que aconteceu naquela noite.

As perguntas são estas. Parece uma investigação, mas é que o tema é tão surrealista que estas perguntas merecem respostas e merecem ser colocadas a Vossas Excelências.

Depois, tudo isto é um erro tremendo do ponto de vista pedagógico.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor está a falar como professor ou como deputado?

**O Orador:** Tivemos as reações dos sindicatos dos professores, tivemos as reações dos professores, tivemos as reações das famílias, está toda a gente contra, toda a gente considera que do ponto de vista pedagógico isto é contraproducente porque não faz qualquer tipo de sentido.

E termino esta primeira intervenção, mas a Sra. Deputada dizia, e esta expressão mostra que Vossa Excelência está muito preocupada com isto. A Sra. Deputada dizia: “Isto é uma opção optativa”.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Não! Não foi isso que foi dito!

**O Orador:** Esta proposta, a partir do momento em que é realizada e em que os encarregados de educação a aceitam, esta proposta aplica-se com independência se os alunos aceitarem ou não aceitarem, é aplicada de imediato.

Ouçá uma coisa, eu tenho muitos anos de gestão escolar e não tenho qualquer tipo de dúvida em relação a esta questão.

E depois o Sr. Secretário diz: “Não, não aplicamos esta lei. Não me apetece. Isto está aqui, faz parte, publicado em Diário da República”.

Diz o Sr. Secretário: “Bem, depois destas dúvidas todas, isto não foi estudado, temos que estudar as suas aplicações e tal, não me apetece. Este artigo é para esquecer”.

Oh Sr. Secretário, isto não é uma ditadura. O senhor tem que aplicar a lei, o senhor não pode escolher. “Este artigo é bom, aplico. Este artigo não é bom, não aplico”. Ouçá, Vossa Excelência é um servidor público. Vossa Excelência funciona num estado de direito, Vossa Excelência aplica a lei.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Só isso?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é uma coligação.

**O Orador:** ... Em primeiro lugar, para responder à Sra. Deputada Sónia Nicolau que naturalmente está muito afetada e responde num tom assim um bocadinho fora do comum porque a Sra. Deputada fez uma proposta que passou despercebida no seu grupo parlamentar, que metade do grupo parlamentar não

concorda e que o Sr. Secretário não concorda, tanto que diz que não aplica, e, portanto, a Sra. Deputada naturalmente vem aqui dizer que eu trago esta iniciativa aqui por motivos políticos e pessoais.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Políticos!

**O Orador:** Sra. Deputada, ouça bem o que eu lhe vou dizer, olhos nos olhos. Aqui dentro, relativamente a essa matéria, de alterações que fizeram às leis da educação, dos concursos, se houve alguém que beneficiou pessoalmente de alterações de propostas pelo Partido Socialista aqui dentro não fui eu.

**Deputado Francisco César (PS):** Quem foi?

**O Orador:** Mas houve alguém aqui dentro que beneficiou da alteração dos concursos quando passaram de três para um ano.

**Deputado Francisco César (PS):** Quem foi?

**O Orador:** Alguém beneficiou aqui dentro, Sra. Deputada Sónia Nicolau, e teve interesses pessoais aqui dentro. Eu não tive, Sra. Deputada.

Portanto, ponha lá a mãozinha na consciência.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Posso pôr! Eu não fui de certeza!

**O Orador:** Relativamente aos direitos das crianças e que a senhora...

O senhor não sabe quem foi? Vá ver o resultado ...

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** ... dos concursos do ano a seguir e percebe quem foi, e quem está aqui percebeu e sabe bem quem é que teve.

Sra. Deputada, convenção sobre os direitos da criança que a senhora aí citou. A criança tem direito ao repouso, a tempos livres e a participar em atividades culturais e recreativas, artigo 31, Sra. Deputada.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Tem toda a razão!

**O Orador:** O que a senhora faz com a sua proposta é impedir, violar isto, Sra. Deputada, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** ... foi o que a senhora fez, violar isto. Portanto, grosseira é a sua intervenção que acabou de fazer, e não chega a ser a triste, chega a ser atrevida a sua intervenção, e chega a ser atrevida porque ofende toda a classe docente, que não concorda com isto.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** É uma opinião!

**O Orador:** Arranje-me um único professor, tirando Vossa Excelência, mesmo os professores da sua bancada ou os que estão aqui dentro que concordem com essa medida. Um professor!

A senhora já concordou com outras coisas de benefícios que teve.

**Deputado Francisco César (PS):** O quê?!

**Presidente:** Sr. Deputado, por favor vamo-nos manter dentro do debate sem acusações pessoais.

**O Orador:** Eu estou a manter-me exatamente na linha de raciocínio e exatamente na linha que a Sra. Deputada imprimiu ao debate, e quem atira pedras, pois, acontece isto.

A senhora passou aqui um atestado de incompetência aos professores. O que a senhora deixou aqui escrito é que eles não trabalham, mandam trabalho para casa para os alunos fazerem. Foi o que a senhora disse. Que eles sobrecarregam os alunos com trabalhos para casa.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Alguns sim!

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade! Há uma petição sobre isso e tudo!

**O Orador:** Foi o que a senhora disse, a senhora disse isso, que a classe dos professores sobrecarrega os alunos com trabalhos para casa. Mas sabe porquê, Sra. Deputada? Eu vou-lhe dizer uma coisa. Há professores que fazem é muitos trabalhos em casa para levar para a escola porque não os conseguem fazer na escola porque não têm condições para isso!

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)*

**O Orador:** Essa é que é verdade, Sra. Deputada! E disso a senhora devia envergonhar-se! Grosseira foi a sua intervenção, grosseira é a sua opinião sobre isso, Sra. Deputada! Disso a senhora devia envergonhar-se, de ter um Governo que não dá condições de trabalho aos docentes!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Essa é que é a verdade nua e crua das escolas todos os dias, Sra. Deputada Sónia Nicolau.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Oh Sr. Deputado!

**O Orador:** E quanto ao tempo de serviço dos docentes, aproveitamento político fez o seu grupo parlamentar e o Governo quando numa altura dizia uma coisa e no outro dia dizia outra e no dia a seguir desautorizou o Secretário que está ali sentado!

Sem pejo nenhum! Desautorizou o Secretário que disse que num dia se faria o mesmo da República e no outro dia contou o tempo todo!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Não se exalte, Sr. Deputado!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E isso é que devia envergonhá-la, a si e ao Partido Socialista! Mas de uma maneira muito particular, a si, Sra. Deputada! A si!

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Vergonha nenhuma, orgulho!

**O Orador:** A senhora devia ter vergonha da proposta que fez, que ofende a classe docente e que ofende os alunos! Isso é que é uma grosseria: a proposta do Partido Socialista, e particularmente a sua.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Orgulho!

**O Orador:** Tempo de serviço, defendemos aqui a oposição, os senhores foram ao tapete ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... pelas exigências de toda a oposição! Foram ao tapete porque não tiveram outra alternativa, porque estavam a perder os docentes e sabem que os estão a perder!

Mas, Sra. Deputada, ouça os docentes, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Ouço, muito!

**O Orador:** ... veja o que eles dizem, veja as reações todas, Sra. Deputada.

A senhora dizia: “a dividendos políticos e pessoais”, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Eu não disse dividendos!

**O Orador:** ... por quem Deus manda o recado. Mas não vai demorar muito.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada parlamentar do Partido Socialista consegue conviver muito bem com oportunismo político. Todos nós procuramos de alguma forma aproveitar as oportunidades políticas e convertê-las em vantagem, digamos assim, partidária. Portanto, com isso convivemos bem.

Agora, com o tom deste debate e com a forma como o Sr. Deputado se dirigiu a uma deputada desta bancada, com isso nós não conseguimos conviver, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas concordou com o que ela disse?

**O Orador:** Isto não é a forma adequada de debatermos uma matéria desta importância ou qualquer outra matéria nesta Casa. Esse tom, essa forma ácida de se dirigir aos outros, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Por quem Deus manda o recado!

**O Orador:** ... nós não partilharemos consigo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Com certeza, nem eu consigo!

**O Orador:** Que fique bem claro. E isso é uma diferença substancial que importa que as pessoas percebam.

Portanto, sem dramatismos, sem esse carácter definitivo que os senhores estão a atribuir a este assunto, muito por culpa da questão do oportunismo político, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas qual oportunismo político?!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas justifique esse oportunismo político!

**O Orador:** ... sem esse tipo de preocupação, o que eu gostava de vos transmitir e transmitir aos açorianos, é que nós agimos no uso da nossa ...

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Julga que com essa voz de santo consegue alguma coisa!

**O Orador:** Srs. Deputados, é perfeitamente natural que existam divergências políticas, mas a gente não precisa de estar todos aos berros uns com os outros para dizer que temos divergências políticas. Podemos dizê-lo de uma forma cordata, é o que eu estou a tentar fazer, de uma forma cordata dizer que discordo de Vossas Excelências.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem o senhor precisa vir com pezinhos de lã para mostrar que é bonzinho!

**O Orador:** Não é preciso estarmos aqui todos aos gritos para se perceber que não concordamos uns com os outros, acho eu. E, portanto, eu vou tentar continuar desta forma.

Nós agimos no âmbito do facto de sermos representantes eleitos do povo açoriano para materializarmos em propostas legislativas as nossas convicções, o nosso ideário e a nossa forma de conceber as várias áreas de governação. Foi isso que fizemos, pura e simplesmente.

Aquando do debate e da apreciação do plano e orçamento, nesta matéria em concreto, avançamos com uma proposta que é, como disse a minha colega de bancada, a Sra. Deputada Sónia Nicolau, uma faculdade do aluno e não uma imposição ao sistema de ensino. É uma faculdade do aluno, pode ser exercida ou não ser exercida e, portanto, isso retira-lhe toda essa carga dramática e impositiva que os senhores quiseram fazer passar, e fizemo-lo na utilização da convicção plena de que este assunto não é de fácil aplicação. Nós sabíamos desde o início, é uma alteração de perspectiva em relação a algumas das matérias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor não concorda com isso!

**O Orador:** E, portanto, deve ser ponderado e analisado, mas é a nossa convicção! É para isso que nós aqui estamos: para transformar as nossas convicções em propostas legislativas para que elas possam, de alguma forma, fazer a diferença. E, portanto, estamos imbuídos desse espírito, acreditamos verdadeiramente na proposta que fizemos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E os outros não estão?

**O Orador:** Agora, também percebemos que o sistema de ensino tem necessariamente de se articular em torno daquilo que é novo, e, portanto, é mesmo assim que as coisas funcionam: procurar, tentar, fazer com que pareça

que há uma divergência entre a bancada parlamentar do Partido Socialista e o Governo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Há secretários que são os últimos a saber!

**O Orador:** Oh meus senhores, nós normalmente somos acusados aqui de termos uma proximidade exagerada com o Governo, de sabermos antecipadamente determinadas coisas, agora acusam-nos do contrário! Afinal não temos proximidade nenhuma, propomos coisas que o Sr. Secretário nem sabia. E, portanto, nós ou somos presos por ter cão ou somos presos por não ter cão, ou somos presos porque somos muito próximos do Governo. Coisa horrível! Coisa horrível! A maioria parlamentar que suporta o Governo é muito próxima do Governo, que horror! Logo a seguir somos acusados do contrário, que é: coisa horrível, a maioria que suporta o Governo afinal não tem proximidade nenhuma com o Governo!

Oh senhores, isso são enredos políticos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é especialista nessa matéria!

**O Orador:** ... isso não faz diferença nenhuma no sistema de ensino, no apoio ao aluno. Nós estamos convictos de que aquilo que propusemos, e que vamos manter, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor não está convicto coisa nenhuma! Seja sério!

**O Orador:** ... pode ser um contributo importante para melhorar os resultados dos alunos, para melhorar o resultado do sistema de ensino na Região. Estamos convictos disso, e isso os senhores não nos vão conseguir tirar.

Podem arranjar enredos políticos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas enredo o quê?

**O Orador:** ... podem aproveitar um determinado elã público achando que assim estão a ir ao encontro dos professores que não são favoráveis a essa

medida. Isso é tudo legítimo politicamente. Agora, a força das nossas convicções mantém-se ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E os outros não têm convicções?

**O Orador:** ... e manter-se-á perante a vossa iniciativa.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os outros não têm convicções? Os senhores têm convicções, os outros têm enredos!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Já na altura que esta proposta foi apresentada aqui pelo Partido Socialista, eu tinha ficado um pouco com a convicção ...

**Presidente:** Srs. Deputados.

Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Jorge Jorge possa fazer a sua intervenção.

**O Orador:** Já na altura que esta proposta foi aqui apresentada, eu tinha ficado com a convicção de que ela tinha surgido um pouco por reação contra aquilo que se veio a passar pela recuperação do tempo de serviço.

Eu fiquei com essa ideia e hoje aqui reforço-a, até, de alguma maneira, pelo tom que em determinados momentos a Sra. Deputada Sónia Nicolau pôs na sua intervenção.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é que é lamentável!

**O Orador:** Penso, e também ninguém me vai tirar o direito de pensar desta forma, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Tem direito a isso!

**O Orador:** ... que o PS recuperou a sua velha máxima de que quem se mete com o PS leva.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** Levam os professores que tiveram ousadia de enfrentar o Governo e o PS, ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** ... que não queria exercer a sua autonomia e avançar nos Açores com a recuperação integral do tempo de serviço, ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E que azia o senhor tem!

**O Orador:** ... pretendendo fazer o que se fizesse na República e ter assim a manta protetora do que lá se viesse a passar; e levam os estudantes porque muitos deles, através das suas associações de alunos, vieram demonstrar apoio à recuperação integral do tempo de serviço por parte dos professores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Num dos muitos fóruns frequentados por professores e pedagogos muito conceituados a nível do país, quer a nível nacional, quer a nível internacional, onde esta medida que o PS gizou em cima do joelho foi discutida, vou citar o pensamento de alguém que é tido como um dos maiores pensadores da educação em Portugal e também vos posso assegurar que não tem nada a ver com a Direita.

“A proposta de alteração ao estatuto do aluno surgiu no Parlamento Açoriano pela mão do grupo parlamentar socialista: os professores que deem “negativas” [...]”, e está aqui negativas entre aspas, foi uma linguagem introduzida pelo PS que, como muito bem disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, estava banida da linguagem pedagógica utilizada nas escolas, “[...] os professores que deem “negativas” [...]”, mais uma vez reforço entre aspas, “[...] aos alunos devem apresentar ao Conselho de Turma um plano de recuperação de aprendizagens a desenvolver durante parte do período de interrupção letiva. Um castigo,

aparentemente, para o aluno, que vê diminuído o seu período de férias, mas também para os professores que dão notas baixas, pois para além de todos os procedimentos burocráticos que já estão previstos na lei, é-lhes associada mais uma carga burocrática”. Fim de citação.

*(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)*

Oh Sr. Deputado André Bradford, aplico a si aquilo que há bocadinho estava a dizer no seu discurso.

**Deputado André Bradford (PS):** Eu estava só a dizer ali uma coisa.

**O Orador:** Esta é de tal forma uma medida descontextualizada e extemporânea que até o Sr. Secretário Regional se apressou a demarcar-se dela, referindo que o Governo não iria implementar, pois era necessário mais tempo para analisar as suas implicações.

Meus senhores, entendam-se. Nós não temos culpa das vossas inconsistências e muito menos os professores e os alunos desta Região têm culpa das vossas inconsistências.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mais! O Sr. Secretário teve uma declaração extremamente forte em que afirmava: “Não podemos combater a retenção à bruta”, o que deixa supor que o PS o quer fazer. Quer usar todos os meios para que os números que teimam em mostrar a realidade social açoriana possam ser alterados para mostrar uma Região que não existe, isto porque, como vem referido no ProSucesso, pobreza e insucesso escolar estão intimamente ligados. Ou seja, a promoção do sucesso escolar só se resolve se anularmos os indicadores de pobreza.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, sobre este tema, a Direção-Geral de Estatística e de Educação e Ciência fez uma excelente análise sobre o resultado dos alunos do 2º ciclo do ensino básico das escolas públicas, evidenciado uma correlação clara, regular e intensa entre as reprovações e as condições económicas dos alunos.

Ora, se nos Açores estamos cada vez mais pobres, é evidente que temos que arranjar formas à bruta, citando o Sr. Secretário, de mostrar o sucesso escolar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente!

**O Orador:** Esta proposta do PS, que foi aprovada pelos partidos de Esquerda, mereceu desde logo a nossa reprovação. Era evidente, mas tão evidente, que esta representa mais uma estigmatização para os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem.

Esta resolução é o reconhecer do fracasso do ProSucesso, tantas vezes apregoado como a salvação da educação nos Açores ou antes dos números da educação.

*(Aparte inaudível)*

Sr. Deputado, não sei se os alunos estão ou não estão a ouvir isto agora, penso que não foram ouvidos na vossa proposta.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Um ProSucesso que logo na sua fase inicial fez, e agora entre aspas minhas, “uma perseguição” aos trabalhos de casa, os designados TPCs. Obrigou mesmo as escolas a clarificar qual a sua cultura de escola em relação a este assunto porque considerava que bastava na escola e que as crianças e os jovens tinham o direito a estar com a família, tinham direito ao seu tempo de criança e

de jovem para o desenvolvimento de outras atividades. Mas são os mesmos que agora querem pôr na escola, durante as interrupções letivas estes jovens e crianças, expondo-os, humilhando-os, discriminando-os negativamente, violando-os no seu direito às interrupções letivas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** É mentira!

**O Orador:** Querem dar-lhes mais do mesmo. Ou antes, querem crianças e jovens expostos na sua comunidade perante os seus pares.

Esta é uma tripla estigmatização. Para além da classificação atribuída não ser positiva ...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Isto é que é uma intervenção educada! Aproveitem para aprender!

**O Orador:** Esta é uma tripla estigmatização. Para além da classificação atribuída não ser positiva, ficam privados do seu tempo de férias (sim, que para os alunos são férias que são aproveitadas), e teriam que ir para a escola sozinhos enquanto os jovens e crianças que obtiveram sucesso estavam obviamente a desfrutar dessa interrupção letiva.

Imaginem se Vossas Excelências, com a tal negativa, designação inventada por vós agora e que demonstra o vosso desnorte, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Inventada por nós??

**O Orador:** Sim, porque já tinha sido abolida da linguagem pedagógica.

**Deputado Francisco César (PS):** Oh pá, por favor! Quer dizer as coisas, diga a verdade!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Os senhores reinventaram! Aparece com Salazar!

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** Sr. Deputado, dou-lhe razão. Foi reinventada, já tinha sido abolida da linguagem pedagógica e foi reintroduzida por Vossas Excelências.

Imaginem se Vossas Excelências com a tal negativa, designação inventada por vós, como eu disse, ou reinventada, neste desnorte. O vosso encarregado de educação considera que o melhor para vós, para o vosso resultado, é nas férias ir para a escola, e lá ides vós, obviamente repletos de ânimo e motivação, para uma escola vazia de outras crianças (que estão de férias), iam Vossas Excelências aprender nas férias o que não aprenderam com os colegas em tempo de aulas. Qual é a imagem de uma escola assim? Qual é a imagem que estas crianças e estes jovens construirão, reforçarão da escola? Fizeram pelo menos Vossas Excelências o exercício de em casa, aos filhos, aos netos, aos sobrinhos, ou a qualquer criança próxima de vós, o que sentiria se nas férias os mandassem para a escola?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigação? A palavra opção, reconhece?

**O Orador:** É por aí que pretendereis revalorizar o papel da escola junto destas crianças, quase sempre aquelas crianças a quem a escola já diz pouco? É castigando-as com mais escola?

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Que conservador! Uma vergonha!

**O Orador:** Mais uma vez julgais que é no papel que resolvem os problemas. Que imaturidade, que falta de conhecimento da realidade Vossas Excelências revelam.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que mau serviço estais a prestar à educação nos Açores?

Esta é mais uma situação demonstrativa que o PS e o Governo estão esgotados. Tal como nas outras diferentes áreas de governação, também na educação o PS e o Governo não têm nada de novo para dar à sociedade açoriana.

Termino deixando duas questões: quais foram as associações de estudantes, de pais, sindicatos ou outras personalidades de reconhecido mérito na área da educação que Vossas Excelências ouviram para apresentação da vossa proposta?

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que aqui discutimos, e que tem o objetivo de revogar uma norma do estatuto do aluno ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** É preciso saber ler!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É preciso saber ler, mas também é preciso saber interpretar!

**O Orador:** ... recentemente aprovada e alterada no âmbito da discussão e aprovação do orçamento da Região para 2019, teve, por proposta do Partido Socialista, o voto favorável do Bloco de Esquerda e sobre isto assumimos as nossas responsabilidades, apesar de termos votado contra o orçamento na sua votação final global.

E devo lembrar que o orçamento foi votado favoravelmente pelo Partido Socialista, pelo CDS e pelo PCP, e cada um deve assumir as suas

responsabilidades nessa matéria, porque esta norma estava no orçamento, e que agora (dois meses depois) se quer revogar uma norma aprovada há pouco tempo ...

**Deputado José Ávila (PS):** Bem lembrado!

**O Orador:** ... por um dos partidos que aprovou o orçamento.

Devo dizer que concordo com a análise que já aqui foi feita pela Sra. Deputada Sónia Nicolau no que diz respeito ao carácter desta medida. Esta medida está exatamente no artigo que diz respeito aos direitos dos alunos no estatuto do aluno. Ou seja, há um conjunto de direitos que os alunos têm, que devem ser garantidos por parte do sistema educativo regional e que eles usufruem. Sendo um direito, não pode ser, obviamente, obrigatório, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** São opção? Os direitos são opção?

**O Orador:** ... e para isso basta ler o estatuto do aluno e o conjunto de direitos que lá estão e que obviamente nem todos eles são usufruídos por toda a gente ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso é uma opção? Os direitos que lá estão?

**O Orador:** ... porque nem todos os alunos por um lado necessitam ou têm a necessidade deles, e são vários os direitos, e para sabermos do que é que estamos a falar eu vou citar alguns deles.

Por exemplo, um deles é: “Beneficiar de medidas a definir pela escola adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausências das atividades escolares devidamente justificada”. Só usufrui deste direito quem efetivamente está nesta situação, ninguém pode, obviamente, obrigar qualquer aluno a usufruir deste direito.

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** Sr. Deputado, posso terminar ou não? Se me permitir... depois inscreva-se.

**Presidente:** Srs. Deputados! Sr. Deputado Paulo Estêvão, já está inscrito e falará a seguir, mas permita então que o Sr. Deputado António Lima possa terminar.

**O Orador:** Para além disso, esta norma prevê que este plano de recuperação seja aprovado em conselho de turma por proposta de um professor.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Claro!

**O Orador:** Ou seja, é o conselho de turma, no âmbito das suas competências onde estão representados todos os professores ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O aluno pode dizer que não? Não pode!

**O Orador:** ... que decidem, a bem do aluno, do seu sucesso escolar, da sua progressão, da sua aprendizagem, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... se ele tem obviamente a necessidade de ter um plano deste tipo, que obviamente sendo um direito não pode ser implementado à revelia dos pais e encarregados de educação, que obviamente são aqueles que decidirão, em última análise, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Ora bem!

**O Orador:** ... se o aluno terá esse plano de recuperação.

E permitam-se dizer uma coisa. Alguém já pensou e já contabilizou quantas horas de explicações pagas os alunos desta Região têm durante as interrupções letivas?

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Ora bem!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Exatamente!

**O Orador:** No Natal, na Páscoa, no Carnaval. Alguém já parou para pensar quantas horas é que os alunos passam ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... a ter explicações porque têm dificuldades e porque a escola não lhes dá resposta? Já perguntaram, já fizeram as contas?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Oh Sr. Deputado Jorge Jorge, já pensou nessa parte?

**O Orador:** É que por enquanto ainda não vi ninguém preocupado com isso e com a despesa que isso acarreta às famílias dos Açores.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem, estamos de acordo!

**O Orador:** Com esse problema não vejo ninguém preocupado, com um direito novo que se tenta implementar, e com o qual nós concordamos. A redação, é verdade, não é talvez a mais feliz, mas se a redação não é a mais feliz, seria muito mais consequente e muito mais correto apresentar uma proposta de melhoria e de alteração à norma que poderia melhorar a redação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é professor, não é?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não, não é. O Sr. Deputado Paulo Estêvão é que é!

**O Orador:** E também não vi ninguém preocupado ainda quando os alunos vão para as escolas durante as interrupções letivas para terem as refeições escolares. Com isso toda a gente concorda e não vejo que isso também seja algo que ponha em causa os seus direitos.

Ora, aquilo que é uma opção, aquilo que é um direito, não pode, de forma alguma, pôr em causa os direitos das crianças, como já foi aqui dito.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem lembrado, Sr. Deputado!

**O Orador:** E gostaria de terminar também desiludindo talvez o Sr. Deputado Artur Lima: há mais um professor nesta Casa que concorda com esta medida, e que sou eu.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, três pontos prévios. Primeiro destacar aqui mais uma vez o papel de invisibilidade do Sr. Secretário Regional da Educação, que já foi invisível quando esta iniciativa foi votada, e por isso eu devo-lhe dizer que o senhor é um grande candidato a integrar, com esse superpoder da invisibilidade, o quarteto fantástico. O senhor tem um lugar assegurado no quarteto fantástico, ou seja, o invisível.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Oh Sr. Deputado, menos! Tenha tento na língua!

**O Orador:** Não é nenhuma ofensa, o quarteto fantástico é fantástico.

Devo dizer, Sr. Secretário, que é inaceitável ...

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** Dizer que alguém é tão fantástico que deva ir para o quarteto fantástico, isto não é nada ofensivo.

Eu devo dizer também, Sr. Secretário, que é inaceitável do ponto de vista político que Vossa Excelência não se pronuncie sobre esta matéria.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Mas o debate já acabou?!

**O Orador:** E, portanto, neste debate Vossa Excelência deve aparecer.

Em segundo lugar. Dizia o Sr. Deputado André Bradford: “Bom, vou ser cordato” ...

**Deputado André Bradford** (*PS*): E fui, e fui!

**O Orador:** ... e diz que os outros são oportunistas políticos. Não, Sr. Deputado André Bradford! Nós, como naquela noite tive oportunidade de dizer, e o CDS-PP teve oportunidade de dizer, pura e simplesmente consideramos que esta medida é uma medida inaceitável, é uma medida errada, e quem pensa de forma diferente de Vossa Excelência é oportunista! Isso é que ofensivo, esse tipo de atitude por parte de Vossa Excelência!

Eu tenho a convicção de que se trata de uma medida errada e o senhor pura e simplesmente não deve chamar oportunistas aos que não pensam como Vossa Excelência!

Mas vou-lhe dizer mais, Sr. Deputado! Eu não aceito que se regresse à terminologia do Estado Novo e que se fale em negativas como se falava no tempo do Salazar!

**Deputado Francisco César (PS):** Hã?!

**O Orador:** Oh senhor, então o senhor não sabe o que é que aprovou? Não sabe que está aqui a falar de níveis negativos de avaliação? Não sabe qual é o significado que tem este tipo de referências aos alunos com dificuldades de aprendizagem?

E devo dizer que já estamos habituados a ultimamente ter referências homofóbicas por parte de dirigentes do Partido Socialista, a ouvir falar em chefes de família por dirigentes do Partido Socialista, e já estamos habituados a ter também a utilização de referências Salazaristas ...

**Deputado Francisco César (PS):** Hã?? Foi a Sra. Deputada Sabrina!

**O Orador:** ... no âmbito do ensino por parte do Partido Socialista.

*(Diálogo entre as bancadas)*

Bom, não há condições. Peço à Sra. Presidente que me dê condições para eu poder formular.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** Sra. Presidente, lamento que durante grande parte da minha intervenção eu tenha sido obrigado a fazer a intervenção com um ruído tão grande ...

**Deputado Francisco César (PS):** Nós também!

**O Orador:** ... sem que Vossa Excelência tenha interrompido a bancada do Partido Socialista e o Governo Regional em relação aos apartes.

E finalmente nesta intervenção devo dizer também Sra. Deputada, esta é uma medida errada, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** É a sua opinião!

**O Orador:** ... e Vossa Excelência dizia que é uma opção optativa. Não, não é uma opção optativa para os alunos! Porque se essa decisão for tomada os alunos obviamente têm que estar presentes nas aulas, e também não é optativa para os professores a quem for distribuído esse tempo de serviço ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Ah! Já se percebeu!

**O Orador:** ... e os professores que não poderão estar durante o Natal, durante a Páscoa junto das suas famílias!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** Também não é uma opção optativa, utilizando a terminologia de Vossa Excelência! Nem para os alunos, nem para os professores!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Agora já se percebeu!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, curiosa argumentação a sua. Então nós votámos a favor do orçamento e como tal somos responsáveis pela norma. Oh Sr. Deputado, nós votámos contra essa norma. Agora, *mutatis mutandis*, Sr. Deputado, o seu partido aprovou o orçamento de Estado, que impôs cortes na saúde, que não deu dinheiro para a progressão dos professores, e portanto, o senhor é responsável pelas cativações no serviço regional de saúde. O senhor é o responsável pela não promoção dos professores no continente porque o senhor votou a favor do orçamento de Estado.

**Deputado António Lima (BE):** Isso não está no orçamento!

**O Orador:** Não está no orçamento? As cativações não estão no orçamento? Então o senhor não sabe o que é um orçamento? Não está a norma, no orçamento, para a promoção dos professores, não está?

Então o senhor, e o seu partido, não sabe em que é que votou. Isso ainda é mais grave!

Agora, os senhores, é certo, querem controlar tudo e controlar a sociedade, esse é o vosso grande objetivo. O vosso grande objetivo é controlar a sociedade e comprar uma fardinha para todos vestirem igual. Isso é o que os senhores querem.

Agora, o senhor também acabou de passar um atestado à classe docente de que não é capaz de ensinar os seus alunos e que sentem necessidade de ir procurar explicações fora. Mas as famílias não podem procurar explicações para os seus alunos, isto quer dizer que a escola é má? Foi isso que o senhor disse?

E, portanto, Sr. Deputado, o senhor acabou de passar um atestado de incompetência aos professores do serviço regional de educação.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Não foi isso que disse!

**O Orador:** Foi isso que o senhor fez e que fica que o Bloco de Esquerda, defensor do ensino público, acabou de dizer que o ensino público não vale nada, não presta, e os pais têm que ir procurar explicações fora.

Isso é um ato absolutamente voluntário dos pais, aliás, muitos dos que aqui estão, os filhos tiveram explicações e têm. Se calhar os filhos do Dr. Bradford também. A minha teve, e bem! Não estou nada arrependido.

E, portanto, o senhor o que faz é mais uma vez ofender a classe docente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores tem das mais elevadas taxas de retenção de abandono escolar precoce a nível nacional. Constituiu-se como uma emergência a implementação de medidas estratégicas que conduzam a que as crianças e jovens açorianos tenham um percurso escolar de sucesso, visando o melhor futuro das nossas crianças e o desenvolvimento da sociedade açoriana.

O nível elevado de insucesso escolar nos Açores tem múltiplas causas, sobretudo com raízes nas dificuldades socioeconómicas das famílias açorianas. A melhoria das condições de vida do agregado familiar das nossas crianças através de políticas de combate ao desemprego, aos baixos salários, à precariedade laboral, e a desregulação dos horários de trabalho dos pais, são medidas que permitam uma evolução social que não deixaria de se traduzir em melhores aprendizagens na escola.

Noutro plano, o investimento na escola e na forma mais especial dentro da sala de aulas, será também fundamental, fazendo uma enorme diferença no percurso do aluno açoriano.

A Representação Parlamentar do PCP entende que o apoio educativo e um plano de recuperação de aprendizagens, para cumprirem realmente os seus intuitos, devem andar par a passo com o conteúdo lecionado, devendo ser realizados em pequenos grupos e em contexto de sala de aulas durante o período letivo.

Para que este apoio educativo e as atividades de recuperação tenham plena eficácia e façam com que os alunos consolidem aprendizagens manifestamente em falta, devem estar asseguradas duas condições essenciais.

A primeira é que esse apoio educativo e o plano de recuperação de aprendizagens não se deva constituir como uma sobrecarga para o próprio aluno. Tal dificultaria o assimilar da aprendizagem e o desenvolvimento de competências.

A segunda é que se torne necessário que as escolas tenham os docentes necessários para o apoio educativo, tendo-se notado um enorme corte nas horas que as escolas têm disponibilizado para este fim. É que para que o apoio seja de facto adequado ao aluno, é necessário que o docente esteja em condições de o preparar sem ter que sacrificar o restante trabalho ou sobrecarregar, como tantas vezes acaba por acontecer.

Isto não se consegue com soluções como as da Secretaria Regional da Educação, com condicionalismos e constrangimentos que força as escolas a adotar, porque o que acaba por acontecer é que estes apoios não se colocam no horário não letivo, o que se traduz numa efetiva sobrecarga dos docentes e numa redução da eficácia do apoio.

Pergunto: se envolve trabalho com alunos, como se concebe que seja não-letivo?

O plano de recuperação é uma da questão que descreve justiça social. A escola pública deve garantir a todos as mesmas condições de aprendizagem e igualdade de oportunidades. Para tal, deve garantir o apoio educativo a todos os alunos que dele precisam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente à criação de planos de recuperação de aprendizagens em período de interrupção letiva nas instalações escolares, proposta pelo Partido Socialista em aditamento ao orçamento regional para 2019.

A medida pareceu-nos, numa primeira análise, benévola em si mesma, mas a Representação Parlamentar do PCP não é insensível aos protestos que se levantaram na Região contra esta medida, ...

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... auscultando, entretanto, docentes e os respetivos sindicatos, ouvindo alguns conselhos executivos, conversando com alguns pedagogos e professores de ciências da educação, a Representação Parlamentar do PCP entende que, a ser colocada em prática esta medida, iria obter resultados contrários àqueles que se pretendem, ou seja, o sucesso escolar dos alunos açorianos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** As interrupções letivas cumprem diversas funções, entre as quais o necessário descanso, em especial os próprios alunos, está comprovado em termos pedagógicos que a assimilação de conhecimentos e aprendizagens é realizada de forma mais efetiva a não ocorrer sobrecargas aos alunos. Ou seja, devem ocorrer momentos de pausa e lazer para os alunos reiniciarem o período letivo mais disponíveis para a assimilação de conhecimento e de aprendizagem. Defende então o PCP que devem ser mais e melhor reforçados em períodos letivos os planos de recuperação de aprendizagem para os alunos que demonstrem mais dificuldades em adquirir e consolidar aprendizagens manifestamente em falta. As equipas docentes que através de atividades de compensação ou aulas de recuperação implementam esse plano de recuperação devem ser fortalecidas, nomeadamente com o número de horas de componente letiva que permitam às escola dar realmente resposta eficaz às necessidades que estes alunos têm.

Assim se contribuirá para inverter as taxas de retenção e abandono escolar precoce nos Açores, e para melhorar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades na assimilação de conhecimentos e de aprendizagem.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho só mais uma vez e apenas para deixar uma questão no ar, e dirigi-la também à bancada do CDS em particular. Quando o CDS, e qualquer um de nós, e de outras bancadas, julgo eu que todas já o fizeram, se nós quando criticamos um serviço qualquer público, e todos nós já o fizemos, seja o serviço regional de saúde, seja o sistema educativo regional, sejam os mais variadíssimos serviços públicos a que todos os açorianos e açorianas se dirigem e precisam deles para o seu dia-a-dia, se estamos a chamar incompetentes aos trabalhadores que lá fazem a sua vida, que lá trabalham e que lá cumprem as suas funções.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu deixo essa questão. É que o Bloco de Esquerda nunca o faz. Quando criticamos a falta de resposta, é porque é a falta de resposta que tem que ser criticada e tem que ser melhorada, e quando criticamos é para melhorar, não é para chamar incompetentes a quem lá trabalha.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não foi isso que o senhor disse! Seja sério!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. O senhor associou o insucesso escolar às explicações, afirmou aqui que os pais tinham necessidade de pôr os filhos em explicações porque não tinham sucesso na escola!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não disse isso!

**O Orador:** Foi isso que o senhor disse, e a escola não dá resposta! Não dava resposta a quê? Ao ensino dos alunos! À aprendizagem dos alunos! E com isso o senhor passou um atestado de incompetência à classe docente!

Temos pais que tiveram necessidade de pôr os alunos nas explicações, e isso é mais a sua aversão à iniciativa privada, àqueles que ganham dinheiro com o seu suor e com o seu trabalho! É essa a sua aversão! O que o senhor quer é pôr-nos todos a vestir uma fardinha igual e a bater a continência a um ditador qualquer imposto por Vossa Excelência.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Quem gosta de colégios militares é Vossa Excelência!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo do debate está a terminar, não há nenhuma inscrição do Governo, ...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** ... o Governo continua ausente do debate como também esteve ausente no dia em que esta proposta foi aprovada.

Mas quero dizer ao Bloco de Esquerda, e quero dizer com absoluta sinceridade, que eu nunca esperei ver o dia em que o Bloco de Esquerda se associava a uma proposta que utilizar terminologia fascista no âmbito educativo.

**Deputado Francisco César (PS):** A sério?!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** Nunca pensei ver esse dia! E Vossa Excelência podia fazer autocrítica, que eu considero que é necessária, e volta Zuraida que estás perdoadada, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Volta Zuraida, volta!

**O Orador:** ... que Vossa Excelência podia dizer que esta proposta está mal feita, que utiliza conceitos e terminologia que não se utiliza e não se deve utilizar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(\* **Deputado António Lima (BE):** Para um protesto, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não justifica o protesto?

(\* **Deputado António Lima (BE):** À intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

**Presidente:** Eu própria tinha chamado à atenção, mas tem razão.

Sr. Deputado António Lima, vamos fazer isto como deve ser.

O senhor pede um protesto a?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

(\* **Deputado António Lima (BE):** À intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que acusa o Bloco de Esquerda de ...

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\* **Deputado António Lima (BE):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão veio aqui dizer que o Bloco de Esquerda compactua com uma terminologia fascista. Oh Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu gostaria que explicasse a toda a gente onde é que, naquela norma, está alguma terminologia fascista, e a chamar terminologia fascista a esta norma está a chamar fascistas a esta bancada que votou favoravelmente, àquela bancada do PCP e está a chamar fascistas àquela maioria.

Sr. Deputado, o termo fascista é demasiado grave e é demasiado sério para o senhor o usar desta forma leviana só para ter ganhos políticos a curto prazo e para fazer o seu filme para logo, para o telejornal.

Tenha vergonha.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vossa Excelência nem me perguntou se eu pretendia, mas pretendo utilizar a oportunidade de exercer o contraprotesto.

Sr. Deputado António Lima, o senhor acha aceitável ...

**Deputado António Lima (BE):** Responda ao que eu lhe perguntei!

**O Orador:** ... que as crianças e os jovens sejam tratados desta forma, com referências a níveis negativos no âmbito do seu aproveitamento?

**Deputado António Lima (BE):** E é aceitável chamar fascista?

**O Orador:** Vossa Excelência não sabe que esta terminologia foi criada pelo regime fascista em Portugal? Vossa Excelência acha que eu posso deixar em claro que um partido como o Bloco de Esquerda vote conceitos fascistas neste plenário?

Vossa Excelência apresentou alguma proposta de alteração para expurgar este conceito de terminologia educativa fascista?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso vem da monarquia!

**O Orador:** Vossa Excelência não o fez, Sr. Deputado.

E por isso é grave, é. É grave que o Bloco de Esquerda tenha votado a favor desta proposta, e é grave que o Bloco de Esquerda venha aqui dizer que é de carácter facultativo porque não é de carácter facultativo para os alunos, não é de carácter facultativo para os professores.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso já é debate!

**O Orador:** E vou-lhe dizer mais: eu considero...

Está no tempo, Sra. Presidente?

**Presidente:** Mas é que já está a fugir um bocadinho ao contraprotesto.

**O Orador:** Estou a explicar porque é que considero isto fascista, e parece-me absolutamente evidente.

E vou-lhe dizer uma coisa. Sabe, Sr. Deputado, as interrupções letivas existem exatamente para que as crianças e os jovens durante aquele período que estão submetidos à maior carga letiva da Europa em Portugal, como bem sabe, possam, evidentemente, descansar. É para isso que elas existem! E são muito úteis para os alunos que estão submetidos à maior carga horária da Europa.

E, portanto, esta medida é antipedagógica, ...

**Deputado António Lima (BE):** É fascista!?

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é fascismo!

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... esta medida utiliza terminologia do passado, esta medida que Vossa Excelência infelizmente se associou tem um pai e foi o regime salazarista, Sr. Deputado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu terminei a minha intervenção anterior questionando, e não obtive resposta, sobre quem teria sido ouvido no âmbito da aplicação desta medida.

Volto a fazer duas questões, além da que já tinha feito anteriormente. Os Srs. Deputados conhecem aquilo que já estava previsto no RGAPA, artigo 34/35. Pelos vistos não conhecem porque, obviamente, o que é necessário em relação ao que lá está é que o Governo dê condições às escolas de aplicar o que lá está previsto, de poder ser aplicado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Isso é que era preciso! E não andarmos aqui a criar normazinhas em papel quando não demos as condições às escolas de aplicarem a anterior.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Lá está!

**O Orador:** Queria lançar uma última questão. Tiveram conhecimento dos relatórios que já existem do ProSucesso?

Onde estão, em cada escola, a opinião dos professores, dos pais, da comunidade, de todos os intervenientes no processo educativo, daquilo que deve ser previsto fazer para combater o insucesso escolar? Ou foi feita à revelia daquilo que se vai fazendo no ProSucesso, um grande plano que tem sido bastante implementado ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** ... com forte convicção por parte do Governo Regional e que parece que agora de repente foi posto à parte para a implementação desta medida?

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olha, temos Secretário!

**(\*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Acerca deste assunto, disse à comunicação social a 10 ou a 11 de dezembro, não retenho bem, o seguinte: disse que não se tratava de uma proposta do Governo, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Foi a 11 de dezembro.

**O Orador:** ... que foi uma proposta surgida na própria Assembleia, no âmbito do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Correto!

**O Orador:** ... e que teve inclusivamente, na altura da votação, o apoio de partidos da oposição, de concreto o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Correto!

**O Orador:** Acrescentei que a análise da proposta aconselhava a cuidado na sua aplicação por mexer no sistema educativo na sua globalidade, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente! Muito bem, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... isto é, com professores, com estudantes e com famílias.

Disse ainda que não faríamos uma aplicação imediata, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Correto!

**O Orador:** ... ou seja, no decurso deste ano letivo, que então se encontrava no fim do primeiro período, e que hoje já se encontra no começo do segundo período.

Disse mais, que no início do próximo ano letivo, com mais tempo, com mais vagar, avaliaríamos melhor as implicações desta e de outras propostas. Ou seja, decidiríamos se deve ser mantida assim, se deve ser alterada, ou até, no extremo, eventualmente abandonada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente! Ouça, Sra. Deputada!

**O Orador:** De resto, no próximo ano letivo, a aplicação desta norma só ocorrerá no Natal, e antes disso, novamente nesta Assembleia, haverá um momento de discussão de um novo plano, de um novo orçamento, onde faremos aquilo que for mais indicado.

Porém, o que está aqui em causa é uma coisa séria.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É, é! Muito sério!

**O Orador:** O que está aqui em causa é o sucesso do sistema educativo regional,  
...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente!

**O Orador:** ... o que está aqui em causa é o reconhecimento estribado, na opinião de especialistas, de que a retenção não é propriamente um método de solucionar o insucesso.

Agora, uma coisa é certa. Também o disse, não posso agora desdizê-lo, que não podemos combater a retenção à bruta.

Na análise que nós faremos, jamais vamos esquecer que para a recuperação das aprendizagens, contribuem (e muito) as interrupções letivas às quais chegam muitas vezes cansados, quer professores, quer estudantes, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ora aí está!

**O Orador:** ... sujeitos que estão a múltiplos momentos de uma avaliação formal.

Na análise que faremos, jamais vamos esquecer que para a recuperação das aprendizagens contam essencialmente as aulas e as atividades e projetos delineados com essa precisa finalidade.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Fica para a próxima legislatura!

**O Orador:** Na análise que faremos, jamais vamos esquecer que para a recuperação das aprendizagens teremos sempre presente que o êxito do ProSucesso depende da realização das devidas aprendizagens, jamais do arrime administrativo, muito menos estatístico.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Resta apenas dizer que a aprovação ou não deste Projeto de DRL é de todo inconsequente porque não altera qualquer prática governativa porque não há prática nenhuma.

*(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)*

Como se dizia antigamente na Terceira: isto é simplesmente vontade de enriquecer. Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tenha respeito pelos docentes!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ai meu deus!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, nós estamos num momento tão surrealista ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não era fascista?

**O Orador:** ... que eu tenho que lhe fazer esta pergunta porque eu estou confuso.

Sra. Presidente, eu tenho a publicação do Diário da República desta alteração. O que eu lhe pergunto é se o nosso sistema democrático, e Vossa Excelência está superiormente dotada para me responder a esta questão, esta legislação entrou em vigor.

Eu gostava de não pagar alguns impostos também e gostava também de escolher algumas partes da lei que é para cumprir e as outras partes que não são para cumprir.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Mas é preciso ler a legislação!

**Presidente:** Sr. Deputado, a Mesa não deveria ser utilizada para questões de debate político, mas eu vou-lhe responder.

Houve uma alteração ao estatuto do aluno que naturalmente foi publicada e está em vigor.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Começo por iniciar a minha intervenção por se calhar fazer uma breve explanação acerca do atual sistema educativo. Aqui já foi mencionado por vários deputados e deputadas, julgo eu, que o nosso sistema educativo tem alguns (senão bastantes) problemas. Problemas que têm a ver com uma carga horária bastante elevada, já agora com conteúdos programáticos bastante exigentes, e essa é uma consequência de algo que tem a ver com uma opção política, e aqui falou-se em pedagogia, em fins pedagógicos, e o carácter pretensamente antipedagógico desta medida, mas que acaba por resultar daquela que é um sistema educativo que infelizmente se calhar por vezes tem pouco de pedagógico, porque esta escola que nós temos hoje em dia é uma escola muito direcionada (demasiado direcionada) para o sucesso não em termos de formação, de cidadãos e de bons profissionais, mas muitas vezes uma escola exclusivamente preparada para os alunos conseguirem ter sucesso em exames.

E é por termos uma escola preparada e muito direcionada para que os alunos tenham sucesso em exames que eu poderia dizer que a escola, o sistema educativo em Portugal e na Região, regrediu. E regrediu para ação política e por opção política de governos de direita. Aliás, a insistência e a persistência do antigo Ministro Nuno Crato em introduzir alguns fatores no sistema educativo que há muito não se assistia em Portugal e que são característicos se calhar de um velho-Novo Estado, como se dizia antigamente.

Então, estamos de facto perante um sistema educativo que tem bastantes insuficiências, bastantes deficiências.

E não é por isso, não é por, por exemplo, o PSD, o CDS, e quem sabe também com o apoio do PPM, que operaram alterações significativas no nosso sistema educativo a nível nacional muito recentemente, alterações essas que fazer lembrar uma velha escola, que eu me sinto no direito de acusar o PSD, o CDS e o PPM de serem fascistas porque não faria qualquer sentido!

Agora, que as características da atual escola, os seus objetivos, se parecem muitas vezes com uma velha escola, ah isso parecem! E é por isso mesmo que os alunos e os pais desses alunos sentem necessidade de terem algum apoio extra, algum apoio extra que tem a ver com esta escola que tem demasiada carga horária, não só para os alunos, mas como também para os professores e que tem conteúdos programáticos considerados já por muitos pedagogos e especialistas de educação, que são excessivos, desmesurados até mesmo, que são, por exemplo, no caso da matemática ao nível do secundário, conteúdos programáticos que já deveriam estar enquadrados naquele que é o ensino superior e que é por isso mesmo, em busca do sucesso no exame e para o exame que os alunos recorrem a explicações.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale para o seu colega!

**O Orador:** Agora, quem é que recorre a explicações? Quem recorre a explicações é quem tem dinheiro, quem tem possibilidades para tomar opção, e essa sim é um opção!

Nós estamos aqui a condenar aqueles pais que felizmente têm condições económicas para pôr os seus filhos em explicações. Agora, também é certo que perante um sistema educativo que é tudo menos perfeito e que produziu este tipo de resultados que tenhamos pelo menos forma transitória, provisória, também prover a escola pública de faculdades que permitam a todos os alunos, a todos mesmo, independentemente da condição económica dos seus pais, de também terem algum tipo de apoio educativo.

Ora, esta medida, e aliás, já foi assumida por nós, tem um problema que nós consideramos um problema de redação, mas se calhar até poderia ir mais além. E aqui ir mais além é que em vez de estar dependente do insucesso escolar dos alunos, não deveria estar dependente disso. Poderia ser um apoio educativo dado durante as pausas letivas a todo e qualquer aluno que assim o entendesse, independentemente das avaliações que pudesse obter.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isso sim!

Portanto, se quisermos apontar falhas a esta medida, poderíamos apontar esta. Agora, consideramos que apesar de tudo esta medida dá resposta. Não obriga ninguém, tal e qual como ninguém obriga os alunos a frequentarem explicações, mas simplesmente só alguns é que podem ter acesso a essas explicações porque os pais assim conseguem ter condições para prover os filhos dessas condições, e parece que para o CDS e para o PPM ter este tipo de apoio na escola é um castigo, mas ter explicações já não é um castigo.

**Deputado André Bradford (PS):** É uma opção!

**O Orador:** Já é uma virtude! Ora, não faz sentido nenhum.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Se ter explicações é uma virtude, então também ter apoio escolar, mesmo que em tempo não letivo, também deverá ser tido como uma virtude.

E também é verdade que quem tem explicações, como já foi aqui referido, também fica sem tempos livres, tal e qual como estes alunos que optam por ter este tipo de apoio também ficarão sem tempos livres. E também como é óbvio, tanto estes alunos que vão frequentar este apoio educativo não estão junto à sua família durante tempos não-letivos, tal como todos os alunos que também frequentam explicações.

Portanto, são críticas que podem ser feitas quer para quem frequenta explicações, quer para quem frequenta este tipo de apoio nas nossas escolas públicas.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer o seguinte. Estive ao lado da Sra. Deputada Zuraida Soares em muitas batalhas, mas eu devo dizer que tenho a certeza que a Sra. Deputada Zuraida Soares não estaria a favor de votar uma proposta sem ouvir os professores antes.

**Deputado António Lima (BE):** Quer telefonar? Isso é muito triste!

**O Orador:** Tenho a certeza que a Sra. Deputada Zuraida Soares não estaria a favor de votar uma proposta sem ouvir as famílias, os encarregados de educação. Tenho a certeza que o antigo Bloco de Esquerda não votaria uma proposta a favor sem ouvir os alunos, as associações de alunos, os alunos que estão nos órgãos representativas das escolas. Tenho a certeza que o antigo Bloco de Esquerda não o faria.

E também tenho uma coisa para lhe dizer, Sr. Deputado. Esta proposta é uma proposta que se dirige, eu vou-lhe repetir: o senhor votou isto aos alunos que têm negativa. Esta proposta não pretende ajudar ninguém. Pretende estigmatizar os alunos! Esta proposta utiliza, como aqui lhe disse, terminologia há muito abandonada que se utilizou durante o salazarismo, e, portanto, eu fico tremendamente desiludido com esta nova postura do Bloco de Esquerda.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Para um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Eu só gostaria de saber se os Srs. e Sras. Deputadas aqui presentes nesta Câmara têm de telefonar a pessoas externas a esta Câmara para tomarem posições políticas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Mendes, tenho que lhe dizer o mesmo que disse há pouco ao Deputado Paulo Estêvão.

Não utilizem a Mesa para o vosso debate político-partidário. Naturalmente não lhe vou responder a isto porque penso que também não estava à espera de uma resposta da minha parte, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O senhor realmente, devo dizer, é um curioso Secretário, peculiar no exercício da sua função. O senhor desanca por aqui abaixo o Grupo Parlamentar do PS, diz que isto não se vai estudar, mas que não faz sentido revogá-la aqui porque enfim, ela só é válida depois de o senhor estudar. Os outros? Isto é uma cambada de ignorantes que não têm opinião e que vêm para aqui provocar os senhores, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... fazer politiquice, como diz o Sr. Deputado André Bradford, enredos, e o senhor veio enriçar. Podia ter dito mais à moda das Lajes e da Terceira o enriçar que a gente percebia bem.

Mas para vir aqui depois, fica aqui gravado, em novembro, quando for do plano e orçamento dizer que afinal a medida não se revelava adequada ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** ... e por isso o Governo vai revogá-la.

Portanto, Sr. Secretário, avaliaremos depois na altura as suas afirmações. Bem sei que o senhor é um bom ginasta, já deu provas nesta Casa que pelo menos uma cambalhotazinha sabe dar. Há de dar a segunda, não lhe vai fazer mal nenhum, até faz bem ao físico.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É o Secretário que tutela o desporto!

**O Orador:** Agora, em novembro vamos lá chegar. Mas eu gostaria de lhe fazer uma pergunta se tiver a bondade de me responder. A equipa do ProSucesso, que são não sei quantas dezenas de pessoas, que custa não sei quantos milhões de euros, foi ouvida sobre essa medida e tem opinião sobre essa medida?

Gostaria que Vossa Excelência me respondesse a isso.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem lembrado! É isso mesmo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em determinada altura este debate levou aqui o rumo das explicações, tentou-se desviar para as explicações. É assim, as explicações existem, todos sabemos que existem, mas não é isso que nós estamos a debater. E as escolas hoje oferecem aos alunos salas de estudo que os alunos podem frequentar com professores das várias disciplinas.

**Deputado André Bradford (PS):** E não ficam estigmatizados?

**O Orador:** Não!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** Elas são feitas ao longo do tempo normal de aulas com a presença dos alunos na escola.

Vou voltar a repetir as perguntas que gostava de ver respondidas. Quem é que foi ouvido pelo PS nesta ...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Essa já foi feita!

**O Orador:** Já fiz, mas volto a fazer porque não me foi respondida.

Volto a questionar, esta só pela segunda vez ainda, se foi tida em atenção os diversos relatórios do ProSucesso que têm sido produzidos nas diversas escolas da Região com a opinião dos diversos membros da comunidade educativa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Essa pergunta agora é para o CDS, não é para cá!

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Está lá a terminologia “nível negativo”! Está lá no ProSucesso!

**O Orador:** E agora até tenho uma terceira pergunta a questionar.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A questionar ou a fazer?

**O Orador:** É que se a bancada do PS ouviu a opinião do Sr. Secretário quando propôs esta medida.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A postura do Governo dos Açores nesta matéria é mais uma vez inaceitável porque o Sr. Deputado Artur Lima acabou de colocar uma questão, eu também

lhe coloco a mesma questão, o Sr. Secretário tem o dever de responder a esta Câmara.

Tem o dever de responder às questões que lhe são colocadas. O que os senhores fizeram em relação à legislação é-me indiferente. Aprovo, ou não aprovo, faço aquilo que eu bem entender.

O senhor está num Estado de direito, o senhor aplica a legislação e está num Parlamento e tem o dever de responder às questões que lhe são colocadas.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica registado que fiz uma pergunta ao Sr. Secretário sobre um importante programa em execução que custa milhões de euros aos bolsos dos contribuintes e que o Sr. Secretário não respondeu. Fica registado no diário das sessões que o Sr. Secretário não quis responder a uma pergunta de um programa que está em execução, a opinião deste grupo de especialistas, que são naturalmente muito respeitados, que têm tido relatórios; e eu queria saber se essa equipa é ou não é ouvida.

Foi esta a pergunta que eu fiz ao Sr. Secretário, e gostaria que me respondesse. Senão, fica registado que o Sr. Secretário se recusa a responder a esta Assembleia.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a assistir a um momento lamentável mais uma vez, que é: os deputados estão a colocar perguntas à bancada do Governo e o Governo, numa atitude de absoluta arrogância e desprezo pelos deputados, não responde às questões.

**Deputado José Ávila (PS):** De quem é a proposta?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Olhe o regimento! O Sr. Deputado é que tem que responder!

**O Orador:** Enquanto eu tiver tempo, vou continuar a reiterar a questão que lhe colocámos.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não conhece o regimento!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para fazer, se me permitem, a minha análise desta fase do debate no sentido de dizer que há aqui uma inversão do rumo normal deste tipo de debates, é que: há uma proposta legislativa, há os proponentes, e questiona-se e pede-se esclarecimentos a quem propõe. Mas aqui parece que este debate é o contrário, que é quem propõe é que pede esclarecimentos e faz perguntas a quem não propõe.

Bom, fizeram-nos uma ou duas e eu gostava de vos dizer o seguinte. A questão central dessas perguntas era: quem é que o Partido Socialista ouviu para propor o que propôs no âmbito do plano e orçamento. Oh meus senhores, mas alguma vez fez parte das incumbências dos partidos representados nesta Casa vir explicar aos outros partidos de onde é que surgiu a ideia, quem é que se ouviu, quantas vezes é que reuniu, com quem é que se reuniu?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Devia-se fazer uma comissão de inquérito!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os senhores perguntam!

**O Orador:** Nós nunca fizemos essa pergunta aos outros partidos porque achamos que essa pergunta é desadequada e não sabemos muito bem o que responder quando nos fazem essa pergunta porque continuamos a achar que é uma pergunta completamente desadequada!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não sabe responder!

**O Orador:** Agora imagine que eu digo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que ouvi o Sr. Professor Fulano Tal, e depois? O que é que isso traz ao debate político? Qual é a vantagem deste tipo de pergunta? Onde é que a gente vai chegar com a resposta a essa pergunta?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas eu fiz-lhe alguma pergunta?

**O Orador:** Nós, como eu já disse na minha primeira intervenção, fizemos uma proposta que resulta das nossas convicções sobre o sistema regional de ensino, sobre aquilo que pensamos que pode ser um contributo positivo sobretudo para aqueles que precisam de apoio complementar e não têm maneira de o assegurar pelos seus próprios meios e pelos meios da sua família.

E, portanto, essa é a nossa convicção. Esse é o real motivo e a real justificação da nossa proposta.

É natural que haja quem não concorde. É absolutamente natural. É também natural que mantenhamos as divergências durante o debate todo, mas isso não tem, do nosso ponto de vista, qualquer tipo de problema.

Gostava também de dizer que eu sou um produto da escola pública dos anos 80. Nos anos 80, portanto, uma década depois da revolução e do fascismo, havia negativas. Eu tinha negativas ... eu por acaso não tinha muitas, normalmente não tinha, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas vê-se que tinha!

**O Orador:** ... mas no meu tempo havia e na minha sala havia alunos que tinham negativas. É que nesse tempo na escola pública, não éramos todos bons!

Uns eram bons, uns eram muito bons, outros eram maus. E os maus tinham negativas! E, portanto, havia maus alunos!

Eu não sei se o Sr. Deputado se lembra desse tempo, mas era um tempo em que havia maus alunos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Agora no Governo do PS são todos bons!

**O Orador:** Agora a terminologia é que é atentatória da dignidade de alguém! Ainda por cima um termo que é utilizado no documento que os senhores acabaram de elogiar também. Esse tipo de terminologia é também utilizado no âmbito do ProSucesso e em documentação produzida no âmbito do ProSucesso.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas alguma vez na vida me ouviu falar do ProSucesso? É um desastre!

**O Orador:** Acabou de falar agora aqui! Sim, disse: “As equipas qualificadas que produziram ...

Ah, foi o Sr. Deputado Artur Lima. Peço desculpa.

O Sr. Deputado Artur Lima acabou de dizer que as equipas qualificadas que produziram o ProSucesso, o Sr. Deputado Jorge Jorge elogiou o ProSucesso. Está lá essa terminologia, Sr. Deputado.

E, portanto, isso não tem nada de positivo ou negativo em si próprio, não tem nada que justifique opor-nos a essa medida. E se é só uma questão de linguagem, pois o que se esperava do Sr. Deputado era que corrigisse a linguagem, fizesse uma proposta de alteração da linguagem, se fosse essa realmente a questão de fundo.

Essa não é uma questão de fundo, não é um problema! Isso é um *fait divers* do debate político para que o debate político se eternize.

Bom, da nossa parte explicámos os motivos, mantemos as convicções. Percebemos perfeitamente que uma medida deste alcance precise de ser articulada, analisada, com o sistema e como ele funciona presentemente.

É perfeitamente natural! Também não queremos que ela introduza ruído no ano letivo, que prejudique o normal funcionamento da escola pública. E, portanto, percebemos completamente!

Se a vós vos coloca dúvidas, indignação, pois também é legítimo politicamente. Têm os senhores a vossa opinião, temos nós a nossa, e vamos mantê-la com convicção até redobrada depois deste debate.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos vários sistemas políticos e temos sistemas parlamentares em que o Governo pura e simplesmente não está presente. O Governo está presente nos nossos debates e na nossa Câmara exatamente para se entender, obviamente não respondendo isso tem um significado político, mas para prestar esclarecimentos. Devo dizer que é o modelo parlamentar que eu prefiro, que o Governo participe nos debates e que o Governo possa prestar esclarecimentos. Noutros sistemas políticos, como por exemplo no brasileiro e nos estados federais do Brasil, o Governo não está presente.

Mas o Governo está presente, está aqui para prestar esclarecimentos. Entendeu não o fazer e essa questão é politicamente muito relevante porque na minha perspetiva significa um desrespeito grave pelos deputados do Parlamento dos Açores.

Devo dizer também, Sr. Deputado André Bradford, já o vi em melhores dias.

**Deputado André Bradford (PS):** Sou igual a toda a gente!

**O Orador:** Sr. Deputado, como é que Vossa Excelência pode aqui vir dizer que vai ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

... avaliar, que vai analisar, uma medida que Vossa Excelência já aprovou no Parlamento dos Açores?

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não disse nada disso!

**O Orador:** Mas o senhor vem aqui propor coisas que não analisou, coisas que não estudou, coisas cujo impacto desconhece? Eu fico muito preocupado que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista funcione, do ponto de vista parlamentar, assim!

Então o senhor não sabe, é uma espécie de roleta russa.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** “Agora é isto, depois vemos depois de ter mudado a legislação”. Mas isto é alguma coisa, Sr. Deputado? Isto é o desgoverno total! Isto é a anarquia, vossas excelências estão perdidos!

O pior de tudo não é, porque a vida interna do Partido Socialista e a qualidade das vossas propostas pertence, obviamente, ao Partido Socialista, mas o pior de tudo Sr. Deputado, é que este caos, esta anarquia, esta falta de preparação, está a levar os Açores para o fundo do ponto de vista do sistema educativo e em tantas, tantas, tantas outras coisas.

**Deputado Francisco César (PS):** Por isso é que estamos a melhorar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não querendo contrariar as doudas opiniões de que nós não podemos questionar o membro do Governo, eu devo dizer que o questiono e com toda a propriedade, Sr. Secretário.

E se há quem esteja desatento ou por outro motivo não tenha ouvido o Sr. Secretário falar, os motivos até podem ser outros, eu devo-lhe dizer, Sr. Secretário, que ouvi o que o senhor disse e nessa matéria lhe pedi explicações e continuo a pedir. O senhor disse: “Depois de verificar esta proposta, vamos ter que ter muito cuidado na sua aplicação porque mexe com o sistema educativo na sua globalidade”. Se ela é boa, porque é que tem cuidado? Não percebo. E se mexe com o sistema educativo na sua aplicação, é natural que tenha ouvido a equipa do ProSucesso.

Portanto, o senhor refere estes inconvenientes todos da proposta, este impacto que a proposta pode ter no sistema educativo na sua globalidade!

E, portanto, Sr. Secretário, quem acha que eu não lhe posso pedir esclarecimentos, naturalmente não pode achar que isto é um regime parlamentar e que o Governo não tem que dar explicações à oposição.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não, não. Parlamentar é no Brasil. O sistema parlamentar brasileiro é um grande sucesso!

**O Orador:** É, mas grande sucesso, também para si Sr. Deputado, ...

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** ... e *in illo tempore* do já falecido Hugo Chávez, também de grandes negócios com o seu camarada Sócrates e que o senhor apoiou!

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**O Orador:** Sr. Secretário, eu reitero a pergunta.

*(Aparte inaudível)*

O Sr. Secretário despertou para o diálogo, foi?

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**O Orador:** Sr. Secretário, eu reitero a pergunta. Faça o favor de responder, senão desrespeita este Parlamento.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 29 votos contra do PS, dois do Bloco de Esquerda, 17 votos a favor do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP e um do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos votámos favoravelmente a esta iniciativa conjunta do CDS-PP e do PPM porque era importante revogar uma medida que foi aprovada contra todas as regras da democracia.

Foi aprovada sem que os encarregados de educação tivessem sido ouvidos.

Foi aprovada sem que os professores tivessem sido ouvidos.

Foi aprovada sem que os sindicatos tivessem sido ouvidos.

Foi aprovada sem que as associações de estudantes tivessem sido ouvidos.

Foi aprovada sem que os alunos que se encontram representados nos diversos órgãos de escola tivessem sido ouvidos.

Pelos vistos foi aprovada também sem que o Governo Regional fosse ouvido e sem a participação do próprio Governo Regional.

Esta proposta utiliza terminologia do passado.

Utiliza terminologia desadequada.

Utiliza terminologia que penaliza e estigmatiza os alunos.

Esta proposta foi amplamente criticada na sociedade açoriana e não tem apoio nenhum na sociedade açoriana.

Esta proposta não serve os interesses dos alunos nem do sistema educativo açoriano.

Esta proposta não tem em conta que estamos perante um dos sistemas educativos com mais horas, com maior carga horária da Europa.

Esta proposta não tem em conta que as interrupções letivas evidentemente têm um grande conjunto de vantagens do ponto de vista pedagógico.

Esta proposta não é uma proposta em que os alunos possam entrar de forma voluntária. Não! Assim que os mecanismos de decisão da escola forem acionados, esta proposta é de aceitação obrigatória por parte dos alunos.

E é também uma proposta que os professores que desenvolvem a sua atividade nas diversas escolas terão de cumprir obrigatoriamente!

Esta proposta não é, por isso, uma proposta que resulte do voluntariado dos alunos e dos professores.

Esta é uma proposta também que o Partido Socialista não conseguiu explicar, porque é uma proposta contra toda a lógica parlamentar, esta proposta é contra toda a lógica do espírito humano, contra toda a racionalidade, porque é uma proposta que modifica a lei sem ter em conta o seu impacto, os seus efeitos e até a sua justiça, porque o proponente desta iniciativa e desta alteração de legislação que já está em vigor desconhece o seu impacto. Desconhece até se esse impacto é benéfico ou não. Vai estudar essa questão depois de a legislação ter sido aprovada.

É nesse sentido absolutamente surrealista porque em democracia e num sistema político racional as coisas não funcionam assim. As coisas são estudadas, as pessoas são ouvidas, as instituições são ouvidas, os especialistas são ouvidos, os

diversos intervenientes são ouvidos e os impactos da legislação são estudados antes de se alterar a legislação e de se impor a alteração do quadro legal.

Finalmente, Sra. Presidente, esta legislação também conta com uma atitude absolutamente surrealista por parte do executivo regional, que contra toda a expectativa ...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** ... de funcionamento de um Estado de direito, diz que apenas aplica a parte da lei com que concorda.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** Sra. Presidente, termino.

As coisas não funcionam assim num Estado de direito. Há, obviamente, legislação com que concordo e discordo, e até alguma que votei contra, mas eu sou obrigado a cumprir toda a legislação que está em vigor no meu país e na minha Região, e não é lícito que alguém diga que não é assim tão má a proposta, porque pode ou não pode cumprir-se.

Nós estamos num Estado de direito e essa não é uma desculpa admissível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reiterar aquela que foi a posição do Partido Socialista no mês de novembro, reiterar hoje, dia 17 de janeiro. O Partido Socialista apresentou esta proposta na altura e debateu-a hoje explicando aquela que é a nossa motivação, a nossa posição, por uma razão muito simples, mesmo muito simples: para que todos os alunos da escola pública que necessitem de um apoio extra após ter sido encaminhado pelo conselho de turma possam ter essa possibilidade de a pedir,

de o solicitar. É uma medida de apoio extra para os alunos que não conseguiram obter um nível positivo.

É esta a mensagem que nós queremos passar, é esta a mensagem que esteve por detrás e está por detrás da nossa proposta. Queremos garantir que os nossos alunos, por sua opção, assim como os seus pais se entenderem que no período de interrupção letiva face à nota obtida necessitam de mais apoio, a escola pública faça aquilo que verdadeiramente deve fazer sem qualquer estigma, que é dizer: estar presente.

Muito obrigada.

**Vozes dos de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra esta proposta da mesma forma que o tinha feito ...

Peço desculpa, votámos a favor desta proposta ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Contra o princípio!

**O Orador:** ... contra o princípio que tinha sido apresentado há um mês e tal pelo PS porque consideramos que é uma proposta que não traz nada de benéfico para os alunos e para o sistema educativo regional.

Consideramos que as escolas dispõem já de mecanismos, aos quais devem ser dados pelo Governo Regional as ferramentas para que as escolas os possam pôr em prática ...

**Deputado Marco Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... para assim ultrapassar o insucesso dos alunos.

Já tínhamos a convicção na altura, e agora reforçamos, que o Grupo Parlamentar do PS pensou esta proposta sozinho.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não foi o grupo parlamentar, foi a Sra. Deputada!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Convicção errada!

**O Orador:** Pela reação que vimos da sociedade educativa açoriana e também pelas questões que aqui hoje fizemos e que não foram respondidas, os alunos não foram tidos em conta, os pais não foram ouvidos, os professores não foram ouvidos nem as suas organizações sindicais, bem como as assembleias de escola, os conselhos pedagógicos ou mesmo os executivos.

Mais ainda. Ficámos hoje com a convicção de que foi feita tábua rasa daqueles que têm sido os relatórios do ProSucesso produzidos ao longo das nove ilhas e nas várias escolas desta Região.

Mais ainda até. Ficámos também, eu fiquei e o PSD ficou, com esta convicção de que a própria tutela não foi ouvida sobre esta proposta.

Independentemente de se concordar ou não concordar com ela, cabe à tutela, uma vez ela em vigor, que a implemente nas escolas da Região, e não pode ficar ao seu livre arbítrio de aplicar ou não aplicar. Ela está aprovada, está promulgada e tem objetivamente que ser posta em prática.

Por este conjunto de motivos aqui expostos, o PSD hoje associou-se e votou favoravelmente a esta proposta para que fosse revogada esta norma.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS convictamente apresentou a revogação desta medida e esperava que fosse, enfim, aprovada a sua revogação. Devo salientar aqui a atitude de respeito do Partido Comunista Português em reconhecer que esteve mal e emendar a mão. Fica bem em democracia reconhecermos os nossos erros.

Vou mostrar aqui, e convictamente apresentamos, ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Quem o ouviu ontem e quem o ouve hoje!

**O Orador:** ... com a mesma convicção que o Partido Socialista, o Governo e o extremista Bloco de Esquerda aprovaram ...

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe atenção.

**O Orador:** ... essa lei com as mesmas convicções, nós com a convicção votámos contra e propusemos a sua revogação. Convictamente e democraticamente. A maioria venceu democraticamente.

Agora, os professores fiquem atentos porque acabou-se a interrupção letiva do Natal. Não poderão ir passar o Natal com as suas famílias se residirem fora da ilha, se residirem noutra ilha.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** Acabou-se a interrupção letiva, as chamadas férias de Natal (se assim o quiserem dizer), acabou-se para os professores. Este é o primeiro aviso aos professores. Os senhores a partir de agora poderão não passar o Natal e a Páscoa com as vossas famílias ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque vão ter que ficar na escola a ensinar os alunos.

Por isso queríamos revogar essa medida, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas também os alunos ficam a saber, sobretudo aqueles mais pobres, que têm mais dificuldades de aprendizagem, que o Partido Socialista e o Governo lhe deram uma prenda no sapatinho: não têm direito a férias! Porque vão ter que ficar na escola, castigados, sozinhos para aprenderem. Isso é de uma

violência, que viola os mais elementares direitos e sobretudo a convenção sobre os direitos da criança das Nações Unidas.

E, portanto, as crianças têm direito às suas férias, ao seu descanso e, sobretudo, ao seu lazer. O que o Governo e o Partido Socialista fazem é bem consubstanciado no senhor ...

Se eu puder acabar a minha declaração de voto, Sr. Secretário Berto Messias ...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Eu peço desculpa!

**O Orador:** A Sra. Presidente nunca ouve o Governo interromper.

Se fosse eu, já me tinha feito 300 interrupções.

**Presidente:** Eu ouço muito bem dos dois ouvidos por igual, Sr. Deputado.

Não se preocupe comigo, Sr. Deputado.

**O Orador:** Mas votámos contra e até fundamentados na razão do Sr. Secretário, que aqui, mais uma vez, cedeu à prepotência da maioria do seu partido. Consideramos válido este argumento do Sr. Secretário para revogar a norma: “Vamos ter que ter muito cuidado na sua aplicação porque mexe com o sistema educativo na sua globalidade, com professores, com estudantes, eventualmente com famílias”. É verdade, Sr. Secretário. Vão perder o direito às férias, ...

**Deputado André Bradford** (*PS*): O direito às férias não podem perder!

**O Orador:** ... vão perder o direito ao descanso e as famílias vão ter que reorientar as suas vidas. É verdade, Sr. Secretário.

Agora, também ficámos aqui a saber mais uma coisa: que para o Governo Regional dos Açores a lei aplica-se se der jeito; se não der jeito, a gente não aplica e espera mais para a frente. Não, Sr. Secretário! Ela entrou em vigor com a publicação do orçamento.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta que pretendia revogar uma norma do estatuto do aluno que prevê a possibilidade, o direito dos alunos que tenham a necessidade, que queiram, que os pais assim o entendam e que o conselho de turma assim o decida, possam ter apoio na interrupção letiva.

Apoio que contribua para a sua educação, para que contribua que eles possam chegar mais longe e que a educação seja, de facto, um fator cada vez mais de desenvolvimento.

E votámos coerentemente com aquilo que tínhamos feito há dois meses atrás, pensamos da mesma forma. Tivemos a oportunidade de dizer que a redação desta norma não é a mais feliz, mas tem um objetivo e ele é claro: é permitir que os alunos tenham mais apoio.

Mas também ficámos a saber neste debate que e quem é capaz de utilizar um assunto como este para o maior populismo, ainda por cima mal feito.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Populismo?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Por quem Deus manda o recado!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto, por isso encerramos assim o ponto 11 da nossa agenda.

Passamos ao ponto 12: Relatório sobre o pedido de autorização para que os Deputados Bruno Filipe de Freitas Belo e João Paulo Valadão Corvelo possam prestar depoimento, na qualidade de testemunhas.

O relatório, uma vez que é um relatório conjunto, foi distribuído por todos.

Julgo não haver inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de autorização apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de deliberação final apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Uma boa noite a todos e um bom regresso a casa.

*Eram 19 horas e 36 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**João Vasco Pereira da Costa**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Iasalde Fraga Nunes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

### **Documentos entrados**

#### **1 - Propostas de Lei:**

**Assunto:** Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones») no espaço aéreo nacional – n.º 173/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) n.º 224/XI-AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 01 – 31;

**Assunto:** Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) – n.º 174/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) n.º 225/XI-AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 01 – 31.

#### **2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes para progressão na carreira – n.º 34/XI](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 - 14

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 02 – 15.

### 3 - Requerimentos:

**Assunto:** [Governo não respeita esforço dos empresários com trilhos turísticos em mau estado](#)

**Autores:** Bruno Belo e António Pedroso (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Referência:** 54.03.08 – N.º 565/XI;

**Assunto:** [Gabinete dos Açores em Bruxelas adiado](#)

**Autores:** António Almeida, Bruno Belo, António Vasco Viveiros, Catarina Chamacame Furtado e Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 566XI.

### 4 - Respostas a Requerimentos:

**Assunto:** [Voos do Faial para Lisboa sem lugares durante 26 dias](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 10

**Referência:** 54.03.07 – N.º 510/XI;

**Assunto:** [Postes de eletricidade de São Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Referência:** 54.04.05 – N.º 487/XI;

**Assunto:** [Diminuição do desembarque de passageiros no aeroporto das Lajes](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Referência:** 54.01.03 – N.º 522/XI;

**Assunto:** [Catálogos em linha de Bibliotecas Públicas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Referência:** 54.01.00 – N.º 541/XI;

**Assunto:** [Centro de Conhecimento dos Açores e disponibilização em linha do Património Documental da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11

**Referência:** 54.01.00 – N.º 543/XI;

## **5 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Documentos recebidos por correio eletrónico com o Parecer final da Conselho de Opinião da RTP, S.A., sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2019, com particular chamada de atenção para o Capítulo C, 1,2 e 3 por conter matéria que interessa ao Centro Regional dos Açores da RTP, bem como Parecer do Conselho Fiscal

**Proveniência:** José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, S.A.

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11;

**Assunto:** Documentos recebidos por correio eletrónico com o Plano de Atividades, Orçamento e Plano de Investimentos 2019-2021

**Proveniência:** José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, S.A.

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 11;

**Assunto:** Ofício da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 41/2018, sobre o tema “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Reforço de profissionais da polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores”

**Proveniência:** Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 14;

**Assunto:** Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 41/2018, sobre o tema “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Reforço de profissionais da polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores”

**Proveniência:** Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP da AR

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 15;

**Assunto:** Ofício a remeter os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 16 e 17/2018 devidamente assinados e a informar que foram enviados para publicação em Diário da República a 4 de janeiro de 2019

**Proveniência:** António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 15;

**Assunto:** Ofício a apresentar um Voto de protesto contra a resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 38/2018/M, aprovado por maioria com os votos favoráveis dos Vereadores do PS e com a abstenção do Vereador do PSD

**Proveniência:** João Emanuel Silva Câmara, Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 16;

**Assunto:** Ofício a apresentar um Voto de protesto contra a tentativa de discriminação do poder local democrático

**Proveniência:** Filipe Martiniano Martins de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz (Madeira)

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 16;

## 6 - Relatórios:

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de janeiro de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 15;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de janeiro de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 15;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de janeiro de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 12 – 14;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de janeiro de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 14.

**Assunto:** [Sobre o pedido de autorização para que os Deputados Bruno Filipe Freitas Belo e João Paulo Valadão Corvelo possam prestar depoimento na qualidade de testemunhas, no âmbito do Processo n.º 151/18.5JAPDL](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 01 – 17;

## **7 - Diários:**

Está presente nesta Sessão Plenária a Separata n.º 13/XI.

*Transcrição efetuada por, Renata Costa.*